

Alimento e nutrição no contexto dos Objetivos do Milênio



Foto: Pabel Rock/Creative Commons

José Alcázar:

Eliminar a fome requer inteligência e ética

Esther Vivas:

Um sistema que produz famintos e obesos

Walter Belik:

“O mundo não é um sistema de vasos comunicantes”

Igor Teixeira:

Jacques Le Goff e a reinvenção da história

Daniel de Mendonça:

Hegemonia e populismo revisitados no pensamento de Ernesto Laclau

Osvaldo Pessoa Jr:

Física quântica, uma proposta para descrever a realidade?

Alimento e Nutrição no contexto dos Objetivos do Milênio

Alimento e nutrição no contexto dos Objetivos do Milênio é o tema do XV Simpósio Internacional IHU, que se realiza, nesta semana, na Unisinos. O evento debaterá e indicará perspectivas para o direito ao alimento e à nutrição nas dimensões sociais, econômicas, ambientais, culturais e políticas da conjuntura brasileira. Nesta direção, este número da IHU On-Line reúne especialistas em diversas áreas do conhecimento para antecipar as discussões sobre o tema.

Participam da edição **José Esquinas-Alcázar**, professor da Universidade de Córdoba – UCO, na Espanha; **Esther Vivas**, ativista política e social; **Walter Belik**, professor livre-docente do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp; **Maria Emília Lisboa Pacheco**, presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea; **Francisco Menezes**, pesquisador do Instituto Brasileiro de Análises

Sociais e Econômicas – Ibase; **Alan Bojanic**, chefe do escritório brasileiro da FAO e doutor em Economia Agrícola pela Universidade de Utrecht, Holanda; **Renata Menasche**, professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas - PPGA/UFPel e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - PGDR/UFRGS; **Ligia Amparo da Silva Santos**, professora da Universidade Federal da Bahia – UFBA e coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação e Cultura – Nepac.

Recentemente faleceram dois importantes intelectuais da contemporaneidade: Jacques Le Goff e Ernesto Laclau. **Igor Teixeira**, professor adjunto de História Medieval no Departamento e no Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, e **Daniel de Mendonça**, professor na Universidade Federal de Pelotas e coordenador do Programa de Pós-Gra-

duação em Ciência Política da universidade, refletem, respectivamente, sobre a trajetória de ambos.

Sob o título *Física quântica: uma proposta para descrever a realidade?*, publicamos também uma entrevista com **Oswaldo Pessoa Jr.**, professor associado no Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo - USP.

Dois artigos completam a edição. O primeiro é de **Paulo Suess**, teólogo, que descreve e comenta a trajetória de vida de D. Tomás Balduino, falecido no dia 02-05-214.

Cesar Kusma, professor e pesquisador da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio, convidado pela 52ª Assembleia Geral da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB (que se realiza em Aparecida/SP) para prestar seu testemunho como leigo, constata: “Não é fácil ser leigo na Igreja”. O seu depoimento pode ser lido nesta edição.

A todas e a todos uma boa leitura e uma excelente semana!



Instituto Humanitas
Unisinos

UNISINOS

Endereço: Av.
Unisinos, 950,
São Leopoldo/RS.
CEP: 93022-000

Telefone: 51 3591 1122 – ramal 4128.

E-mail: humanitas@unisinos.br.

Diretor: Prof. Dr. Inácio Neutzling.
Gerente Administrativo: Jacinto
Schneider (jacintos@unisinos.br).

IHU

IHU On-Line é a revista
semanal do Instituto
Humanitas Unisinos – IHU
ISSN 1981-8769.

IHU On-Line pode ser
acessada às segundas-feiras,
no sítio www.ihu.unisinos.br.

Sua versão impressa circula em
terças-feiras, a partir das 8h,
na Unisinos.

REDAÇÃO

Diretor de redação: Inácio
Neutzling (inacio@unisinos.br).
Redação: Inácio Neutzling,
Andriolli Costa MTB 896/MS
(andriolibc@unisinos.br),
Luciano Gallas MTB 9660
(lucgallas@unisinos.br),
Márcia Junges MTB 9447
(mjunges@unisinos.br),
Patrícia Fachin MTB 13.062
(prfachin@unisinos.br) e
Ricardo Machado MTB 15.598
(ricardom@unisinos.br).
Revisão: Carla Bigliardi

Colaboração: César Sanson,
André Langer e Darli Sampaio,
do Centro de Pesquisa e Apoio
aos Trabalhadores – CEPAT, de
Curitiba-PR.

Projeto gráfico: Agência
Experimental de Comunicação
da Unisinos – Agexcom.
Editoração: Rafael Tarcísio
Forneck

Atualização diária do sítio:
Inácio Neutzling, Patrícia Fachin,
Fernando Dupont, Juliete Rosy
de Souza, Suélen Farias e Julian
Kober

LEIA NESTA EDIÇÃO

TEMA DE CAPA | Entrevistas

- 5 **XV Simpósio Internacional IHU. Alimento e Nutrição no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – programação**
- 7 **José Esquinas-Alcázar:** Eliminar a fome requer inteligência e ética
- 13 **Walter Belik:** “O mundo não é um sistema de vasos comunicantes”
- 17 **Esther Vivas:** Um sistema alimentar que produz famintos e obesos
- 21 **Maria Emília Lisboa Pacheco:** A desnutrição invisibilizada
- 25 **Francisco Menezes:** Superar a mercantilização para garantir segurança alimentar adequada e saudável
- 28 **Alan Bojanic:** O Brasil segundo a FAO – Para além dos objetivos do milênio
- 31 **Renata Menasche:** O ato de comer enquanto prática política
- 35 **Ligia Amparo da Silva Santos:** A *lightização* da existência humana
- 38 **Baú da IHU On-Line**

DESTAQUES DA SEMANA

- 40 **Paulo Suess:** Memória – Militância - Missão. Enviado para incomodar: Tomás Balduino
- 44 **Cesar Kuzma:** Minha experiência como Leigo na Igreja
- 48 **Igor Teixeira:** Jacques Le Goff e a reinvenção da história
- 54 **Daniel de Mendonça:** Hegemonia e Populismo revisitados no pensamento de Laclau
- 58 **Oswaldo Pessoa Jr.:** Física quântica: uma proposta para descrever a realidade?
- 63 **Destques On-Line**

IHU EM REVISTA

- 65 **Agenda de Eventos**
- 66 **Publicação em Destaque:** A empatia em Edith Stein
- 67 **Retrovisor**



twitter.com/ihu



<http://bit.ly/ihuon>



www.ihu.unisinos.br

**Tema
de
Capa**

**Destques
da Semana**

**IHU em
Revista**

Programação

XV Simpósio Internacional IHU. Alimento e Nutrição no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

O Instituto Humanitas Unisinos – IHU e o Instituto Harpia Harpyia – INHAH realizam, nesta semana, nos dias 5 e 8 de maio de 2014, o *XV Simpósio Internacional IHU. Alimento e Nutrição no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*. O simpósio pretende constituir-se em local de debates, análises e apontamentos sobre o acesso das

populações brasileiras ao direito ao alimento e à nutrição, abordando as dimensões sociais, econômicas, ambientais, culturais e políticas pertinentes ao tema. Abaixo, pode ser consultada a programação resumida do evento. A programação completa está disponível em <http://bit.ly/XVSIHU>, onde também podem ser feitas as inscrições para o simpósio.

05-05-2014

Evento: *Biodiversidade agrícola, recursos genéticos e Ética para a agricultura e a alimentação*

Conferencista: Prof. Dr. José Esquinas-Alcázar (Universidad de Córdoba – UCO)

Horário: 18h30min às 20h

Local: Auditório Central, na Unisinos

06-05-2014

Evento: *Sociobiodiversidade – A Riqueza planetária para a segurança alimentar e nutricional*

Debatedores: Prof. Dr. José Esquinas Alcázar (Universidad de Córdoba – UCO) e assistente social Maria Augusta Henriques (Guiné-Bissau, África)

Horário: 9h às 10h30min

Local: Auditório Central, na Unisinos

Evento: *A riqueza brasileira, alimento e nutrição*

Debatedora: Prof^a. Dra. Rumi Regina Kubo (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS)

Horário: 10h45min às 12h

Local: Auditório Central, na Unisinos

Evento: *Cenários da alimentação e nutrição nas macrorregiões brasileiras com seus biomas. Realidade, desafios e perspectivas*

Região Norte: Guenter Francisco Loebens (Conselho Indigenista Missionário – CIMI/Manaus) e Profa. Dra. Maria Luiza Garnelo Pereira (Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz Amazônia)

Região Nordeste: Naidison de Quintella Baptista (Movimento de Organização Comunitária – MOC/Bahia) e Antônio Barbosa (Articulação no Semiárido Brasileiro – ASA Brasil/Recife)

Região Sudeste: Dr. Edmar Guariento Gadelha (Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA/MG e Instituto Harpia Harpyia – INHAH) e Prof. MS Carlos Alberto Dayrell (Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA/NM)

Região Centro-Oeste: Prof. Dr. Newton Narciso Gomes Junior (Universidade de Brasília – UnB) e Renato Araújo (Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN)

Região Sul: Prof. MS Hélios Puig Gonzalez e Prof. MS Salvatore Santagada (Fundação de Economia e Estatística – FEE/RS), Ivar Pavan (ex-secretário de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo – RS)

Horário: 15h às 16h30min

Local: Auditório Central, na Unisinos

Evento: *Direito Humano ao alimento e à nutrição: fundamento da democracia brasileira*

Painelistas: Paulo Leivas (Ministério Público – RS) e Marcelo de Oliveira Milagres (Ministério Público – MG)

Horário: 17h às 19h

Local: Auditório Central, na Unisinos

Evento: *Alimento e nutrição para o desenvolvimento do ser humano nos diversos ciclos de vida e especificidades étnico-raciais***Conferencista:** Profa. Dra. Lígia Amparo da Silva Santos (Universidade Federal da Bahia – UFBA)**Horário:** 20h às 22h**Local:** Auditório Central, na Unisinos**07-05-2014****Evento: *Cenário Nacional da alimentação e nutrição na perspectiva dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*****Conferencista:** Prof. Dr. Walter Belik (Universidade Estadual de Campinas – Unicamp)**Horário:** 9h às 10h30min**Local:** Auditório Central, na Unisinos**Evento: *Relatos das mesas simultâneas Cenários da alimentação e nutrição nas 5 macrorregiões brasileiras com seus biomas*****Painelista:** Profa. MS Maria Emília Lisboa Pacheco (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA e Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE/RJ)**Horário:** 10h45min às 12h30min**Local:** Auditório Central, na Unisinos**Evento: *Mesas simultâneas temáticas I******Perspectiva ética, solidária e sustentável*****Acesso e consumo alimentar da população:** Profa. Dra. Sônia Lucia Lucena Sousa de Andrade (Universidade Federal de Pernambuco – UFPE) e Rui Valença (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul – FETRAF SUL)**Produção, circulação e comercialização dos alimentos:** João Pedro Stédile (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST) e Prof. MS João José Passini (Instituto Agrônômico do Paraná – IAPAR)**Pesquisa e construção do conhecimento em relação à alimentação e à nutrição e sua aplicação:** Profa. Dra. Noemia Perli Goldraich (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS), Prof. Dr. Valdely Ferreira Kinupp (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM/Manaus – Zona Leste)**Horário:** 14h às 15h30min**Local:** Auditório Central, na Unisinos**Evento: *Mesas simultâneas temáticas II*****Tecnologias em relação à alimentação e à nutrição e sua aplicação:** Prof. Dr. Wilson Engelmann (Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS) e Maria José Guazzelli (Centro Ecológico do Município de Ipê/RS)**Processos de educação alimentar e nutricional em diferentes espaços, culturas e mídias:** Profa. Dra. Maria Rita de Oliveira Marques (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP) e Prof. Dr. Nilton José dos Reis Rocha (Universidade Federal de Goiás – UFG)**Relações internacionais do Brasil pelo direito ao alimento e à nutrição:** Alan Bojanic (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO) e Éldio Bonomo – Presidente do Conselho Nacional de Nutrição/Brasília**Direito humano ao alimento e à nutrição dos povos indígenas:** Roberto Antônio Liebgott (Conselho Indigenista Missionário – CIMI/SUL) e Maurício Silva Gonçalves (índio Guarani)**Horário:** 16h às 18h**Local:** Auditório Central, na Unisinos**Evento: *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – Metas atingidas, desafios e perspectivas para a erradicação dos males da fome*****Conferencista:** Profa. MS Maria Emília Lisboa Pacheco (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA) e Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE/RJ)**Horário:** 20h às 22h**Local:** Auditório Central, na Unisinos**08-05-2014****Evento: *Desenvolvimento à luz da sociobiodiversidade para superação da miséria e dos males da fome*****Conferencista:** Profa. Dra. Tânia Bacelar de Araújo (Universidade Federal de Pernambuco – UFPE)**Horário:** 9h às 11h**Local:** Auditório Central, na Unisinos**Evento: *painel Atualidade do testemunho e da profecia de Josué de Castro*****Painelista:** Dom Mauro Morelli (Instituto Harpia Harpyia – INHAH e Fundação Josué de Castro)**Horário:** 11h20min às 12h**Local:** Auditório Central, na Unisinos

Eliminar a fome requer inteligência e ética

“A crise alimentar provocou, em 2008, revoltas em mais de 50 países. Hoje, o aumento nos preços dos alimentos está novamente contribuindo para a instabilidade política no mundo”, enfatiza José Esquinas-Alcázar

POR LUCIANO GALLAS / TRADUÇÃO: ANDRÉ LANGER

“**A**fome e a pobreza são o caldo de cultivo no qual crescem problemas que tanto preocupam o Ocidente, como a migração ilegal e a violência internacional. Quando, em consequência da fome e da pobreza, o valor da vida humana em muitos países pobres é quase desprezível e quando o risco de embarcar num barco é menor que o de ficar em casa, a decisão está tomada”, destaca o professor José Esquinas-Alcázar. “A FAO anunciou, em 2007, que o aumento dos preços de alimentos poderia levar a um aumento nos conflitos globais. De fato, a crise alimentar provocou, somente em 2008, revoltas em mais de 50 países e a consequente queda de vários governos. Hoje, o aumento nos preços dos alimentos está novamente contribuindo para a instabilidade política em diferentes partes do mundo”, complementa.

O pesquisador lembra que mesmo o Fórum Econômico Mundial de Davos incluiu há alguns anos a insegurança alimentar entre os riscos mais graves à humanidade, pois não afeta mais apenas aqueles que sofrem diretamente com o flagelo da fome. Por estarmos em um mundo interconectado pela informação e pela tecnologia, em que o capital e a divisão do trabalho se organizam em escala global, no qual somos todos interdependentes um dos outros e dependentes da natureza, a segurança alimentar se torna um dos principais pilares da paz e da segurança mundial. “Nossos destinos estão unidos, e o destino é

comum: ou nos salvamos todos ou podemos perecer juntos. O que no passado não soubemos fazer ou queríamos fazer movidos pela caridade ou pela solidariedade, hoje teremos que fazer, mesmo que seja por egoísmo inteligente”, frisa ele na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**.

Jose Esquinas-Alcázar é doutor em Engenharia Agrônoma pela Universidade Politécnica de Madri, na Espanha, além de mestre em Horticultura e doutor em Genética pela Universidade da Califórnia, Estados Unidos. Trabalhou na Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO por 30 anos, lidando com temas como recursos genéticos, biodiversidade agrícola, cooperação internacional, ética na alimentação e agricultura. Atualmente é professor titular da Universidade Politécnica de Madri e diretor da Cátedra de Estudos sobre a Fome e a Pobreza – CEHAP da Universidade de Córdoba, Espanha.

O professor José Esquinas-Alcázar fará a conferência de abertura no **XV Simpósio Internacional IHU. Alimento e Nutrição no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**, intitulada *Biodiversidade agrícola, recursos genéticos e Ética para a agricultura e a alimentação*, às 18h30min do dia 05-05-2014. Também presidirá a mesa redonda *Sociobiodiversidade: A riqueza planetária para a Segurança alimentar e nutricional*, às 9 horas do dia 06-05-2014.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Por que ainda morrem 40 mil pessoas por dia no mundo em consequência da fome? Não produzimos uma quantidade suficiente para alimentar a popula-

ção mundial ou é a distribuição de alimentos que é feita de maneira desequilibrada?

José Esquinas-Alcázar – O que realmente é paradoxal e indignant

é que a fome não é consequência, como acreditam muitos, da falta de alimentos. Hoje, segundo dados da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO, há

alimentos no mundo para alimentar folgadoamente a população mundial. Os alimentos estão no mercado internacional, mas não chegam às mesas nem às bocas dos que têm fome. Em outras palavras, o problema não é a produção de alimentos, mas o acesso aos mesmos. O problema é, essencialmente, de índole política. Isto foi reconhecido explicitamente há mais de 50 anos por um grande presidente dos Estados Unidos. Em 1963, John F. Kennedy, em seu discurso no primeiro Congresso Mundial de Alimentos, disse: “Em nossa geração temos os meios e a capacidade de eliminar a fome da face da Terra. Precisamos, para tanto, apenas de vontade política”. Se há 50 anos já existiam os meios e a capacidade para acabar com a fome, imagine hoje! No entanto, continua faltando vontade política para isso.

Os dados falam

No mesmo dia em que morrem de fome 40.000 pessoas, por exemplo, o mundo gasta quatro bilhões de dólares em armamentos, ou seja, 100.000 dólares por morto, o que teria permitido alimentar o morto, ao preço dos alimentos nos países em que morrem, durante mais de 100 anos. Em 1953, outro grande presidente norte-americano, Dwight D. Eisenhower, em seu discurso “Oportunidades para a paz”, denunciava: “Cada fuzil fabricado, cada barco de guerra construído, cada bomba que se joga, significam, em última instância, um roubo daqueles que têm fome e não têm comida”.

Observemos também como se encontraram rapidamente fundos ingentes para que os bancos pudessem fazer frente à atual crise financeira. 2% dos fundos empregados desde 2010 no mundo, para salvar bancos, teriam bastado para resolver o problema da fome no mundo.

O orçamento ordinário da FAO, a Organização das Nações Unidas cujo objetivo principal é acabar com a fome no mundo, para dois anos é o equivalente ao que dois países desenvolvidos gastam com comida para cachorros e gatos em uma semana. O orçamento ordinário da FAO de 10 anos é o equivalente ao que o mundo gasta em armamentos em apenas um dia.

Observe a energia, decisão e eficácia com que a humanidade e, sobretudo, os países desenvolvidos enfrentaram recentemente pandemias muito menos mortais que a fome, mas contagiosas, como a gripe aviária, a febre suína ou, mais recentemente, a gripe A. No entanto, o número de mortos pela gripe A, no mundo, durante estes anos foi da ordem de 17.000 pessoas; menos da metade dos que morrem em um só dia de fome.

Embora seja verdade que a fome não é contagiosa, ela é sumamente perigosa. A fome constitui uma bomba-relógio, que pode explodir a qualquer momento e não podemos permitir-nos a miopia política de ignorar isso.

IHU On-Line – Que estratégias de cooperação e ética podem ser desenvolvidas para eliminar a fome?

José Esquinas-Alcázar – As estratégias aplicadas no século passado baseadas nas receitas únicas, no produtivismo, no mercado mundial e na padronização demonstraram sua falta de eficácia. Permita-me desenvolver alguns pontos para um novo enfoque, baseado na experiência e na ética:

1) Não existem soluções únicas, nem receitas universais

A situação de cada país, considerando sua história e cultura, suas condições edafoclimáticas [relacionadas ao clima, relevo, humidade do ar, tipo de solo, vento e precipitação pluvial] e socioeconômicas, a evolução da sua população, ou seu grau e tipo de desenvolvimento, são diferentes e, portanto, diferentes devem ser as soluções para os seus problemas agrícolas e alimentares.

Tentar impor um único tipo de agricultura é irresponsável e irrealista, e, além disso, com frequência chegou a situações de não sustentabilidade ecológica e degradação social. A diversidade de sistemas agrícolas deve ser protegida e incentivada como um valor positivo e um importante amortecedor em épocas de mudanças.

2) Reconhecimento do valor dos diferentes usos da agricultura

A agricultura não pode ser considerada como mero exercício econômico. A agricultura, além de produzir alimentos – ração, fibras,

biocombustíveis, medicamentos e plantas ornamentais –, tem outras funções essenciais: social, ambiental, de estabilidade cultural, etc., de difícil contabilidade econômica e que muitas vezes são consideradas como “externalidades” do sistema. Esta é uma das causas pelas quais os preços e os “valores” dos produtos agrícolas não necessariamente se correspondem. Isso constitui também uma importante dificuldade para avaliar a relação custos/benefícios das atividades agrárias e da eficácia comparativa entre os diferentes tipos de agricultura. Faz-se necessário, por isso, introduzir em nosso sistema econômico os indicadores, correções e elementos necessários para poder integrar nas análises e avaliações agrícolas todos os custos e benefícios, incluindo, naturalmente, os não “monetários”.

3) Investimento em agricultura e cooperação internacional

Segundo o Banco Mundial, o crescimento do setor agrícola elimina ao menos duas vezes mais a pobreza do que fazem idênticos níveis de crescimento em qualquer outro setor econômico. É importante, portanto, investir em agricultura para combater a fome e a marginalização econômica. Não esqueçamos que a agricultura segue sendo o principal setor produtivo nos últimos anos nos países mais pobres do mundo, o qual emprega mais de 65% da sua população economicamente ativa e é responsável, em média, por mais de 25% do Produto Interno Bruto – PIB.

No entanto, a participação da agricultura na Assistência Oficial ao Desenvolvimento – AOD reduziu-se de 29%, em 1980, para 3% em 2006, e agora se situa em torno de 5%.

A história também nos diz que países como a Índia ou o Vietnã, que protegeram seu desenvolvimento agrícola dos mercados internacionais, conseguiram reduções substanciais na pobreza agrícola.

Investir para conseguir a independência de alimentos foi, justamente, o enfoque que, a partir de 1945, ajudou a Europa do pós-guerra a conseguir a soberania alimentar em menos de 20 anos. Cada país deveria dotar-se dos meios para alimentar a si mesmo. Isto significa que é essencial que a agricultura se converta em uma

prioridade internacional e os países mais pobres sejam ajudados a garantir a segurança e a independência de seu próprio abastecimento de alimentos.

A FAO considera que, com o objetivo de alcançar o nível de investimento em agricultura necessário para enfrentar a situação atual de fome e má nutrição, é necessário que:

a) A parte da AOD destinada à agricultura chegue aos 44 bilhões de dólares por ano, voltando, assim, ao nível inicial que permitiu, na década de 1970, evitar a fome na Ásia e na América Latina;

b) Os gastos orçamentários destinados à agricultura em países de baixos ingressos e com déficit de alimentos – que, atualmente, representam cerca de 5% – deveriam ser aumentados para atingir um mínimo de 10%;

c) O investimento privado nacional e estrangeiro, próximo, atualmente, dos 140 bilhões de dólares anuais, deveria subir para 200 bilhões de dólares ao ano.

Estes números podem parecer altos, mas recordemos que os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE proporcionam uma ajuda equivalente a cerca de 365 bilhões de dólares anuais aos seus agricultores.

4) Combater a especulação nos preços agrícolas. Regulação do mercado de alimentos na Bolsa de Valores

Uma série de estudos atribui à especulação até 30% do aumento dos preços dos cereais no mercado internacional, em 2008. A especulação exacerbada pelas medidas de liberalização dos mercados de futuros de produtos agrícolas em um contexto de crise econômica e financeira permitiu a transformação dos instrumentos de arbitragem do risco em produtos financeiros especulativos que substituem outros investimentos menos rentáveis.

Este problema exige soluções éticas e urgentes, entre as quais deve-se considerar a possibilidade de tirar os alimentos da Bolsa de Valores. Também com o objetivo de reduzir a especulação, é importante evitar os monopólios e monitorar as grandes cadeias de alimentação. Para reduzir a volatilidade dos preços e enfrentar a especulação nos mercados de futuros de produtos agrícolas, pode contribuir

“A maior parte dos alimentos que consumimos no mundo procede da agricultura familiar, que é, em geral, uma agricultura baseada em pequenas propriedades”

a introdução de novas medidas de transparência e regulamentação que permitam aos poderes públicos influir nos preços dos alimentos básicos. Assim como aumentar o armazenamento de produtos agrícolas e alimentares e sua liberação na medida em que os preços disparem.

5) Biocombustíveis

Atualmente, as subvenções e proteções alfandegárias a favor dos biocombustíveis têm o efeito de desviar cerca de 120 milhões de toneladas de cereais do consumo humano para o setor dos transportes. Para reduzir esse impacto, é importante e urgente regular e desacelerar, ao menos temporariamente, a produção de biocombustíveis, especialmente aqueles de primeira geração.

6) Reduzir a distância das cadeias alimentares com a finalidade de reduzir custos energéticos e econômicos

Para isso, pode contribuir a aproximação entre os centros de produção e de consumo, promovendo o aumento da produção local e o consumo de produtos locais e estacionais.

IHU On-Line – Em entrevista ao jornalista Gumersindo Lafuente, publicada pelo jornal El País em junho de 2011, o senhor disse que “a caridade deve ser substituída pelo ego-

ísmo inteligente”. De que forma esta declaração está relacionada com a preservação da Terra?

José Esquinas-Alcázar – A fome e a pobreza são o caldo de cultivo no qual crescem problemas que tanto preocupam o Ocidente, como a migração ilegal e a violência internacional. Quando, em consequência da fome e da pobreza, o valor da vida humana em muitos países pobres é quase desprezível e quando o risco de embarcar num barco é menor que o de ficar em casa, a decisão está tomada.

A FAO anunciou, em 2007, que o aumento dos preços de alimentos poderia levar a um aumento nos conflitos globais. De fato, a crise alimentar provocou, somente em 2008, revoltas em mais de 50 países e a consequente queda de vários governos. Hoje, o aumento nos preços dos alimentos está novamente contribuindo para a instabilidade política em diferentes partes do mundo, incluindo o Meio Leste. Em 2009, o relatório do Fórum Econômico Mundial de Davos incluiu pela primeira vez a insegurança alimentar como um risco importante para a humanidade.

Num mundo tão inter-relacionado e interdependente como o atual, a fome passou de flagelo para os que a sofrem a um perigo para toda a humanidade. Sem segurança alimentar não há, nem poderá haver nunca, paz, nem segurança mundial.

Atualmente, no século XXI, erradicar a fome em nossa pequena Aldeia Global não é uma opção, é uma necessidade imperiosa, se queremos ter um futuro. Estamos em uma pequena astronave, a aeronave Terra. Estamos aí, literalmente, dando voltas, com recursos limitados e perecíveis; com uma interdependência cada vez maior. Se vier a acontecer que essa astronave ou essa nave ou esse barco sofra um buraco, tanto faz se o buraco se deu na Índia, na África, no Brasil, nos Estados Unidos ou na Espanha; todos afundaremos. Nossos destinos estão unidos, o destino é comum: ou nos salvamos todos ou podemos perecer juntos. O que no passado não soubemos fazer ou queríamos fazer movidos pela caridade ou pela solidariedade, hoje teremos que fazer, mesmo que seja por egoísmo inteligente.

IHU On-Line – Como filho de agricultores, que importância o senhor concede às pequenas propriedades camponesas na luta contra a fome?

José Esquinas-Alcázar – Não foi por acaso que este ano de 2014 tenha sido declarado pela ONU como o Ano Internacional da Agricultura Familiar. A maior parte dos alimentos que consumimos no mundo procede da agricultura familiar, que é, em geral, uma agricultura baseada em pequenas propriedades.

Como dissemos anteriormente, existem hoje alimentos mais que suficientes para alimentar a humanidade; entretanto, os famintos não têm acesso aos mesmos. Os alimentos estão disponíveis no mercado internacional, mas isso não é suficiente para que cheguem aos que passam fome, especialmente em tempos de carestia alimentar e grande volatilidade dos preços dos alimentos, já que a fome e a pobreza andam muitas vezes de mãos dadas. A falta de acesso deve-se à escassez de alimentos produzidos em nível local, por um lado, e à falta de recursos para comprar os alimentos procedentes de onde há excedentes, por outro. Os sistemas tradicionais de luta contra a fome, através dos programas de distribuição de alimentos e assistência humanitária, proporcionam alimentos ou fundos para obtê-los no mercado internacional. No entanto, a eficácia destas medidas tem sido muito limitada por tratar-se de soluções a curto prazo.

Se levarmos em conta que a maior parte (70%) da população faminta vive em zonas rurais, promover a produção *in situ* parece ser a solução mais eficiente e talvez a única duradoura. Requerem-se melhorias na produção em nível local para proporcionar um aumento das opções para os agricultores de pequena escala e as comunidades rurais, e para melhorar a qualidade, assim como a quantidade, dos alimentos disponíveis. Isso significa apoiar os pequenos agricultores e suas comunidades no desenvolvimento e melhoria dos seus próprios sistemas agrícolas. Infelizmente, a assistência técnica ao pequeno agricultor e a pesquisa internacional para melhorar a produção nos sistemas agrícolas tradicionais de baixos insu-

mos, incluindo a melhoria genética dos cultivos marginais e variedades locais adaptados a estes sistemas, foram muito escassas e, muitas vezes, inexistentes.

Sistemas Tradicionais

A FAO, no seu relatório “Os caminhos para o êxito” (nov. 2009)¹, assinala que uma das melhores e mais rentáveis vias para sair da pobreza e da fome no meio rural é apoiar os pequenos camponeses. Cerca de 85% das propriedades agrícolas no mundo têm menos de dois hectares, e os pequenos agricultores e suas famílias representam cerca de dois bilhões de pessoas, um terço da população mundial.

Além disso, os pequenos agricultores são a base da soberania alimentar e esta deve ser considerada parte essencial da segurança alimentar. Para não criar-se uma dependência dos preços agrícolas internacionais, não se pode fomentar sistematicamente o desmantelamento dos sistemas agrícolas tradicionais. Com frequência, é preciso apoiar seu desenvolvimento e uma evolução paulatina que permita aumentar sua produtividade e sua capacidade de se adaptar às necessidades cambiantes do meio e à sociedade nas quais se desenvolverão.

Na sequência, damos um exemplo ilustrativo das consequências do desmantelamento dos sistemas agrícolas tradicionais:

Em Benin, o desenvolvimento de grandes cultivos de algodão para satisfazer a demanda do Ocidente levou ao deslocamento de milhões de pequenos agricultores produtores de alimentos, que venderam suas terras para passar a ser diaristas, muitos deles nas novas plantações de algodão. Isto, no entanto, não foi percebido como um problema, já que as diárias recebidas lhes permitiram comprar alimentos procedentes do mercado internacional a bom preço e, por isso, muitas vezes em maior quantidade que aqueles que produziam antes em suas pequenas propriedades. No entanto, o aumento dos preços internacionais dos alimentos nos úl-

timos anos deixou-os numa situação de indigência e fome sem precedentes. Agora, já não podem voltar à sua agricultura tradicional, já que, com a venda das suas terras, criaram uma situação de dependência praticamente irreversível².

Muitas vezes, os processos desencadeados com a venda das terras e o desmantelamento dos sistemas agrícolas nacionais passam a ser irreversíveis. Ao perder a capacidade de produzir seus alimentos, os países podem hipotecar sua própria soberania.

IHU On-Line – Em que etapa estão os debates no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas acerca de uma possível Declaração Universal Sobre os Direitos dos Camponeses?

José Esquinas-Alcázar – Em outubro de 2012, o Conselho de Direitos Humanos da ONU decidiu criar um grupo de trabalho intergovernamental de composição aberta encarregado de negociar, finalizar e apresentar ao Conselho de Direitos Humanos um projeto de declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos camponeses e de outras pessoas que trabalham nas zonas rurais.

O grupo de trabalho intergovernamental, presidido pela embaixadora da Bolívia na ONU, em Genebra, em sua primeira reunião, em julho de 2013, considerou um primeiro rascunho da declaração e fez comentários sobre o mesmo. Atualmente, o rascunho está sendo modificado em consulta com os países, com o objetivo de apresentar um novo rascunho na segunda reunião negociadora do grupo de trabalho, prevista para novembro de 2014.

IHU On-Line – Qual é o impacto do capital internacional sobre a biodiversidade agrícola e os recursos genéticos? Por que os dois últimos são importantes?

José Esquinas-Alcázar – O capital internacional e as grandes compa-

² Sobre o assunto, ver o discurso do Relator Especial das Nações Unidas sobre o Direito à Alimentação na Assembleia Geral da ONU, em 6 de abril de 2009, disponível em <http://bit.ly/PYhXh6>. (Nota do entrevistado)

¹ Ver texto em inglês disponível em <http://bit.ly/1iM348C>. (Nota do entrevistado)

nhas de produção de sementes estão promovendo um tipo de agricultura industrial baseada na uniformidade, onde um pequeno grupo de variedades vegetais e raças animais uniformes e homogêneos estão substituindo em todo o mundo uma enorme diversidade de espécies alimentares. Alguns acordos internacionais com o comércio, certificação de sementes e direitos de propriedade intelectual, assim como a própria legislação nacional de muitos países, estão contribuindo para este desatino.

A Diversidade Biológica Agrícola (DBA) e mais concretamente os Recursos Genéticos para a Agricultura e a Alimentação (RGAA), também conhecidos com “ouro verde”, constituem a despensa da humanidade, a matéria-prima sobre a qual se baseia o desenvolvimento agrícola e a produção de alimentos. Sem o uso da diversidade genética existente dentro de cada espécie animal ou vegetal, não seria possível o combate das pragas e doenças das plantas cultivadas e dos animais de granja, o aumento da sua produtividade, sua adaptação a condições adversas do ambiente (por exemplo, excessivo frio ou calor, seca ou umidade), nem a melhoria das suas características nutritivas, e se perderia a capacidade destas espécies de se adaptar às mudanças climáticas. Quando se perde a DBA de uma espécie agrícola, priva-se a espécie da sua capacidade de evolução e adaptação ao ambiente, e o ser humano do material básico onde selecionar o material desejado; as consequências podem ser catastróficas.

Um exemplo conhecido e sumamente ilustrativo é a fome que estremeceu a Europa na metade do século XIX e que provocou a morte por fome de milhões de pessoas. O que muitos ignoram é que a sua causa foi a destruição em massa dos cultivos de batatas europeias, atacadas por um fungo, o *Phytophthora infestans*, para o qual não se encontrava resistência devido à uniformidade extrema das batatas cultivadas no continente. O problema foi resolvido graças à resistência à doença encontrada no Peru, centro de origem e diversidade da batata.

“Existem hoje alimentos mais que suficientes para alimentar a humanidade; entretanto, os famintos não têm acesso aos mesmos”

Outro exemplo mais recente é o do ataque do *Helminthosporium maydes*, que destruiu os milhos comerciais uniformes do sul dos Estados Unidos no começo da década de 1970. O problema foi resolvido graças aos genes de resistência encontrados nas variedades heterogêneas de milhos africanos.

O número de casos, embora nem sempre tão trágicos, se multiplicaram durante os últimos anos em muitos cultivos, e a solução passou quase sempre pela identificação de resistência às doenças e às condições adversas entre as variedades heterogêneas tradicionais que seguem sendo cultivados pelos pequenos agricultores, sobretudo nos países em desenvolvimento. Uma vez identificada esta resistência, os cientistas podem incorporá-la às variedades comerciais através de cruzamentos.

Recursos genéticos

Ao longo do último século, houve uma enorme perda de diversidade genética dentro das chamadas “principais espécies alimentícias”. Centenas de milhares de variedades heterogêneas de plantas cultivadas ao longo de gerações foram substituídas por um reduzido número de variedades comerciais modernas e enormemente uniformes.

Só nos Estados Unidos já desapareceram mais de 90% das árvores frutíferas e espécies hortícolas que ainda se cultivavam no começo do século XX, e tão somente algumas pou-

cas são conservadas em bancos de genes. No México, só se conhecem, atualmente, 20% das variedades documentadas em 1920. Na República da Coreia, apenas 26% das variedades locais cultivadas em hortas e pomares familiares em 1985 continuavam sendo utilizadas em 1993. Em geral, pode-se dizer que, em nível mundial, entre 80% e 95% das variedades conhecidas para os cultivos mais importantes no início do século XX se perderam para sempre.

Além disso, em nível de espécie estamos ignorando e desaproveitando a maior parte da diversidade biológica agrícola existente. Segundo a FAO, estima-se que, ao longo da história da humanidade, foram utilizadas cerca de 10.000 espécies para a alimentação humana e a agricultura. Atualmente, não mais de 120 espécies cultivadas de plantas nos proporcionam 90% da alimentação calórica humana, e tão somente quatro espécies vegetais (batata, arroz, milho e trigo) e três espécies animais (gado, suíno e frango) nos proporcionam mais da metade.

As sistemáticas ações internacionais para frear a perda de recursos genéticos e assegurar a cooperação internacional nesta matéria começaram na FAO nos anos 1970. Em 1983, a Conferência da FAO criou a Comissão Intergovernamental de Recursos Genéticos para a Agricultura e a Alimentação – CRGAA. Atualmente, a comissão conta com 170 países membros e é o fórum intergovernamental permanente para a discussão e negociação das questões relacionadas aos RGAA. Nesta comissão, foi negociado nos anos 1990 e aprovado em 2001 o Tratado Internacional sobre Recursos Genéticos para a Agricultura e a Alimentação, acordo que, até o momento, foi ratificado pelos parlamentares de 136 países.

IHU On-Line – Nesta perspectiva, comente, por favor, o episódio no qual um camponês lhe cedeu um punhado de sementes de melões que, mais tarde, descobriu-se eram resistentes ao fungo que ameaçava as demais espécies do fruto no mundo. O que estes episódios nos ensinam?

José Esquinas-Alcázar – A diversidade genética que permitiu salvar a

batata na Europa no século XIX e o milho nos Estados Unidos no século XX não estava ali por acaso. Era o produto da seleção realizada por milhares de gerações de pequenos agricultores tradicionais; eles seguem sendo ainda hoje, no mundo que muitas vezes os ignora e às vezes os vê como uma carga social devotada ao passado, os autênticos guardiões da maior parte da diversidade biológica agrícola com que ainda podemos contar; aqueles que continuam desenvolvendo, conservando e colocando à disposição de outros agricultores, dos aperfeiçoadores profissionais e, inclusive, dos modernos biotecnólogos, a matéria-prima necessária para enfrentar condições ambientais cambiantes e necessidades humanas imprevisíveis. São estes simples camponeses os que seguem tendo as chaves do futuro alimentar da humanidade.

Ilustrarei isso com o exemplo dos melões e outros casos significativos:

Em julho de 1970, nas Hurdens, no coração da Espanha rural, um agricultor ancião, que seguia com seu asno, encontrou-se com um jovem estudante que recolhia sementes de melão. O velho agricultor perguntou ao jovem estudante o que estava fazendo, e o rapaz lhe explicou que queria coletar os melões autóctones da Espanha antes que desaparecessem. “Vem ver meus melões – disse o agricultor. Nunca ficam doentes”. O estudante acompanhou o idoso até sua propriedade. O velho agricultor deu-lhe algumas sementes, que o jovem levou para fazer análises em laboratório. As sementes continham um gene resistente a um fungo do melão, que posteriormente foi transferido para outros melões, beneficiando os agricultores de todo o mundo. Eu era esse jovem estudante, mas não sei quem era o ancião. É como tantos milhões de homens e mulheres. Ninguém lhes agradece, mas eles são os possuidores da sabedoria capaz de produzir e conservar suas sementes e suas tradições para as futuras gerações.

O tempo e a experiência me mostraram que não se tratava de um caso isolado. Em 1983, coletando quinoa, um dos cultivos mais importantes da agricultura tradicional andina, na Bolívia, encontramos na granja de um agricultor, em uma zona onde pre-

“Atualmente, somente quatro espécies vegetais (batata, arroz, milho e trigo) e três espécies animais (gado, suíno e frango) proporcionam mais da metade da alimentação calórica humana”

domina a quinoa amarela, um tipo de quinoa escura, cujas plantas tinham um aspecto doentio e cuja produtividade parecia muito baixa. Comentamos com este agricultor que estas plantas estavam doentes e talvez por isso produzissem pouco grão e de cor escura. Ele nos respondeu que não, que “esta variedade é assim”. Embora não tenhamos ficado muito convencidos, a cena se repetiu nos campos de outros agricultores vizinhos. O último nos confirmou que “esta variedade produzia muito pouco”. E quando lhe perguntamos por que a cultivava mesmo assim, ele respondeu que era muito boa para curar da tuberculose. Não demos muito crédito ao comentário, mas coletamos algumas amostras que foram enviadas com as outras a alguns laboratórios para análise. Quando, alguns meses depois, obtivemos os resultados das análises, soubemos que aquela quinoa negra, supostamente doente, tinha um conteúdo em proteínas e, sobretudo, em aminoácidos essenciais muito superiores às outras quinoinas cultivadas na zona.

O número de exemplos é infindável. Uma variedade local de trigo coletada na Turquia pelo Dr. Harlan em 1948 no campo de um pequeno agricultor, e ignorada depois durante

muitos anos, foi uma fonte de resistência a fungos em todo o mundo. Algumas variedades tradicionais de alfafa encontradas no Irã permitiram introduzir resistência a nematóides em muitas variedades comerciais de outros países. Uma variedade de trigo encontrada em zonas remotas do Japão, em 1946, passou a ser a base da chamada “revolução verde” em todo o mundo um quarto de século depois, graças aos seus genes de nanismo que permitiram maiores doses de adubo nitrogenado. Uma raça tradicional de suínos chinesa permitiu aumentar a fertilidade de muitas raças europeias. A resistência à malária nas vacas do sul dos Estados Unidos procede de uma raça local do norte de Roma.

O trabalho essencial dos agricultores tradicionais no desenvolvimento, conservação e disponibilidade da diversidade biológica agrícola foi formalmente reconhecido pelo Tratado Internacional de Recursos Fitogenéticos da FAO, cujo artigo 9, “Direitos do Agricultor”, define os agricultores como guardiões dos recursos genéticos e lhes assinala direitos.

IHU On-Line – Gostaria de acrescentar algo mais?

José Esquinas-Alcázar – Sim, creio que a questão da fome e da conservação dos recursos naturais da Terra não pode ser tratada de maneira isolada. É preciso integrar a crise alimentar ao contexto das demais facetas da crise global em que nos encontramos imersos e cujo combate só é possível associando-a ao desenvolvimento de um mundo melhor, solidário e sustentável, onde o objetivo não seja simplesmente “o crescimento econômico”, mas “a felicidade”, e onde o motor do processo não seja o “consumo” e a “sobre-exploração” dos recursos naturais, mas a relação harmônica entre e com todos os componentes do ecossistema Terra. Um mundo no qual o crescimento material não seja sinônimo de desenvolvimento e onde a ciência, as tecnologias, o mercado e, inclusive, a democracia, não sejam deuses infalíveis que devemos glorificar, mas meros instrumentos que podem nos ajudar a transformar a nossa casa, a Terra, em um Paraíso.

“O mundo não é um sistema de vasos comunicantes”

Engenheiro agrônomo Walter Belik, um dos idealizadores do Fome Zero, explora as dimensões ligadas ao conceito de segurança alimentar e o modo como elas se atualizam em um mercado internacionalmente conectado

POR ANDRIOLLI COSTA | COLABOROU: LUCIANO GALLAS

Em 1946, o intelectual brasileiro Josué de Castro, que há anos debruçava-se sobre a questão da fome e da nutrição, escreve um livro seminal para a discussão do assunto: *Geografia da Fome – O Dilema Brasileiro* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001). Na obra, articulando reflexões teóricas com dados empíricos e observação *in loco*, o autor articula em seu quadro geográfico as áreas de fome e subnutrição endêmicas no Brasil, alinhando também as causas de sua miséria.

Para o engenheiro agrônomo Walter Belik, um dos idealizadores do Fome Zero e ex-integrante do Conselho de Segurança Alimentar (Consea), a obra de Josué de Castro ainda hoje permanece atual, tendo sido ele um grande incentivador da ONU para a criação do que seria a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO. “Josué de Castro também foi muito importante como idealizador de alguns programas sociais que até hoje estão em curso e que tentamos aperfeiçoar. Projetos como os restaurantes populares e a alimentação escolar foram todos iniciados por ele”, destaca.

No entanto, a obra de Castro era fruto de sua época, e cabe aos pesquisadores contemporâneos envolvidos com as questões de fome e nutrição atualizarem o conceito em uma sociedade globalizada, com mercados internacionalmente integrados. Nesta atualização, desponta a ideia de *segurança alimentar*, que vai ultrapassar os dilemas da fome e da pobreza.

Em entrevista concedida por telefone à **IHU On-Line**, Walter Belik explora conceitualmente as características deste conceito, trabalhando suas relações com outros problemas além da própria fome. “Muitas pessoas associam a segurança alimentar com a fome e, portanto, com a subnutrição. No entanto, a má nutrição e, com ela, a obesidade, também

são problemas de segurança alimentar. É toda uma linha de pesquisa que precisa ser desenvolvida”, esclarece.

Mais do que isso, pensando nas articulações em nível global, temos uma realidade em que a média de produção mundial teoricamente seria suficiente para alimentar a população global sem problemas. No entanto, como problematiza Belik, “o mundo não é um sistema de vasos comunicantes”. Pelo contrário, o excesso de alimentos é mais propenso a gerar desperdício do que o escoamento para as zonas mais críticas, dificultando o combate à fome.

Belik ministra a palestra *Cenário Nacional da alimentação e nutrição na perspectiva dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*, durante o **XV Simpósio Internacional IHU – Alimento e nutrição no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**, no dia 07-05, às 9h. Mais informações, incluindo a programação completa, pelo link <http://bit.ly/XVSIHU>.

Walter Belik é graduado e mestre em Administração pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas. Possui ainda pós-doutorado na University of London, na Inglaterra, e no Department of Agricultural & Resource Economics da Universidade da Califórnia, Berkeley, nos Estados Unidos. Em 2000, recebeu o título de professor livre-docente pelo Instituto de Economia da Unicamp, universidade onde está vinculado desde 1985. De uma trajetória de pesquisas relacionadas à avaliação da política agrícola e agroindustrial, concentrou as atenções nos aspectos do processamento e da distribuição de alimentos. Atua principalmente na discussão das alternativas de políticas de segurança alimentar, analisando o papel do abastecimento alimentar e a logística da distribuição.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – De que forma a obra do brasileiro Josué de Castro influencia o seu trabalho de pesquisa?

Walter Belik – Josué de Castro¹ é o principal nome neste campo. Ele foi precursor e teve essa característica tanto de trabalhar teoricamente as questões da segurança alimentar como de atuar diretamente em nível de governo, influenciando as políticas públicas e a constituição de toda uma frente que começou a discutir a fome no mundo. Ele pode ser considerado o pai da FAO, no sentido de que lá no início, em 1947, influenciou as Nações Unidas para que houvesse um organismo internacional que desse conta dessas questões.

É interessante que os primeiros trabalhos de Josué de Castro estivessem baseados em questões empíricas. Ele, como médico, como pesquisador, analisava as condições dos trabalhadores no Recife e verificou que a incidência de doenças e a baixa produtividade estavam muito mais relacionadas à questão da alimentação do que a problemas de doença. Esta é uma lição importante para todos nós, para que não percamos contato com a realidade. A realidade é o que nos inspira. Nós temos que buscar as informações, buscar os dados e, a partir daí, escrever e tentar interferir na realidade.

Josué de Castro também foi muito importante como idealizador de alguns programas sociais que até hoje

1 Josué de Castro [Josué Apolônio de Castro] (1908-1973): médico, nutrólogo, professor, geógrafo, cientista social, político, escritor, ativista brasileiro que dedicou sua vida ao combate à fome. Destacou-se no cenário brasileiro e internacional, não só pelos seus trabalhos ecológicos sobre o problema da fome no mundo, mas também no plano político em vários organismos internacionais. Partindo de sua experiência pessoal no Nordeste brasileiro, publicou uma extensa obra que inclui: *Geografia da Fome*, *Geopolítica da Fome*, *Sete Palmas de Terra e um Caixão* e *Homens e Caranguejos*. Exerceu a Presidência do Conselho Executivo da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), e foi também Embaixador brasileiro junto à Organização das Nações Unidas (ONU). Logo após o Golpe de Estado de 1964, teve seus direitos políticos suspensos pela ditadura militar. Confirma a edição 274 da *IHU On-Line*, de 22-09-2008, intitulada *Josué de Castro e Graciliano Ramos. A desnaturalização da fome* e disponível em <http://bit.ly/ihuon274>. (Nota da *IHU On-Line*)

estão em curso e que tentamos aperfeiçoar. Projetos como os restaurantes populares e a alimentação escolar foram todos iniciados por ele. Josué de Castro continua atual e é fonte de inspiração para todos que trabalham com segurança alimentar.

IHU On-Line – Como conceitos como a geografia e a geopolítica da fome se atualizam hoje no Brasil? Algo mudou?

Walter Belik – Mudou sim. Josué de Castro avaliava um ambiente da economia e do capitalismo bem diferente do atual. Nesta época, o mercado era prioritariamente local, pois não tínhamos um mercado internacional constituído, mas pontual, ligado a produtos, o que fazia com que boa parte dos países ainda trabalhasse com a ideia de autossuficiência. Hoje, as coisas mudaram. Nós temos um mercado global, com presença muito forte das *tradings* e das multinacionais, que fazem com que os alimentos circulem no mundo todo. Os mercados e os próprios preços estão internacionalmente integrados, o que fez com que o conceito mudasse. A autossuficiência era uma questão de segurança nacional mesmo, uma questão militar, e que hoje passa a ser analisada em nível de blocos e relações comerciais. Isso traz uma série de outros problemas: a dependência, por exemplo, e a impossibilidade de governança sobre esses mercados. O governo passa a ser um domador de preços, passa a não ter poder sobre as relações que são colocadas. Ao mesmo tempo, é preciso lembrar que a produção agrícola é apenas uma face da agricultura. A agricultura é um modo de vida. Ela implica em uma relação cultural, uma relação social, e destruir isso por uma demanda de produtividade é muito problemático, porque se destrói um setor, uma esfera da economia muito importante.

IHU On-Line – O que é segurança alimentar? Que outros fenômenos estão ligados a este termo além da própria fome?

Walter Belik – Segurança alimentar é uma questão complexa. Tanto é que se você analisar os escritos de Josué de Castro, ele não fala em segurança alimentar, mas em fome. Talvez

este termo seja uma sofisticação do nosso tempo para tratar um fenômeno que é bastante cru, que é a fome. De qualquer forma, a segurança alimentar engloba quatro dimensões importantes ligadas à questão da fome, e que devem ser analisadas.

Primeiramente a *disponibilidade*, ou seja, que haja uma quantidade suficiente para que as pessoas possam se alimentar; depois o *acesso*, pois não basta ter a quantidade adequada de alimentos, mas deve haver possibilidade das pessoas de acessar este mercado – tanto pensando na questão da renda quanto do acesso físico ao mercado, que é muito importante. Josué de Castro trata bastante do acesso físico quando fala da fome africana, por exemplo.

Teríamos ainda uma terceira dimensão, que é a da *inocuidade* do alimento. Não basta que haja alimento disponível ou que as pessoas tenham acesso a ele, mas que este alimento seja apropriado para o consumo humano. Que seja saudável. A quarta dimensão é a da *estabilidade*, que é uma questão temporal. O alimento deve estar disponível ao longo do tempo. Não se resolve o problema da segurança alimentar com uma cesta básica, por exemplo. É preciso que haja acesso permanente a este alimento.

Essas quatro dimensões nos levam a uma série de outras aberturas para a questão da fome. Muitas pessoas associam a segurança alimentar com a fome e, portanto, com a subnutrição. No entanto, a má nutrição e, com ela, a obesidade, também são problemas de segurança alimentar. É toda uma linha de pesquisa que precisa ser desenvolvida.

IHU On-Line – Se é mais barato e mais rápido comer *junk food*, você acaba fazendo essa opção e ficando malnutrido por causa disso, certo?

Walter Belik – Exatamente. Muitas vezes os critérios nutricionais são feitos em função das calorias, mas, se eu tenho uma caloria vazia, a pessoa está bem alimentada apenas teoricamente. Na verdade ela está malnutrida. Ainda falando na questão do acesso, muitas vezes ele está ligado à pobreza e à renda. Então programas de combate à pobreza estão ligados

diretamente ao consumo de alimentos. No entanto, é importante haver programas voltados especificamente para a alimentação, pois um aumento de renda que se converte em qualquer tipo de alimento também não interessa.

Quando você abre o leque de *fome para segurança alimentar*, você tem uma interdisciplinaridade muito grande que antes não havia. Antigamente este era um problema dos nutricionistas, dos médicos, quando em verdade é uma questão muito maior com uma série de temas correlatos.

IHU On-Line – Existe diferença entre segurança e soberania alimentar?

Walter Belik – Esta é outra discussão sobre o assunto. A definição “oficial” da segurança alimentar levaria em conta a ideia de soberania alimentar. Na prática você tem duas definições. Muita gente prefere trabalhar com a ideia de soberania, que é a capacidade de autossuficiência – não só nos aspectos quantitativos, mas também culturais e sociais. É você consumir produtos relacionados à sua cultura. É promover a produção sustentável. Acredito, no entanto, que segurança alimentar é um conceito amplo o suficiente, e já daria conta da soberania. Mesmo porque há uma discussão sobre soberania relativa a quê? A um país? Uma região? Uma comunidade? Como se trata dessas questões? Imaginar que as comunidades têm que ser autossuficientes é dar um passo atrás no progresso, pensando que estas devem se isolar e produzir para elas mesmas. Existe uma relação, existe a possibilidade de troca – que é muito positiva. Você não pode sobrepor uma cultura à outra, como se fazia no passado. No Brasil, por exemplo, para resolver o problema da fome, impuseram um padrão de consumo baseado no trigo; esta cultura acabou se consolidando no país, mas era um cultivo imposto. Ou, então, resolver o problema da África através de doações de carne. Não é por aí. Olhar o lado social da segurança alimentar tem tudo a ver com a soberania.

IHU On-Line – Existem estágios diferentes de insegurança alimentar?

“Segurança alimentar era visto como um problema de nutricionistas e médicos, quando em verdade é uma questão muito maior”

Walter Belik – Os dados de subnutrição são medidas diretas. Então, não recai nenhuma dúvida sobre eles. Existe uma tabela antropométrica e as pessoas que têm Índice de Massa Corporal – IMC inferior a 17 estão subnutridas. Mas existem medidas indiretas, e hoje, cada vez mais, levam-se em conta os dados subjetivos da segurança alimentar. Afinal, uma pessoa pode estar com o IMC dentro dos padrões e ao mesmo tempo ter uma percepção negativa em relação à sua segurança alimentar. Então, os indicadores antropométricos de uma pessoa que se alimenta de *junk food* podem estar dentro do parâmetro, mas ela não está em segurança. Do mesmo modo, alguém que pode estar desempregado talvez tenha os índices dentro do parâmetro, mas não está em uma situação estável. É uma percepção de insegurança alimentar. Assim, duas pessoas na mesma condição social podem ter perspectivas diferentes sobre sua segurança.

O IBGE tem pesquisado esta situação. Existem três níveis de insegurança: grave, moderado e leve. O grave caiu muito, e os outros dois um pouco menos. De qualquer forma, o número em geral se reduziu. Todos os questionamentos que nós temos mostram que não existe uma correlação direta entre pobreza e a percepção de insegurança alimentar. Tem gente pobre que tem uma percepção boa, e gente rica que pode ter uma percepção ruim. Hoje é difícil alguém morrer de fome no Brasil, afinal, se

recebe bolsa família, tem o banco de alimentos, seu filho recebe merenda na escola...

IHU On-Line – Qual sua avaliação sobre as políticas públicas adotadas pelo Brasil nos últimos anos para ampliar o direito à alimentação?

Walter Belik – Ainda estamos tentando definir uma matriz de políticas que possa garantir o pleno direito humano à alimentação. Penso que não existe uma política só que dê conta disso. Pelas estimativas do Ministério, no Cadastro Único, nós teríamos em torno de 20 milhões de famílias em situação de vulnerabilidade. O Bolsa Família atende 14 milhões. Muitos acreditam que o Bolsa Família é uma resposta que o governo estaria dando em contrapartida ao direito humano à alimentação. Penso que não, afinal, ele não diz respeito a alimento, é uma transferência de renda. É preciso compor esta matriz e garantir totalmente este direito.

O Brasil certamente avançou muito e se destaca como *case* internacional em termos de política de combate à fome. Nós conseguimos reduzir a desnutrição crônica de uma forma espetacular, assim como a insegurança alimentar, mas existem outras coisas que seriam complementares.

IHU On-Line – O que falta ao país para ir além das metas do objetivo do milênio e levar o acesso à alimentação para um maior número de pessoas?

Walter Belik – Vamos começar pelo lado mais fácil. Nós avançamos bastante em termos de políticas federativas, mas nada pelo lado judiciário. Nós falamos em direito humano à alimentação, mas quem é o juiz que julga estes casos? Existe alguma vara que trabalha com esta questão? Está no código civil ou penal alguma regulamentação com relação a isso? Não. Este é um problema sério. No Brasil, muitas vezes, acredita-se que ao fazer uma coisa todo o resto está resolvido, mas não. Houve a emenda constitucional da PEC 47, que inclui o alimento nos direitos sociais, mas o sistema judiciário não está preparado para isso. Se alguém morrer de fome no Brasil, eu faço um Boletim de Ocorrência? Como é isso? A alimentação

está no artigo 6º da Constituição, mas não tem estatuto jurídico. Ela está em conjunto com outros direitos sociais, como o Direito à Educação. Se eu tenho uma criança e a escola não tem vaga, eu vou ao Ministério Público, denuncio a escola e abro um processo contra o prefeito. Com alimentação eu não consigo fazer isso. Se alguém passa fome, qual o procedimento?

Do lado do executivo, temos vários programas que são responsabilidade de outros entes federativos. A União tem feito muitos esforços para implementar políticas de alimentação no Brasil, mas os outros entes da Federação, não. Haja vista o caso da merenda escolar. A merenda é um repasse que o governo federal faz às prefeituras. Sobre esse repasse, cabe à prefeitura dobrar a quantia, mas elas não fazem isso – e nem são punidas por não fazer.

A legislação é avançada. A sociedade civil trabalhou bem e, através das conferências de segurança alimentar, fez uma abordagem correta que contemple as minorias, os diversos setores, enfim. Com relação à legislação está tudo bem. No entanto, temos um judiciário que não se mexe. A Controladoria Geral da União – CGU controla as ações do governo federal, mas sobre estados e municípios não há controle nenhum. Deveria haver, afinal é uma lei orgânica. Temos que sair do nível federal e atingir níveis de aplicação das políticas.

A partir de 2006 foi implantado o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Sisan, que seria análogo ao que o SUS é para a saúde. No entanto, em São Paulo, pelo menos, ele não andou nada. É uma responsabilidade compartilhada entre os três entes federados, mas governos e municípios não estão cumprindo seu papel. E isso seria muito importante. Minha avaliação é que nós andamos a passo de gigante, mas ainda temos muito o que fazer.

IHU On-Line – Se a fome é resultado da má distribuição dos alimentos, e não de uma produção insuficiente que atenda a demanda mundial, por que ainda não conseguimos implementar medidas eficazes que contemplem o direito à alimentação e à nutrição?

“Nós falamos em direito humano à alimentação, mas quem é o juiz que julga estes casos? Qual o procedimento?”

Walter Belik – Porque o mundo não é um sistema de vasos comunicantes. Se está sobrando alimento em uma parte do mundo, não necessariamente este alimento vai chegar a quem tem fome. Eu diria ainda que é muito pelo contrário, normalmente esse alimento que está sobrando é jogado fora. Temos, afinal, estimativas alarmantes em relação ao desperdício. Esse assunto é muito importante, e foi analisado também na época da formação do Sistema Mundial de Alimentos, que deu origem a FAO. Havia uma proposta colocada por alguns países que previam a criação de uma espécie de banco mundial de alimentos. Então, assim como se tem o FMI, que fiscaliza os fluxos e a saúde financeira dos países, haveria uma espécie de organismo multinacional que deveria cuidar desta movimentação de estoques, cuidar de suprimentos, permitir que os preços não variassem tanto... Ele teria função de intervenção no mercado. O que aconteceu foi que o Sistema acabou se transformando na FAO, que é muito importante, mas que é apenas normativa. A FAO orienta, faz levantamentos de safra, promove informações de assistência técnica, difusão de tecnologia, etc., mas não é um mecanismo de intervenção direta nos mercados. Mais tarde, foi criado o PNA, o Programa Nacional de Alimentos. No entanto, este funcionou durante muitos anos como um braço dos Estados Unidos e da Europa, que descarregavam seus recipientes de alimentos de forma a dar sustentação ao preço. Assim, ao invés de soltarem os produtos no mercado, baixando o preço, faziam doação para o PNA. Hoje essa política mudou, ainda que

os EUA sejam o principal financiador do PNA – que ainda está em busca de um papel. Talvez isso que você perguntou seja este papel: a organização dos fluxos para abastecimento em nível mundial.

IHU On-Line – Que iniciativas de cooperação internacional contribuem para a ampliação do acesso à alimentação?

Walter Belik – Esse também é um tema controverso. Em minha opinião, penso que a Organização Mundial do Comércio – OMC poderia fazer este papel. E faz, de certa forma, este papel. Barreiras comerciais só prejudicam os pobres. Existe uma parte do movimento de trabalhadores rurais que defende a necessidade de barreiras como forma de proteger a sua produção. Eu vejo outras formas de proteger sua produção, pois as barreiras servem para que produtores europeus, principalmente, garantam sua reserva de mercado. Penso, então, que isso deveria ser aperfeiçoado. Movimentos de proibir a exportação da carne ou do frango brasileiros são barreiras extraeconômicas que se inventa para proteger determinados mercados. E o público interno paga mais caro por isso.

Eu não sou liberal ou neoliberal a ponto de pensar que não deve ter barreira nenhuma. Tem que ter, é lógico, pois existem crises alimentares em que você deve estabelecer determinadas proteções. Por exemplo, quando houve, em 2008, uma alta generalizada no preço dos alimentos, muitos países colocaram barreiras proibindo a exportação dos seus alimentos, no sentido de que o público interno ficaria desabastecido. Penso que estas são soluções positivas, como medidas emergenciais a serem tomadas. Agora, o que precisa ter é um equilíbrio. Se houvesse equilíbrio, muito provavelmente o alimento circularia de forma mais livre no mundo. Seria possível baixar preços, ou permitir que organizações de produtores participassem dos mercados. Hoje quem participa dos mercados são as *tradings*, porque é tão complexo, que uma cooperativa no Rio Grande do Sul não consegue fazer isso. São mecanismos que permitem equilibrar um pouco o jogo nesse campo.

Um sistema alimentar que produz famintos e obesos

“O problema da fome tem a ver com a falta de democracia. Temos alimentos suficientes no mundo, mas não há acesso a eles para todas as pessoas”, pondera a ativista Esther Vivas

POR LUCIANO GALLAS / TRADUÇÃO: ANDRÉ LANGER

“O problema, hoje, quando falamos de alimentação, não tem a ver somente com a fome, mas também com a má nutrição. Porque vivemos num mundo de famintos, mas também de obesos. O sistema alimentar atual não satisfaz corretamente as necessidades de comer das pessoas. É um sistema que produz simultaneamente pessoas que passam fome e pessoas que são obesas, fruto também de uma má alimentação. E este paradoxo de viver num mundo de famintos e de obesos mostra como o sistema alimentar atual não satisfaz as necessidades alimentares das pessoas. Fundamentalmente, o que o move é a lógica do capital, do dinheiro, do benefício econômico”, afirma a ativista Esther Vivas.

Nesta entrevista, concedida por telefone à **IHU On-Line**, Esther Vivas enfatiza que o problema da fome é, fundamentalmente, político. Segundo ela, apesar de produzirmos uma quantidade de alimentos suficiente para alimentar uma população adicional de mais 5 bilhões de pessoas no mundo, temos hoje um bilhão de pessoas passando fome entre os 7 bilhões de habitantes do planeta – ou seja, um a cada sete habitantes passa fome. “Há um problema de democracia no sistema agrícola e alimentar. A resposta à pergunta de por que há hoje fome num mundo de abundância de alimentos, a encontramos quando analisamos quem determina as políticas agrícolas alimentares, quem sai ganhando com este modelo. O atual sistema agroalimentar está pensado basicamente para que umas poucas empresas ganhem dinheiro, mesmo que

para isso muitas pessoas tenham que passar fome”, frisa.

A ativista lembra que a chamada revolução verde resultou na privatização da agricultura, já que os insumos agrícolas (todos aqueles elementos, entre bens e serviços, necessários para a produção de alimentos) são controlados por poucas empresas. Em consequência, a capacidade de decidir sobre o que e de que forma plantar, que antes era exercida pelo agricultor, agora é retida pela indústria alimentar. “Atualmente, não sabemos o que comemos, não sabemos o que está por trás do que consumimos. Alimentamo-nos com produtos *quilométricos*, que vêm do outro lado do mundo. Perdemos a capacidade de decidir sobre aquilo que levamos à boca”, adverte, ressaltando que essas políticas resultaram na perda da diversidade agrícola e alimentar e em uma sociedade que contrai doenças a partir daquilo que ingere.

Esther Vivas é ativista política e social, posicionando-se a favor da soberania alimentar e do consumo crítico. É jornalista e mestre em Sociologia. Participou dos movimentos altermundialistas, em várias edições do Fórum Social Mundial e nas campanhas contra as mudanças climáticas. É autora de diversos livros, entre os quais *Resistencias globales. De Seattle a la crisis de Wall Street* (Madrid: Editorial Popular, 2009, com JM Antentas), *Del campo al plato* (Barcelona: Icaria Editorial, 2009, com X. Montagut), *En pie contra la deuda externa* (Barcelona: El Viejo Topo, 2008) e *Supermercados, no gracias* (Barcelona: Icaria Editorial, 2007, com X. Montagut).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Quando falamos de fome, a que estamos nos referindo exatamente? Por que ainda há fome no mundo?

Esther Vivas – Atualmente, vemos que o problema da fome é um problema político. Dados do ex-relator especial das Nações Unidas

sobre temas da fome, Jean Ziegler¹,

¹ Jean Ziegler (1934): sociólogo suíço. Foi professor das universidades de Gene-

indicam que, no mundo, produzem-se alimentos que poderiam dar de comer a 12 bilhões de pessoas. Somos atualmente 7 bilhões de pessoas no mundo. Apesar desta abundância em que vivemos, uma de cada sete pessoas passa fome. O problema é, em consequência, a existência de fome num mundo de abundância. O problema da fome tem a ver com a falta de democracia. Temos alimentos suficientes no mundo, mas não há acesso a eles para todas as pessoas. Há um problema de democracia no sistema agrícola e alimentar. A resposta à pergunta de por que há hoje fome num mundo de abundância de alimentos a encontramos quando analisamos quem determina as políticas agrícolas alimentares, quem sai ganhando com este modelo. O atual sistema agroalimentar está pensado basicamente para que umas poucas empresas ganhem dinheiro, mesmo que para isso muitas pessoas tenham que passar fome.

IHU On-Line – A fome afeta todo o planeta ou regiões específicas?

Esther Vivas – A fome afeta hoje todo o planeta. Ainda que, evidentemente, as situações mais severas da fome ocorram principalmente em países do Sul e em territórios como o *chifre da África* [nordeste africano] ou a América Latina – temos visto fomes periódicas no Haiti. Mas, além de ocorrer nos países do Sul, a fome está presente também em países ocidentais. Atualmente, no Estado espanhol, calcula-se que mais de um milhão de pessoas passem fome. Entretanto, o problema, hoje, quando falamos de alimentação, não tem a ver somente com a fome, mas também com a má nutrição. Porque vivemos num mundo de famintos, mas também de obesos. O sistema alimentar atual não satisfaz corretamente as necessidades de comer das

bra e de Sorbonne, esta em Paris. Ocupou vários cargos na Organização das Nações Unidas - ONU, entre os quais o de Relator Especial sobre o Direito à Alimentação 2000-2008. É atualmente oficial diplomata da ONU. Ziegler também é conhecido pela frase: "Uma criança que morre de fome é uma criança assassinada". (Nota da IHU On-Line)

“Deixamos a nossa alimentação nas mãos de grandes agroindústrias, de grandes empresas da distribuição de alimentos que, basicamente, buscam fazer negócio com os alimentos”

pessoas. É um sistema que produz simultaneamente pessoas que passam fome e pessoas que são obesas, fruto também de uma má alimentação. E este paradoxo de viver num mundo de famintos e de obesos mostra como o sistema alimentar atual não satisfaz as necessidades alimentares das pessoas. Fundamentalmente, o que o move é a lógica do capital, do dinheiro, do benefício econômico.

IHU On-Line – O sistema capitalista gera riqueza a partir da desigualdade nas sociedades humanas e do desequilíbrio na relação entre o homem e a natureza. A fome é inerente ao funcionamento do capitalismo?

Esther Vivas – Fizeram-nos crer que as pessoas compartilham os valores inerentes ao sistema capitalista. Quando nos falamos da natureza, nos dizem que na natureza o que impera é a lei da selva, a lei da competição. Na realidade, quando olhamos a natureza, vemos que o que impera é a lei da cooperação. Querem nos fazer crer que a pessoa e a natureza por si mesmas têm os valores do capitalismo, os valores da competição, do individualismo. Mas, na realidade, não é assim. Hoje, entre as diferentes crises múltiplas que afetam o sistema atual, uma crise importante é a crise

dos valores. Entendemos que é preciso apelar para outras relações entre as pessoas, para outras relações com a natureza, para fazer frente às relações antagônicas impostas pelo sistema capitalista, relações antagônicas ao individualismo, à competição, à busca do benefício acima de tudo. Temos que romper com esta lógica do capitalismo que nos impõem e apelar para outra lógica, a lógica da cooperação, da solidariedade, dos bens comuns. Este é um desafio que temos pela frente.

IHU On-Line – Entender a alimentação como um produto comercial resulta em que consequências?

Esther Vivas – As consequências são claramente a fome num mundo em que diariamente, nos supermercados, oferecem toneladas de alimentos. Mas a lógica que impera é o modelo agrícola e alimentar atual. A lógica de fazer negócio com os alimentos é a mesma que vemos em outros âmbitos da vida cotidiana. Atualmente, vemos como se faz negócio com o direito à saúde, o direito à educação, o direito à moradia digna. Aqueles que ostentam as políticas atuais e aqueles que se beneficiam destes âmbitos ganham dinheiro com a privatização da saúde, com a privatização da educação e também com a fome no mundo. É urgente, pois, mudar este modelo de agricultura e alimentação e colocar no centro a necessidade das pessoas, o campesinato e o respeito à natureza.

IHU On-Line – A partir da chamada revolução verde, a decisão sobre o que e como cultivar foi retirada do camponês e transferida para as grandes companhias de alimentação. Os agricultores passaram a depender destas empresas para plantar as sementes e comercializar os alimentos. Que consequências este modelo, que opta pelas prioridades e necessidades da indústria, e não das pessoas, traz para os consumidores?

Esther Vivas – A revolução verde significou a privatização da agricultura, que foi entregue – os insumos agrícolas, as sementes – nas mãos

de poucas empresas. Além disso, tirou dos camponeses a capacidade de decidir sobre aquilo que produzem. Em relação aos consumidores, estas políticas agroindustriais reservaram para si também o direito de decidir sobre o que comemos. Atualmente, não sabemos o que comemos, não sabemos o que está por trás do que consumimos. Alimentamo-nos com produtos *quilométricos*, que vêm do outro lado do mundo. Perdemos a capacidade de decidir sobre aquilo que levamos à boca. E as consequências para a população em geral foram muito negativas. Essas políticas significaram o desaparecimento do campesinato, a perda da diversidade agrícola e alimentar. Além do mais, é um modelo que nos deixa doentes, deixa doentes os camponeses que trabalham a terra, muitas vezes em decorrência do impacto do uso intensivo de agrotóxicos. Há cada vez mais doenças vinculadas àquilo que comemos. Neste modelo de agricultura e de alimentação, o grande beneficiário é a indústria, e não as pessoas.

IHU On-Line – Em nossa sociedade, há basicamente duas maneiras de ter acesso aos alimentos: pela compra ou pelo cultivo da terra. Neste sentido, como a fome e a desnutrição estão relacionadas com a ausência da reforma agrária e da demarcação das terras indígenas?

Esther Vivas – O acesso aos direitos naturais – à terra, à água, às sementes – é essencial para poder decidir o que comemos; que o campesinato tenha direito aos bens comuns é fundamental para recuperar esta capacidade de decisão sobre aquilo que se cultiva e aquilo que comemos. Deste ponto de vista, a reivindicação da reforma agrária e a reivindicação das terras dos povos indígenas para que estejam nas mãos das suas comunidades é essencial. Hoje, ao contrário, notamos como a atual crise econômica provocou um aumento da privatização dos bens comuns, gerou uma nova onda de monopólio e privatização de terras. Vemos como no contexto atual de crise econômica o capitalismo se veste de verde, e a economia verde

“Há cada vez mais doenças vinculadas àquilo que comemos. Neste modelo de agricultura e de alimentação, o grande beneficiário é a indústria, e não as pessoas”

busca fazer negócio com bens que são essenciais para a humanidade, para a vida e para a nossa alimentação. Deste ponto de vista, a reivindicação do direito à terra é essencial para que se alcance uma mudança de modelo.

IHU On-Line – O aumento do sobrepeso e da obesidade na população mundial se deve à alimentação uniforme imposta pelo modelo econômico atual?

Esther Vivas – A obesidade e o sobrepeso, a má nutrição, é o resultado, por um lado, da pobreza. Vemos como o sobrepeso e a obesidade afetam em geral, nas sociedades, aqueles que têm menos recursos econômicos. Há uma construção de classe social ligada ao que comemos e a uma má alimentação. Aqui, no Estado espanhol, por exemplo, do total de famílias que são expulsas de suas casas no atual contexto de crise, calcula-se que 45% (destas famílias) têm dificuldades para comprar alimentos. E há relatórios que assinalam – aqui no Estado espanhol – que aquelas comunidades autônomas com os índices mais elevados de desemprego são também aquelas nas quais os índices de sobrepeso e obesidade são maiores.

Ao mesmo tempo, não é apenas um problema de pobreza vinculado ao sobrepeso e à má nutrição. Muitas vezes há também um problema de desinformação. Vivemos em sociedades em que não há uma educação para aquilo que comemos, como devemos comer, como devemos nos alimentar. Deixamos a nossa alimentação nas mãos de grandes agroindústrias, de grandes empresas da distribuição de alimentos que, basicamente, buscam fazer negócio com os alimentos. Aqui se difundiu um modelo de alimentação *fast food* homogeneizada, que está submetido ao lucro e ao dinheiro, mas que, ao contrário, não leva em consideração a saúde das pessoas. A desinformação sobre o que comemos faz com que muitas pessoas comam mal, acabem comendo alimentos que podem ter um impacto negativo sobre a sua saúde, mas que os comem porque é o modelo alimentar que se impôs por parte destas grandes empresas.

IHU On-Line – Neste sentido, sendo os alimentos ricos em calorias e em açúcar oferecidos a preços mais baixos que os alimentos saudáveis, até que ponto, para a população em geral, manter uma dieta saudável é mais uma questão econômica do que educativa?

Esther Vivas – Em relação àquilo que comemos, há uma questão econômica – em países da União Europeia afetados pela crise, há pessoas que não têm dinheiro para comprar alimentos. Evidentemente, os ingressos econômicos determinam em parte o que podemos consumir, mas há também o elemento vinculado à informação. Felizmente, há cada vez mais pessoas que questionam o que está por trás dos alimentos que consumimos, o que está por trás do que comemos. E estão nascendo alternativas ao modelo dominante de produção, distribuição e consumo. Estão emergindo alternativas baseadas na agroecologia, na produção e consumo de alimentos locais, num modelo de agricultura ecológica. Há também iniciativas que buscam combater a pobreza estrutural que as pessoas sofrem.

Surge uma série de iniciativas que buscam que as pessoas que mais sofrem a situação de crise econômica possam alimentar-se bem, alimentar-se dignamente. Nos Estados Unidos, há territórios chamados de desertos alimentares, porque as pessoas não têm onde comprar alimentos frescos, locais estes em que se está começando a fazer hortas urbanas. Presenciamos também aqui no Estado espanhol casas ocupadas por pessoas que foram expulsas das suas residências e que estão fazendo suas hortas urbanas. Vincular as lutas por uma vida digna, por um trabalho digno e pela boa alimentação, creio, é um passo adiante muito importante. Alimentar-se bem não é um privilégio de alguns poucos que economicamente se podem permitir isso. Deve ser um direito para todos.

IHU On-Line – Por que a alimentação saudável enfrenta tanta resistência para ser prioritária na agenda de um projeto político coletivo?

Esther Vivas – Porque os vínculos entre aqueles que se beneficiam deste modelo agroindustrial e aqueles que ditam as políticas atuais são muito estreitos. Há uma dinâmica clara de portas giratórias: aqueles que hoje estão no governo, amanhã, quando saem do governo, passam a ocupar cargos em conselhos de assessores das principais empresas do país, e vice-versa. Na Europa, por exemplo, em Bruxelas, existem milhares de *lobbies* que pressionam a União Europeia para que aprove leis que os beneficiem.

No Estado espanhol, por exemplo, temos um exemplo clássico do que estamos falando. A Agência Espanhola de Segurança Alimentar, que, como diz seu nome, tem que cuidar da nossa segurança alimentar, tem como sua atual diretora a sra. Ángela López de Sá, que, antes de ocupar o cargo nesta agência pública, era uma das principais diretoras da Coca-Cola. Trabalhou durante 20 anos nessa empresa. Deste ponto de vista, há um conflito de interesses claro. Este caso não é anedótico; poderíamos encontrar vários exemplos de como executivos de empresas privadas ocupam

“Estão emergindo alternativas baseadas na agroecologia, na produção e consumo de alimentos locais, num modelo de agricultura ecológica”

hoje cargos públicos. Isso acontece no Estado espanhol, mas acontece também em muitos outros países. Este fato explica a orientação das atuais políticas agrícolas e alimentares a serviço das principais empresas do setor.

IHU On-Line – O que as pessoas podem fazer para apoiar ações alternativas de alimentação?

Esther Vivas – Podem fazer muitas coisas. O importante é assinalar que há alternativas e que elas estão se desenvolvendo. Em muitos países emerge o que poderíamos chamar de novo campesinato, pessoas que voltam ao campo e que começam a trabalhá-lo de outra maneira, apostando em uma agricultura local, uma agricultura ecológica, uma agricultura estacional, uma agricultura camponesa; em síntese, numa lógica contrária à da agroindústria. Cada vez mais há cidadãos que questionam aquilo que comem, que optam por consumir de outra maneira, comprando diretamente do produtor, em mercados de camponeses, através de grupos de cooperativas de consumo. Também as hortas urbanas vão se multiplicando, assim como as campanhas ou iniciativas que buscam reciclar alimentos descartados pelos supermercados e reutilizá-los, além

da organização de “comedores populares”, etc.

Tudo isso demonstra que há alternativas. Mas, para além destas alternativas a título pessoal ou coletivo, são imprescindíveis as mudanças políticas. Precisamos de uma reforma agrária, que a terra seja para quem nela trabalha e que tenha uma finalidade social e não especulativa. Precisamos também que se proibam os transgênicos, que têm um impacto muito negativo sobre o meio ambiente e sobre o consumo. O fundamental hoje é introduzir democracia neste modelo de agricultura e alimentação, construindo-se um sistema que esteja a serviço das pessoas e da satisfação das suas necessidades alimentares.

Leia mais...

- *Alimentos 0 km, além do marketing.* Artigo de Esther Vivas, publicado no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU em 07-04-2014, disponível em <http://bit.ly/1zBm4g>.
- *O Grande Irmão no supermercado.* Artigo de Esther Vivas, publicado no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU em 31-03-2014, disponível em <http://bit.ly/1hetD6H>.
- *Uma dieta globalizada.* Artigo de Esther Vivas, publicado no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU em 19-03-2014, disponível em <http://bit.ly/1gayCJN>.
- *- Sem direito a comer.* Artigo de Esther Vivas, publicado no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU em 08-04-2013, disponível em <http://bit.ly/1mZJ3Dc>.
- *- 15M. A força que brota das redes sociais.* Entrevista com Esther Vivas publicada no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU em 06-07-2011, disponível em <http://bit.ly/Sb0vYU>.

A desnutrição invisibilizada

“A má nutrição atinge uma em cada três crianças indígenas menores de cinco anos. No Norte, esse índice chega próximo dos 40%”, revela Maria Emília Lisboa Pacheco

POR LUCIANO GALLAS

“**E**m relação aos indígenas, o I Inquérito Nacional de Saúde Indígena no Brasil data de 2009 e mostra dados muito alarmantes: a má nutrição atinge uma em cada três crianças indígenas menores de cinco anos. Esse é um índice preocupante até mesmo se comparado ao de camadas da população em situação social mais vulnerável. No Norte, esse índice chega a algo próximo dos 40%. A situação de anemia entre as mulheres indígenas também é alta, chegando a 32% da população de mulheres não grávidas – e 46% delas estão na Região Norte, onde se encontra a maior parte das etnias indígenas. Esses números mostram que há uma desnutrição entre as populações indígenas”, revela a presidenta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea, Maria Emília Lisboa Pacheco.

Nesta entrevista, concedida por telefone à **IHU On-Line**, a antropóloga analisa a realidade brasileira frente ao cumprimento das metas nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Os oito objetivos do milênio foram propostos pela Organização das Nações Unidas – ONU em 08-09-2000, em um esforço para transformar o conteúdo de acordos internacionais celebrados em cúpulas mundiais organizadas na década de 1990 em um conjunto de compromissos concretos para o desenvolvimento da humanidade ao longo do século XXI. As erradicações da pobreza extrema e da fome estão entre os objetivos a serem alcançados.

De acordo com Maria Emília Pacheco, para que se avance ainda mais no Brasil e se assegure plenamente o direito humano à alimentação de qualidade, é preciso ampliar o acesso ao alimento a certas parcelas da população que enfrentam graves obstáculos sociais e econômicos para satisfazer esse direito, entre as quais as comunidades tradicionais e, principalmente, os povos indígenas. Nesta perspectiva, é necessário asse-

gurar os direitos territoriais aos povos indígenas e comunidades tradicionais. E, ainda, garantir acesso à terra e aos bens da natureza aos trabalhadores e trabalhadoras sem terra; implementar uma política de abastecimento descentralizada, com incentivo à realização de feiras agroecológicas e ações que coloquem obstáculos à substituição dos pequenos varejos pelos grandes supermercados; regular a rotulagem e publicidade de alimentos (principalmente aquela direcionada à criança e ao adolescente); controlar a incidência de produtos químicos (como conservantes e corantes), de sal e de açúcar nos produtos processados; desenvolver ações de educação alimentar e nutricional; salvaguardar o patrimônio alimentar.

Maria Emília Lisboa Pacheco é formada em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora e possui mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Trabalha na Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional – Fase, no Rio de Janeiro, atuando nos campos da segurança alimentar e nutricional, agroecologia e economia solidária. Integra o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e a Articulação Nacional de Agroecologia. É presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea. No **XV Simpósio Internacional IHU. Alimento e Nutrição no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**, no dia 07-05-2014, ela apresentará o painel *Relatos das mesas simultâneas – Cenários da alimentação e nutrição nas 5 macrorregiões brasileiras com seus biomas*, às 10h45min, e a conferência *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – Metas atingidas, desafios e perspectivas para a erradicação dos males da fome*, às 20 horas.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Quais são os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio relacionados à alimentação e à nutrição?

Maria Emília Lisboa Pacheco – No total, são oito os Objetivos do Milênio¹, mas eu considero que, sobretudo, quatro deles têm uma relação direta com o que estamos tratando. O primeiro, pela ordem inclusive dos próprios Objetivos do Milênio, é *acabar com a fome e a miséria*. Outro que, a meu ver, tem um valor importante para nós, é a *igualdade de gênero e a valorização das mulheres*, o empoderamento das mulheres. Um outro objetivo ainda é a *redução da mortalidade infantil*, e um quarto estabelece o *respeito à qualidade de vida e ao meio ambiente*. Eu falo desses quatro porque, no Brasil, a nossa visão a respeito do direito humano à alimentação, da soberania, da segurança alimentar e nutricional, dialoga com muitas dimensões.

IHU On-Line – Em que situação se encontra o Brasil em termos de cumprimento das metas propostas nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio para o enfrentamento da fome e da pobreza?

Maria Emília Lisboa Pacheco – Em relação ao primeiro objetivo, que é *acabar com a fome e a miséria* – que é extremamente importante, porque impacta diretamente no direito à alimentação adequada e nutrição –, nós temos no Brasil uma melhora da situação de insegurança alimentar. Podemos dizer que, com relação a este objetivo, o Brasil, se não alcançou totalmente, está muito próximo de alcançar a meta, porque já houve uma redução, mais ou menos pela metade, no número de pessoas vivendo em extrema pobreza no país. Nós consi-

¹ Oito objetivos da ONU: são compromissos concretos para o desenvolvimento da humanidade ao longo do século XXI. Os objetivos a serem alcançados até 2015 são: 1) acabar com a Fome e a Miséria; 2) Educação Básica de Qualidade para todos; 3) Igualdade entre Sexos e Valorização da Mulher; 4) Reduzir a Mortalidade Infantil; 5) Melhorar a Saúde das Gestantes; 6) Combater a Aids, a Malária e outras doenças; 7) Qualidade de Vida e Respeito ao Meio Ambiente; e 8) Todo Mundo trabalhando pelo Desenvolvimento. (Nota da IHU On-Line)

“As comunidades indígenas se encontram em áreas que recobrem cerca de 30% da nossa biodiversidade, mas o ritmo de regularização dessas terras é muito lento”

deramos que houve uma redução da insegurança alimentar grave, que é a fome: no Brasil, em 2004, ela atingia 7% da população; em 2009, já era 5%, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE destes mesmos anos.

Essa redução da insegurança alimentar está ligada, na nossa leitura no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea, a uma política de valorização do salário mínimo no país nestes últimos tempos e também aos programas chamados de transferência de renda, os quais, segundo vários estudos, impactam positivamente no acesso ao alimento. Mas, mesmo assim, ainda temos milhões de brasileiros com uma renda baixíssima e ainda se mantém uma violenta desigualdade no país, só que, se analisarmos as últimas décadas, com alguma diferença. O número de brasileiros vivendo em extrema pobreza, que chegava a 25% da população em 1990, caiu para 4,8% em 2008. Essa mudança nas estatísticas expressa que há um enfrentamento da questão no Brasil.

Por outro lado, a nosso ver, essa mudança também está associada a uma certa recuperação da capacidade reguladora do Estado, porque – é preciso considerar isso – a opção pela liberalização comercial e des-

regulamentação dos mercados em décadas passadas reduziu muito a capacidade de regulação do próprio Estado. Uma análise que fizemos no Consea por ocasião da crise do preço dos alimentos em 2008, por exemplo, que era uma crise mundial, mostrou que a ação do Estado brasileiro em relação a algumas iniciativas, como a que exemplifiquei em relação ao salário mínimo, mas também na revitalização da Companhia Nacional de Abastecimento e na implementação de programas de proteção à agricultura familiar, atenuou os impactos da crise no Brasil.

Quanto a outro objetivo que relacionei como tendo interação com a alimentação e a nutrição – aquele que diz respeito à mortalidade infantil –, o Brasil tem dados extremamente importantes: a taxa de mortalidade para mil nascidos vivos passou de 29,7 em 2000, para 15,6 em 2010, que é uma taxa menor do que aquela que estava prevista para 2015. Houve até uma certa antecipação por parte do Brasil na realização dessa meta. Isso no plano geral. Se analisarmos por região, veremos que, no Norte, esta taxa verificou uma redução ainda maior. A redução da taxa da mortalidade infantil pode ser atribuída, por um lado, às políticas públicas, mas, por outro, também às iniciativas da sociedade. Pelo lado da sociedade, é importante destacar o papel da Pastoral da Criança, que possui uma ação bastante capilarizada pelo país. Iniciativas dessa natureza também contribuem para a obtenção destes índices.

Igualdade de gênero

Mas também queria associar à alimentação e à nutrição, como eu disse antes, o objetivo que fala de igualdade de gênero e de valorização das mulheres. No caso brasileiro, há iniciativas bastante significativas, cujos resultados talvez precisássemos dimensionar mais. Por exemplo, o programa que foi desenvolvido pelo governo brasileiro nos últimos anos, em interação com os movimentos sociais, sobre a documentação das mulheres no campo, é muitíssimo importante, porque traz o reconhecimento da mulher trabalhadora, o

reconhecimento da cidadania destas mulheres. Assim como o programa de promoção da autonomia econômica das mulheres desenvolvido a partir do Ministério de Desenvolvimento Agrário, iniciativa bastante significativa porque apoia diversos projetos de mulheres reunidas em cooperativas e associações – embora as mulheres continuem com muitas dificuldades de acesso a instrumentos que são necessários para acessar políticas, como, por exemplo, a chamada Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP, que é uma exigência hoje para acesso a várias políticas públicas [no meio rural]. As mulheres continuam lutando para que o Cadastro de Pessoas Físicas – CPF possa ser considerado um documento que identifique a mulher trabalhadora, porque a DAP é fornecida por família e, no Brasil, ainda temos a predominância de uma visão patriarcal, e muitas vezes as mulheres não têm autonomia. Esses instrumentos visam garantir o acesso às políticas, precisam fazer parte das políticas de ações afirmativas.

Outra iniciativa relacionada à assistência técnica e extensão rural, também fruto da mobilização social dos movimentos, é a chamada pública dirigida às mulheres. No âmbito da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, há a proposta de que pelo menos 30% dos recursos destinados à assistência técnica, dentro da Chamada Pública de Agroecologia, sejam destinados aos grupos de mulheres, e também que elas correspondam a um percentual de pelo menos 50% das pessoas que participam dos programas de formação. Estes exemplos são fruto dos processos de mobilização e de afirmação histórica do movimento de mulheres, do movimento feminista, e que vão trazendo algumas melhorias nos indicadores de participação e do empoderamento das mulheres. Embora, do ponto de vista do crédito, elas ainda tenham um acesso menor do que os homens, se olharmos a participação das mulheres em programas de gestão de alimentos, já há um grau de participação maior delas. É extremamente importante que haja indicadores que possam acompanhar a inserção das

“As regiões que apresentam um índice maior de insegurança alimentar grave, que diz respeito à fome, são o Norte e o Nordeste”

mulheres em políticas de atendimento do direito humano à alimentação.

Meio Ambiente

No que diz respeito ao quarto Objetivo do Milênio que precisamos relacionar neste debate sobre a alimentação e a nutrição – *a qualidade de vida e o respeito ao meio ambiente* –, temos questões, obstáculos, problemas e desafios grandes no Brasil. Como todos sabemos, o modelo agrícola dominante se rege ainda pelos padrões da chamada *revolução verde*, então o país, hoje, infelizmente, ostenta o título nada honroso de ser o campeão no uso de agrotóxicos. É gravíssima a situação de contaminação da água, dos alimentos, do meio ambiente em geral. Por isso entendemos que o meio ambiente não pode ser visto como uma externalidade. O modelo agrícola precisa ser pensado do ponto de vista também do impacto na saúde humana, no meio ambiente e na efetivação do direito humano à alimentação adequada e saudável.

Ao mesmo tempo, não podemos perder de vista que alguns programas que dizem respeito à qualidade de vida, que mesmo tendo um caráter regional são bastante importantes. Os programas Um Milhão de Cisternas e Uma Terra Duas Águas, que monitoramos aqui no Consea, são desenvolvidos pela Articulação Semiárido Brasileiro – ASA (com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS) na caatinga, no semiárido brasileiro. Programas deste tipo têm significado, na prática, uma mudança de paradigmas no chamado combate

à seca. Nós aprendemos com as organizações que estão disseminadas pelo semiárido brasileiro que precisamos, pensar políticas e propostas que respondam aos desafios em um bioma como esse, que tem também sua diversidade, muitas vezes pouco conhecida. O acesso à água através de programas dessa natureza, com centenas de milhares de cisternas construídas para captação e armazenagem de água para consumo humano e para a produção, se utiliza de tecnologias como a de barragens subterrâneas e outras tantas, muitas delas fruto da criação e da criatividade da sociedade. É muito importante que o governo reconheça isso hoje e o transforme em um programa público. Nós estamos acompanhando as tecnologias de cisternas de placa, e já nos manifestamos contra as cisternas de polietileno (cisternas de plástico) pelos riscos que trazem para a saúde, e já nos manifestamos sobre os riscos que trazem para a saúde, para a qualidade da água e para a própria logística, pois muitas vezes observamos a inadaptabilidade destas cisternas, que, ou não chegam ao local de uso, por se quebrarem, ou chegam amassadas.

IHU On-Line – No cenário nacional, as maiores dificuldades enfrentadas para o cumprimento das metas encontram-se nos objetivos relacionados ao meio ambiente...

Maria Emília Lisboa Pacheco – Parte destes objetivos relacionados à qualidade de vida, que estão associados a uma alimentação saudável, isenta dos contaminantes químicos e dos agrotóxicos, nós não temos alcançado no Brasil. Entendemos que deve ocorrer um maior poder de regulação do Estado em relação ao alimento que está nas prateleiras dos supermercados. Nós estamos muito preocupados com essa situação, e veja que há uma contradição aí, porque eu disse no início que houve melhorias no acesso ao alimento, com um enfrentamento maior da questão da fome, embora persistam situações ainda muito graves no país, em termos regionais ou atingindo determinados tipos de populações, e ao mesmo tempo cresce no país o índice de sobrepeso e

obesidade, com o aumento do consumo dos produtos processados e ultraprocessados.

IHU On-Line – Neste sentido, em que regiões se verifica uma situação grave de fome no Brasil? E em termos de distribuição por população?

Maria Emília Lisboa Pacheco

– As regiões que apresentam um índice maior de insegurança alimentar grave, que diz respeito à fome, são o Norte e o Nordeste. O Norte tinha 11,9% da população nestas condições em 2004, índice que caiu para 9,2% em 2009. O Nordeste tinha 13,2% da população em situação de insegurança alimentar grave em 2004, índice que reduziu para 9,3% em 2009. Neste caso, o menor índice está na Região Sul, com 2,1% da população (informação de 2009). No Rio Grande do Sul, o índice de insegurança alimentar grave, na distribuição por domicílios, atingia 4,2% em 2004, caindo para 2% em 2009. Em Santa Catarina e no Paraná, no mesmo período, também houve redução nestes índices: de 2,2% para 1,9% e de 4% para 2,4%, respectivamente.

Há essa diferença regional e há também diferenças no interior da população. Com as populações indígena e quilombola, há estudos específicos que mostram esta situação, que é grave. Devemos destacar a importância da realização desses levantamentos, desses diagnósticos específicos, que em grande medida são fruto das ações que envolvem o Consea, desde que o conselho foi criado, em 2003, e da implementação de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. A Chamada Nutricional Quilombola, que data de 2006, mostra, por exemplo, que a prevalência de má nutrição em crianças menores de 5 anos era de 11,6% da população.

Em relação aos indígenas, o I Inquérito Nacional de Saúde Indígena no Brasil, de 2009, mostra dados muito alarmantes: a má nutrição atinge uma em cada três crianças indígenas menores de cinco anos. Esse é um índice preocupante até mesmo se comparado ao de camadas da população em situação social mais vulnerável. No Norte, esse índice chega

a algo próximo dos 40%. A situação de anemia entre as mulheres indígenas também é alta, chegando a 32% da população de mulheres não grávidas – e 46% delas estão na Região Norte, onde se encontra a maior parte das etnias indígenas. Esses números mostram que há uma desnutrição entre as populações indígenas. Em geral, podemos dizer que os povos indígenas apresentam uma situação preocupante em termos de insegurança alimentar.

Política Nacional

Há muitas similaridades entre os povos indígenas nas várias regiões, por isso estão incluídos neste cenário de populações que requerem cuidados maiores. Dentro da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, diretriz que fala da garantia do acesso à alimentação nutritiva e saudável pelos indígenas e as comunidades tradicionais. Ter uma diretriz é algo importante, porque isso compromete o Estado a prover e nos fornece elementos para o monitoramento das políticas públicas. Estabeleceu-se a definição do conceito de segurança alimentar e dos seus princípios na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, que é de 2006, mas foi o Decreto 7272, de 2010, que regulamentou a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e detalhou as diretrizes. Um ponto importante a ser observado é que as diretrizes foram elaboradas com a participação da sociedade, a partir da realização de uma conferência nacional em 2007. Esse é um aspecto que nos é muito caro, a participação da sociedade com suas várias representações. Essa conferência contou com a presença significativa dos movimentos sociais.

Acesso à Terra

A conservação da biodiversidade, a utilização sustentável dos recursos naturais, integra o nosso conceito de segurança alimentar e nutricional e está incluída na política nacional. Para nós, do Consea, o direito humano à alimentação está associado ao direito à terra e ao acesso aos recursos naturais. Aí está uma grande questão, porque os povos indígenas e as comunidades tradicionais estão localizados

em áreas de conflitos socioambientais – as comunidades indígenas se encontram em áreas que recobrem cerca de 30% da nossa biodiversidade, então imagine a importância dessas terras. Mas o ritmo de regularização dessas terras é muito lento.

Nós precisamos de uma ação coordenada dos três poderes – Legislativo, Executivo e Judiciário – para atender aos direitos territoriais. Porque, neste momento, existem iniciativas do Executivo (em portarias, por exemplo, da Advocacia Geral da União – AGU) e também do Legislativo, como é o caso da Proposta de Emenda Constitucional – PEC 215 (que retira do Executivo o poder de titulação das terras e o transfere para o Legislativo, o que representa um retrocesso na legislação brasileira), além da proposta de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) que tramita no Judiciário para anular o Decreto nº 4887, de 2003 - que regulamenta o artigo 68 da Constituição, garantindo o domínio das terras às comunidades quilombolas -, as quais representam um enorme risco de desconstrução de direitos constitucionais. Os povos tradicionais têm uma relação diferente com a terra. O solo não é só o local onde se produz. É o lugar da vida com os seus ritos e mitos, onde se combina o cultivo, a pesca e a coleta com a preservação das espécies.

O cerceamento de direitos que estão na base desta relação com a natureza e da identidade construída a partir daí acaba por violar também o direito humano à alimentação. A sociedade brasileira precisa entender o que é a nossa sociobiodiversidade, porque temos populações que historicamente conservaram e domesticaram espécies, e que nos deixaram esse legado.

Leia mais...

- “É preciso outro modelo de desenvolvimento”. Entrevista com Maria Emília Lisboa Pacheco, publicada na edição 377 da **IHU On-Line**, de 24-10-2011, disponível em <http://bit.ly/1i6BMK8>.

Superar a mercantilização para garantir segurança alimentar adequada e saudável

Francisco Menezes, do Ibase, apresenta um panorama das discussões sobre o tema no Brasil

POR LUCIANO GALLAS E ANDRIOLLI COSTA

“**S**e a segurança alimentar e nutricional no Brasil alcançou avanços significativos, com políticas públicas que permitiram o acesso aos alimentos para grupos sociais mais vulneráveis, não podemos festejar melhoras na forma como parte da alimentação é produzida, dentro de uma perspectiva mercantil, voltada para o lucro e sem a preocupação de uma alimentação adequada e saudável. Nesse ponto, ainda há muito o que avançar”, defende o economista Francisco Menezes.

Em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Menezes comenta as alternativas

para a “mcdonaldização” dos alimentos – como o movimento *Slow Food*, o papel e a atuação do agronegócio na busca por novos e crescentes nichos de mercado. Relaciona também o próprio papel do consumidor em exigir do mercado alimentos de qualidade.

Francisco Menezes é graduado em Economia pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, e tem pós-graduação em Desenvolvimento Agrícola pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. Atualmente é pesquisador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – Ibase.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Com a globalização da alimentação, com produtos industrializados e *fast foods* se popularizando no mundo inteiro, percebemos uma padronização da dieta com uma alta predominância dos mesmos ingredientes (milho, soja, arroz, etc.). Que tipo de prejuízos sofreremos, tanto do ponto de vista nutricional quanto dos cultivos agrícolas, a partir desta homogeneização da produção alimentícia?

Francisco Menezes – Um elemento determinante para uma alimentação saudável e nutricionalmente adequada é a diversidade. É o melhor caminho para garantir o acesso ao conjunto mais completo de componentes necessários para uma boa alimentação. Restringir-se a poucos ingredientes vai acarretar, invariavelmente, insuficiências

nutricionais. Ao lado disso, decorre nos cultivos agrícolas uma perda de toda a diversidade de espécies, trazendo riscos grandes de escassez de alimentos, frente a imprevistos que a atividade agrícola sempre carrega, como problemas climáticos, de pragas, etc. Acrescente-se, ainda, outro tipo de prejuízo, frente à cultura alimentar, que no caso de nosso país é riquíssima.

IHU On-Line – Na indústria alimentícia, em nome da alta produtividade, existem exemplos de extremos, como a crueldade com os animais, abuso no uso de inseticidas e pesticidas, utilização de transgênicos experimentais ou mesmo a exploração de mão de obra escrava. Qual é a realidade brasileira em relação a estes aspectos?

Francisco Menezes – Se a segurança alimentar e nutricional no Brasil alcançou avanços significativos, com políticas públicas que permitiram o acesso aos alimentos para grupos sociais mais vulneráveis, não podemos festejar melhoras na forma como parte da alimentação é produzida – dentro de uma perspectiva mercantil, voltada para o lucro e sem a preocupação de uma alimentação adequada e saudável. Nesse ponto, ainda há muito o que avançar.

IHU On-Line – Por outro lado, nos últimos anos, a indústria tem investido também em soluções opostas, em geral para agregar valor ao alimento, entre as quais a produção orgânica ou agroecológica e o abate humanizado. Do ponto de vista do consumidor, não é um contrassenso

pagar mais por soluções que, na verdade, deveriam constituir a norma na produção agrícola?

Francisco Menezes – Mesmo dentro de uma perspectiva que toma o alimento como mera mercadoria, ocorrerá a preocupação com o que é mais aceito pelos consumidores, sobretudo aqueles com maior poder aquisitivo. Daí que assistimos, hoje, a tentativa da indústria de alimentos em explorar esse nicho de mercado, prevendo inclusive que ele poderá se tornar maior, à medida que as exigências dos consumidores forem assumindo maior rigor. A questão é que a boa alimentação precisa ser cada vez mais acessível a todos.

IHU On-Line – Até que ponto o consumidor que se exime de buscar informação sobre o que come colabora para a manutenção do *status quo* da indústria? Como é possível mudar isso?

Francisco Menezes – O consumidor precisa ser cada vez mais consciente sobre o que come e, mais ainda, em que bases são produzidos os alimentos que consome. É claro que o desconhecimento do consumidor colabora em muito para abusos e más práticas no sistema alimentar.

IHU On-Line – Ainda pensando em alternativas, surge o movimento *Slow Food*¹ – uma resposta a *Fast food* e à “mcdonaldização” da alimentação. Qual a origem destas iniciativas?

Francisco Menezes – O *slow food* se iniciou na Itália, indo na contra mão da “modernização” dos costumes alimentares ditos modernos, ligados à rapidez e à praticidade. Mas logo se propagou pelo mundo, inclusive aqui no Brasil, como uma necessidade de resposta, na prática, a um sistema alimentar tão questionável, como é o que hoje ainda se apregea como moderno.

IHU On-Line – Existem experiências semelhantes ao redor do

¹ *Slow Food*: Organização não-governamental fundada pelo jornalista italiano Carlo Petrini em 1986. Seu objetivo é melhorar a qualidade das refeições e uma produção que valorize o produto, o produtor e o meio ambiente. (Nota da IHU On-Line)

“O desconhecimento do consumidor colabora em muito para abusos e más práticas no sistema alimentar”

mundos? Frente à força das grandes indústrias, movimentos espontâneos e de pequena escala, que angariam adeptos pouco a pouco, são uma alternativa viável?

Francisco Menezes – Reproduzem-se continuamente experiências semelhantes por todo o mundo. É uma resposta que vai além da negação de hábitos alimentares pouco saudáveis e de qualidade questionável. Trata-se de opção para um outro modelo de vida, associado à natureza e à busca de uma vida com maior equilíbrio.

IHU On-Line – Uma alegação em defesa das grandes monoculturas agrícolas é que, mesmo se focando na produção de commodities para exportação, estas também servem de alimento (ou ração, que indiretamente será alimento), mesmo que para outras regiões do mundo. Qual sua avaliação sobre isso?

Francisco Menezes – É fato que o agronegócio também produz alimentos, seja para serem consumidos diretamente, seja para alimentar animais que serão por nós consumidos. Isso porque a lógica do agronegócio não se restringe a produzir para exportar, mas buscar mercados que lhe proporcionem maiores ganhos, dentro ou fora do país, ou ambos.

IHU On-Line – Em contrapartida, no Brasil, quais são os alimentos produzidos tipicamente em escala local? Há um uso diverso de pesticidas e inseticidas nestas culturas na comparação com as monoculturas?

Francisco Menezes – Existem alimentos que são tipicamente da pe-

quena produção, no Brasil, em escala local. O melhor exemplo é a mandioca, alimento fantástico, mas pouco aceito no padrão alimentar atual.

IHU On-Line – O médico e geógrafo Josué de Castro², autor do livro *Geografia da Fome* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001), dizia que deixar as pessoas morrerem de fome é uma escolha. No Brasil, que decisões políticas ilustram essa escolha pela fome nas populações marginalizadas?

Francisco Menezes – A fome é o resultado, talvez o mais visível, de uma sociedade na qual impera a desigualdade. Em que a pobreza atinge parte considerável da população, como condição necessária para a riqueza de poucos. É fruto de políticas públicas feitas pelos próprios homens, como assinalava Josué de Castro.

IHU On-Line – Quais são as principais iniciativas no Brasil nos últimos anos para o combate à fome e à pobreza?

Francisco Menezes – O Brasil avançou muito no combate à fome e à pobreza. Primeiro porque compreendeu que as transformações necessárias somente poderão ocorrer mediante a aplicação de políticas públicas adequadas. Depois, porque também se compreendeu que essa construção deve ser feita com participação social. A retomada do Conselho

² Josué de Castro [Josué Apolônio de Castro] (1908-1973): médico, nutrólogo, professor, geógrafo, cientista social, político, escritor, ativista brasileiro que dedicou sua vida ao combate à fome. Destacou-se no cenário brasileiro e internacional, não só pelos seus trabalhos ecológicos sobre o problema da fome no mundo, mas também no plano político em vários organismos internacionais. Partindo de sua experiência pessoal no Nordeste brasileiro, publicou uma extensa obra que inclui: *Geografia da Fome*, *Geopolítica da Fome*, *Sete Palmas de Terra e um Caixão* e *Homens e Caranguejos*. Exerceu a Presidência do Conselho Executivo da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), e foi também Embaixador brasileiro junto à Organização das Nações Unidas (ONU). Logo após o Golpe de Estado de 1964, teve seus direitos políticos suspensos pela ditadura militar. Confira a edição 274 da IHU On-Line, de 22-09-2008, intitulada *Josué de Castro e Graciliano Ramos. A desnaturalização da fome* e disponível em <http://bit.ly/ihuon274>. (Nota da IHU On-Line)

Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA e a construção de unidades estaduais e municipais foram ocorrências fundamentais. Além disso, percebeu-se também a importância de integração das políticas, em uma perspectiva intersetorial.

IHU On-Line – No país, a fome atinge que populações/regiões de forma mais intensa?

Francisco Menezes – Nenhum país poderá afirmar que venceu a fome completamente. Ela sempre pode aparecer. Mas o Brasil, nos últimos 12 anos, apresentou avanços inquestionáveis. Mesmo assim, ainda atinge grupos muito vulneráveis, como é o caso de indígenas, sobretudo aqueles que perderam suas terras para áreas de monocultura.

IHU On-Line – A agricultura familiar ainda é responsável pela maior parte dos alimentos consumidos pelos brasileiros?

Francisco Menezes – Provavelmente, sim, mas sou de opinião que não devemos nos fixar nos 70% identificado a quase dez anos. Devemos considerar a velocidade com que o agronegócio avança na produção agropecuária.

IHU On-Line – Qual é a relação entre esta participação da agricultura familiar na mesa dos brasileiros e

“A lógica do agronegócio não se restringe a produzir para exportar, mas buscar mercados que lhe proporcionem maiores ganhos, dentro ou fora do país”

os hábitos de consumo contemporâneos? Que ameaças isso apresenta a uma alimentação saudável?

Francisco Menezes – A agricultura familiar está diretamente associada à produção de alimentos *in natura*. O padrão de alimentos industrializados, assim, não se alinha com a agricultura familiar e se constitui em uma permanente e crescente ameaça.

IHU On-Line – A qualidade desta alimentação representa riscos para a saúde humana?

Francisco Menezes – Sim, e ao mesmo tempo que conseguimos reduzir os problemas de carências calórico-proteicas, surgiram de forma muito ameaçadora os problemas de sobrepeso e obesidade.

IHU On-Line – Deseja acrescentar mais alguma coisa?

Francisco Menezes – As dificuldades e desafios que hoje se apresentam não devem nos paralisar. A ampliação de nosso conhecimento e interesse se constitui em uma possibilidade muito concreta de revertermos atuais tendências, em um contexto de ampla participação social nessas políticas.

Leia mais...

- *Combate à fome precisa de transformações estruturais.* Entrevista especial com Francisco Menezes, publicada em 11-12-13, disponível em <http://bit.ly/ihu111213a>.
- *11,5 milhões de brasileiros passam fome.* Entrevista especial com Francisco Menezes, publicada em 21-07-2011, disponível em <http://bit.ly/ihu210711>.

LEIA OS CADERNOS IHU

NO SITE DO IHU

WWW.IHU.UNISINOS.BR

O Brasil segundo a FAO – Para além dos Objetivos do Milênio

O engenheiro agrônomo Alan Bojanic, da FAO, expõe os avanços e limites da própria instituição no trato com os governos e no combate à fome

POR ANDRIOLLI COSTA

Em 1945, no dia 16 de outubro, foi criada a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO. Órgão internacional que reúne, atualmente, 191 países membros e a Comunidade Europeia, possui papel normativo e orientador no combate à fome e à desnutrição. De acordo com Alan Bojanic, chefe do escritório brasileiro da FAO, o papel da entidade é “dar assistência técnica, orientar, transmitir experiências bem-sucedidas, trazer profissionais experts em programas sociais para facilitar o acesso ao alimento”. No entanto, destaca ele, cabe aos governos a prerrogativa de executar ou não estes programas.

Em entrevista concedida por telefone à **IHU On-Line**, ele aponta os gargalos encontrados pelos Estados, seja pelos altos custos dos programas sociais, seja pela dificuldade de mapear as zonas e populações de risco ou da falta de um sistema jurídico para regulamentar a questão da alimentação. Bojanic relembra que, mesmo com o Brasil tendo cumprido, ainda em 2008, a meta de reduzir pela metade o número de pessoas vivendo em extrema

pobreza, passando de 25,6% da população em 1990 para 4,8% no ano em questão, o país ainda tem muitos desafios pela frente. Entre eles o de identificar e mapear zonas de pobreza, oferecendo a estas populações de risco as condições para atingirem a estabilidade econômica e a segurança alimentar.

Bojanic participa da mesa-redonda *Relações internacionais do Brasil pelo direito ao alimento e à nutrição*, durante o **XV Simpósio Internacional IHU – Alimento e nutrição no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**, no dia 07-05, às 16h. Mais informações, incluindo a programação completa, pelo link <http://bit.ly/XVSIHU>.

Alan Bojanic é engenheiro agrônomo boliviano, graduado pela Universidade Gabriel René Moreno (Bolívia) e pela Universidade de Reading (Reino Unido). Possui mestrado em Ciência Política pela Universidade da Costa Rica e em Engenharia Agrícola pela Universidade de Londres. Concluiu ainda o doutorado em Economia Agrícola na Universidade de Utrecht, Holanda.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Qual o papel da FAO na garantia de acesso à alimentação para a população no contexto brasileiro e mundial?

Alan Bojanic – A segurança alimentar é uma prioridade para a FAO e, dentro deste eixo, o mais importante é o acesso à alimentação. Atualmente, a produção mundial pode alimentar o mundo inteiro, mas o principal problema permanece na

questão do acesso. Este problema é bastante complexo, pois envolve orçamentos e disponibilidade de recursos para a transferência de renda, por meio de programas sociais que são muito custosos. São os governos que financiam esses programas; o que a FAO faz é dar assistência técnica, orientar, transmitir experiências bem-sucedidas, trazer profissionais experts em programas sociais para fa-

ilitar o acesso ao alimento, mas são os países que têm que financiar esse custo e assim atender os grupos vulneráveis, oferecendo a eles uma renda que permita comprar uma cesta alimentar digna e saudável.

No caso brasileiro, damos suporte aos programas do Ministério do Desenvolvimento Social, um voltado para o monitoramento e outro para o cálculo da insegurança alimentar no

país. Esta é uma questão muito difícil. Nós temos uma fórmula para calcular a insegurança alimentar na FAO que não é muito dinâmica. Temos dados de três anos atrás, sendo que o governo precisa de dados muito mais atuais. Estamos combinando um sistema de cálculos que corresponda a esta necessidade, com uma metodologia – já que a FAO faz esta medição em todos os países do mundo. Os programas também são importantes para a questão do acesso, pois se você identifica onde estão os grupos vulneráveis, é possível orientar as campanhas de modo muito mais focado. Esta identificação é muito importante para que se possa pensar esta transferência de renda.

IHU On-Line – No que corresponde aos Objetivos do Milênio, mais especificamente ao primeiro deles – erradicar a fome e a miséria –, qual o cenário atual do Brasil? Será possível realmente acabar com a fome no país até 2015?

Alan Bojanic – Uma das metas dos Objetivos do Milênio no Brasil era reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população com renda inferior a um dólar por dia e a proporção da população que sofre de fome. Esta meta foi atingida em 2008. Agora o grande desafio é encontrar os grupos mais vulneráveis em situação de extrema pobreza, pois há uma alta relação entre a pobreza e a insegurança alimentar.

O cenário brasileiro é um grande sucesso, modelo para o mundo inteiro. Estou voltando agora da América Central, e lá os programas brasileiros são muito referenciados, pois o país foi um dos primeiros a atingir a meta dos Objetivos do Milênio. A queda nos indicadores de insegurança alimentar é extraordinária, e para nós se torna uma escola de aprendizagem. Que tipos de políticas foram aplicadas? O que e como foi feito? A situação do Brasil é especial pela disponibilidade de recursos e da vontade política de colocar a alimentação como a prioridade das prioridades. Esta é parte da chave do sucesso.

“São os governos que financiam esses programas; o que a FAO faz é dar assistência técnica e orientar”

IHU On-Line – De acordo com estimativas da FAO, o direito básico à alimentação é negado para cerca de 842 milhões de pessoas. Quais são os principais fatores que as impedem de deixar a zona da fome e da miséria?

Alan Bojanic – A fome, como já dizia Josué de Castro¹, é uma construção social. Os principais fatores que levam a ela têm a ver com as crises enfrentadas nos países – seja no regime democrático, seja ao se deparar com a escassez de recursos naturais. É também um problema da falta de interesse em colocar grupos vulneráveis com a devida importância na agenda política. Outro ponto que merece ser destacado é que, enquanto temos milhares de pessoas passando fome em certas regiões, há toneladas de alimentos que são desperdiçados em outras, o que demonstra uma falta de solidariedade internacional.

¹ Josué de Castro [Josué Apolônio de Castro] (1908-1973): médico, nutrólogo, professor, geógrafo, cientista social, político, escritor, ativista brasileiro que dedicou sua vida ao combate à fome. Destacou-se no cenário brasileiro e internacional, não só pelos seus trabalhos ecológicos sobre o problema da fome no mundo, mas também no plano político em vários organismos internacionais. Partindo de sua experiência pessoal no Nordeste brasileiro, publicou uma extensa obra que inclui: *Geografia da Fome, Geopolítica da Fome, Sete Palmas de Terra e um Caixão e Homens e Caranguejos*. Exerceu a Presidência do Conselho Executivo da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e foi Embaixador brasileiro junto à Organização das Nações Unidas (ONU). Logo após o Golpe de Estado de 1964, teve seus direitos políticos suspensos pela ditadura militar. Confira a edição 274 da IHU On-Line, de 22-09-2008, intitulada *Josué de Castro e Graciliano Ramos. A desnaturalização da fome*, disponível em <http://bit.ly/ihuon274>. (Nota da IHU On-Line)

Vale ressaltar que países como a China e a Índia ainda possuem grande parte da população em insegurança alimentar, mas estão alcançando grande sucesso. Em dezembro de 2013, na Índia, foi instituído um programa parecido com o Fome Zero, o *National Food Security Bill*². É uma busca por tentar diminuir a falta de acesso à alimentação.

IHU On-Line – Jean Ziegler³, ex-relator especial para o Direito à Alimentação da ONU, afirmou que cerca de 85% dos alimentos de base negociados no mundo são controlados por apenas 10 empresas, que decidem cada dia quem come e quem morre de fome. Qual a responsabilidade dessas multinacionais no acesso à alimentação?

Alan Bojanic – São muito importantes, pois elas têm controle sobre toda a cadeia de comercialização. Mas eu diria que é um exagero afirmar que são elas as responsáveis por decidir quem come e quem não come, pois os governos também têm grande responsabilidade. Há a falta de um sistema jurídico para proteger o direito à alimentação, pois ela é um direito, e os governos são responsáveis por garantir que cada pessoa que nasça tenha acesso a ele. Os organismos internacionais têm também uma responsabilidade no assessoramento de políticas, de atender as emergências alimentares em situações de desastres naturais ou violência civil (como acontece na Somália). A FAO e o Programa Mundial de Alimentos estão muito ativos na Somália atendendo à emergência alimentar – até mesmo com membros assassinados durante esta missão. São lugares perigosos,

² O *Food Security Bill* garante que mais de três quartos da população rural da Índia e mais da metade da população urbana possa comprar até cinco quilos de grãos por mês subsidiados pelo governo. Para tanto, o governo prevê o gasto de cerca de US\$ 20 bilhões por ano. (Nota da IHU On-Line)

³ Ver *Especuladores devem ser julgados por fome de 1 bilhão de pessoas, diz Ziegler*, publicada nas Notícias do Dia no sítio do IHU em 15-05-2013, disponível em <http://bit.ly/ihu150513>.

mas é parte de nossa responsabilidade de atendê-los.

IHU On-Line – E no caso brasileiro, de que maneira a FAO e a ONU se posicionam diante da grande concentração de terra no Brasil e das grandes corporações produtoras de alimentos?

Alan Bojanic – A FAO tem promovido guias voluntárias para a posse da terra que são referência para que os países possam melhorar a distribuição e o acesso às terras por parte dos pequenos produtores e agricultores familiares. Esta é uma das tarefas que fazemos. Promovemos também programas de reforma agrária que sejam integrados, não somente vinculados à questão da terra, mas também da assistência técnica, crédito, microcrédito e oportunidade de acesso ao mercado. É parte de nosso trabalho promover melhor acesso aos recursos da terra, mas também aos recursos naturais.

Hoje a água tem se tornado um tema muito forte da agenda política. Afinal, se você tem terra, mas não tem água, não poderá produzir. Em certas condições, esse é um grande gargalo. A pesca também é um grande tema, pois as comunidades ribeirinhas e as que moram à beira do mar tiram grande parte do seu sustento da água, então temos que levar em conta outro conceito, que é o de acesso aos recursos da pesca. O Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA está fazendo um estudo para saber qual o lugar

“*Commodities* também são alimentos. Ainda que exportadas, mas vão alimentar outras partes do mundo”

do Brasil no cumprimento às guias voluntárias, avaliando onde estão os *gaps*, os problemas, e onde o país já atingiu as expectativas previstas nas guias voluntárias.

IHU On-Line – Muito se diz que os verdadeiros produtores de comida seriam as pequenas propriedades e a agricultura familiar, não os grandes produtores (que seriam produtores de *commodities*, não de alimento). Qual é a sua visão sobre isso? O que pode ser considerado afinal, alimento?

Alan Bojanic – Cerca de 70% da alimentação dos brasileiros vêm da agricultura familiar. Claro, isso não é uma questão uniforme. Há estados com uma menor contribuição, mas nunca abaixo de 50%. Mas as *commodities* também são alimentos. Ainda que exportadas, elas vão alimentar outras partes do mundo. São alimen-

tos que vão para a China, para a Europa, para a própria África. É uma outra vertente. Além disso, se você tem uma renda derivada de um emprego da agricultura tradicional, essa renda vai permitir que você tenha acesso a alimentos, então também influencia na segurança alimentar. Temos que ter uma visão complexa do problema, considerando a distinta contribuição dos vários tipos de agricultura presentes no país.

IHU On-line – Como equilibrar a importância da agricultura de alto desempenho e tecnologia com a importância da agricultura familiar na segurança alimentar da população mais pobre?

Alan Bojanic – A primeira forma de equilibrar é compreendê-las não como economias antagônicas, mas complementares. Os benefícios da renda oriunda da agricultura convencional também vão se refletir nos pequenos produtores, que por sua vez poderão investir na sua produção. A inter-relação entre as duas é, muitas vezes, maior do que se imagina. Este é o ano da agricultura familiar na FAO e estamos promovendo atividades no Comitê Brasileiro de Agricultura Familiar, coordenado pelo MDA. É uma ótima oportunidade para conhecer mais sobre este tipo de produção, fundamental para o Brasil e o mundo, e para aprimorar e aperfeiçoar programas estaduais e municipais para esta agricultura. Temos ainda muito trabalho a fazer.

LEIA OS CADERNOS TEOLOGIA PÚBLICA

NO SITE DO IHU

WWW.IHU.UNISINOS.BR

O ato de comer enquanto prática política

“Se somos o que comemos, temos que nossa identidade se define pelo que comemos, mas também por onde, quando e com quem comemos”, avalia a antropóloga Renata Menasche

POR LUCIANO GALLAS

“Pensar que temos o direito de lutar por uma cidade, um estado, um país, um mundo em que a diversidade seja preservada, em detrimento da padronização imposta pela indústria agroalimentar; em que todos possam ter acesso ao alimento bom (sabor), limpo (sem poluir a saúde ou o ambiente) e justo (correta e dignamente remunerado a quem produz); em que, entre os parâmetros da Segurança Alimentar que buscamos construir, está o respeito à cultura alimentar dos distintos grupos... Para mim, isso é pensar o comer como ato político.” A explicação foi dada pela antropóloga Renata Menasche em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**.

De acordo com a professora, a alimentação passou a ser concebida como patrimônio cultural a partir da ampliação do entendimento do conceito de manifestações culturais, momento em que houve a valorização, em termos ideológicos, da diversidade cultural. Assim, as práticas e os saberes associados à alimentação passaram a ser entendidos como manifestações de grupos sociais específicos, associados a um determinado território. Estes saberes e práticas constituem-se em parte integrante da vida dos territórios e, portanto, estão inseridos nos modos de viver da população dos espaços geográficos em questão, expressando a identidade cultural destes grupos.

“A comida é, assim, constitutiva de relações sociais: vale lembrar a origem da palavra

‘companheiro’, que remonta à expressão latina *cum panis*, referente ao ato de compartilhar o pão. Se somos o que comemos, temos que nossa identidade se define pelo que comemos, mas também por onde, quando e com quem comemos, ou melhor dizendo, pelos significados que, no comer, partilhamos”, enfatiza Renata Menasche. “É importante notar que não é o alimento em si o bem reconhecido como patrimônio cultural, mas sempre os saberes e práticas a ele associados, contemplando os lugares em que se realizam, as relações de sociabilidade neles implicadas, os significados através deles compartilhados”, complementa.

Renata Menasche é doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Atualmente é professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas – PPGA/UFPel e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – PGDR/UFRGS. Suas atividades de pesquisa, ensino e orientações situam-se na convergência dos estudos da alimentação, do consumo e do rural. Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas em Alimentação e Cultura – GEPAC (<http://www.ufrgs.br/pgdr/gepac/>). É também conselheira do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – O que é patrimônio alimentar? Como o alimento se relaciona a um território e uma cultura?

Renata Menasche – Desde que a visão sobre patrimônio cultural se

ampliou, deixando de restringir-se a monumentos e coleções de objetos, passou a contemplar um amplo leque de manifestações culturais: tradições e expressões orais herda-

das (aí inclusos os idiomas); artes de espetáculo; usos sociais, rituais e atos festivos; conhecimentos e usos relacionados à natureza e ao universo; saberes e práticas artesanais

tradicionais¹. É nesse quadro, que se caracteriza a partir da valorização ideológica da diversidade, que também os saberes e práticas da alimentação, entendidos enquanto manifestações culturais (de grupos sociais específicos, inseridos em seus territórios), passam a ser reconhecidos como patrimônio.

No Brasil, entre os bens registrados como patrimônio cultural imaterial pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN², podemos mencionar como mais diretamente associados a saberes e práticas alimentares o ofício das panelleiras de Goiabeiras [Espírito Santo], o ofício das baianas de acarajé, o modo artesanal de fazer Queijo de Minas e o sistema agrícola tradicional do Rio Negro [Amazonas]. É importante notar que não é o alimento em si o bem reconhecido como patrimônio cultural, mas sempre os saberes e práticas a ele associados, contemplando os lugares em que se realizam, as relações de sociabilidade neles implicadas, os significados através deles compartilhados. É nessa mesma perspectiva que vale lembrar, no Rio Grande do Sul, os casos da Região Doceira de Pelotas e do Queijo Serrano (dos Campos de Cima da Serra), cujos processos de reconhecimento e registro estão em andamento. Quem já esteve em alguma dessas regiões perceberá como esses bens se constituem em patrimônio: fazem parte da vida do lugar, estão inseridos nos modos de viver de sua gente e expressam suas identidades.

IHU On-Line – De que forma a alimentação humana se torna um ato social e cultural?

Renata Menasche – Em um conhecido ensaio publicado originalmente no início do século XX, o sociólogo Georg Simmel³ chamou atenção para

“Não é o alimento em si o bem reconhecido como patrimônio cultural, mas os saberes e práticas a ele associados”

a refeição enquanto ato sociológico, na medida em que nela indivíduos realizam juntos aquele que talvez possa ser considerado, entre todos – dado que o que é ingerido por uma pessoa não poderá sê-lo por outra –, o ato mais egoísta: o comer. A comida é, assim, constitutiva de relações sociais: vale lembrar a origem da palavra “companheiro”, que remonta à expressão latina *cum panis*, referente ao ato de compartilhar o pão. Se somos o que comemos, temos que nossa identidade se define pelo que comemos, mas também por onde, quando e com quem comemos, ou, melhor dizendo, pelos significados que, no comer, partilhamos.

IHU On-Line – Em que espaço e tempo surgiu uma antropologia da alimentação? Qual sua trajetória no Brasil?

Renata Menasche – Podemos considerar que a antropologia da alimentação surgiu com a própria Antropologia. Em artigo que é referência para contextualizar essa história, Sidney Mintz⁴ mostra que, dado o comportamento relativo à comida ser tão estreitamente ligado ao que somos – e, assim, à diferenciação entre os distintos grupos humanos –, o tema chamou a atenção dos antropólogos

desde sempre, estando presente já em escritos de representantes do evolucionismo cultural, no final do século XIX, assim como nos estudos etnográficos realizados por Malinowski⁵ entre os trobriandeses, no início do século XX. Nessa trajetória, da qual participam pesquisadores filiados às várias correntes do pensamento antropológico⁶, há que mencionar a contribuição de Lévi-Strauss⁷, que inaugura o entendimento da comida como linguagem, elegendo-a como “boa para pensar”⁸.

5 Bronisław Kasper Malinowski (1884-1942): antropólogo polaco considerado um dos fundadores da moderna antropologia social, também conhecida como a escola funcionalista. Suas grandes influências incluíam James Frazer e Ernst Mach. Segundo o antropólogo Ernest Gellner, Malinowski tomou uma posição original em relação aos conflitos de ideias do seu tempo. Ele não repudiou o nacionalismo, uma das ideologias nascentes e marcantes do século XIX, mas fusionou o romantismo com o positivismo de uma nova maneira, tornando possível investigar as velhas comunidades, porém, ao mesmo tempo, recusando conferir autoridade ao passado. A principal contribuição de Malinowski à antropologia foi o desenvolvimento de um novo método de investigação de campo, cuja origem remonta à sua intensa experiência de pesquisa na Austrália, inicialmente, com o povo Mailu (1915) e, posteriormente, com os nativos das Ilhas Trobriand (1915-1917). (Nota da IHU On-Line)

6 Para uma visão panorâmica do tema, recomendo a leitura da introdução da obra: GOODY, Jack. *Cocina, cuisine y clase*: estudio de sociología comparada. Barcelona: Gedisa, 1995. (Nota da Entrevistada)

7 Claude Lévi-Strauss (1908-2009): antropólogo belga que dedicou sua vida à elaboração de modelos baseados na linguística estrutural, na teoria da informação e na cibernética para interpretar as culturas, que considerava como sistemas de comunicação, dando contribuições fundamentais para a antropologia social. Sua obra teve grande repercussão e transformou, de maneira radical, o estudo das ciências sociais, mesmo provocando reações exacerbadas nos setores ligados principalmente às tradições humanista, evolucionista e marxista. Ganhou renome internacional com o livro *Les Structures élémentaires de la parenté* (1949). Em 1935, Lévi-Strauss veio ao Brasil para lecionar Sociologia na USP. Interessado em etnologia, realizou pesquisas em aldeias indígenas do Mato Grosso. As experiências foram sistematizadas no livro *Tristes Trópicos* (São Paulo: Companhia das Letras, 1996), publicado originalmente em 1955 e considerado uma das mais importantes obras do século XX. (Nota da IHU On-Line)

8 LÉVI-STRAUSS, Claude. (1968) O triân-

1 UNESCO. Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. 2003. Disponível em <http://bit.ly/QLUccN>. (Nota da Entrevistada)

2 Sobre o assunto, ver <http://bit.ly/1gXJc2E>. (Nota da Entrevistada)

3 SIMMEL, Georg. Sociologia da refeição. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 33,

p. 159-166, 2004. Disponível em <http://bit.ly/1lcxDcM>. (Nota da Entrevistada)

4 MINTZ, Sidney W. Comida e antropologia: uma breve revisão. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 16, n. 47, p. 31-41, 2001. Disponível em <http://bit.ly/1fAa6x3>. (Nota da Entrevistada)

No Brasil, como aponta Canesqui⁹, a comida está presente nas pesquisas antropológicas ao menos desde os anos 1950, em estudos de comunidade, de cunho culturalista, então realizados. Nos anos 1970, os estudos sobre hábitos alimentares ganharam impulso, atraindo interesse de muitos antropólogos¹⁰. Cabe ainda menção à distinção entre alimento (toda substância nutritiva) e comida (que possibilita expressar identidades), proposta por Roberto DaMatta¹¹ nos anos 1980¹². Mais recentemente, a partir do final dos anos 1990, o fortalecimento desse campo de estudos entre nós é evidenciado pela constância de trabalhos submetidos à discussão nas reuniões promovidas pela Associação Brasileira de Antropologia.

IHU On-Line – Há uma queda de confiança dos consumidores em relação aos alimentos produzidos pela indústria agroalimentar?

Renata Menasche – Com certeza, vários autores indicam esse fenômeno¹³. Mas o leitor não precisará recorrer à literatura para dar-se conta dele, basta recordar a repercussão

gulo culinário. In: SIMONIS, Yvan. *Introdução ao estruturalismo*: Claude Lévi-Strauss ou “a paixão do incesto”. Lisboa: Moraes, 1979. (Nota da Entrevistada)

9 CANESQUI, Ana Maria. Antropologia e alimentação. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 3, n. 22, p.207-216, 1988. Disponível em <http://bit.ly/1ilsFol>. (Nota da Entrevistada)

10 Alguns desses trabalhos podem ser acessados em WOORTMANN, Klaas. Hábitos e ideologias alimentares em grupos sociais de baixa renda: relatório final. *Série Antropologia*, Brasília, 20, 1978. (Nota da Entrevistada)

11 **Roberto DaMatta** (1936): antropólogo brasileiro, considerado um dos grandes nomes das Ciências Sociais no Brasil. É autor de diversas obras de referência na Antropologia, Sociologia e Ciência Política, como *Carnavais*, *Malandros e Heróis*, *A casa e a rua* ou *O que faz o Brasil, Brasil?*. Confira a entrevista que concedeu à edição 184 da IHU On-Line, de 12-06-2006, intitulada *Ritual, drama e jogo*, disponível em <http://bit.ly/1ilaRzR>. (Nota da IHU On-Line)

12 DAMATTA, Roberto. Sobre o simbolismo da comida no Brasil. *O Correio da Unesco*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 7, p. 22-23, 1987. (Nota da Entrevistada)

13 Ver, em especial, FISCHLER, Claude. *El (h)omnivoros*: el gusto, la cocina y el cuerpo. Barcelona: Anagrama, 1995. (Nota da Entrevistada)

“Desde que a visão sobre patrimônio cultural se ampliou, deixando de restringir-se a monumentos e coleções de objetos, passou a contemplar um amplo leque de manifestações culturais”

alcançada por alguns episódios de contaminação alimentar, ocorridos nos últimos anos¹⁴. Eles podem ser tomados como indicadores de uma ansiedade contemporânea associada à alimentação, associada ao desconhecimento em relação ao que se come, por sua vez decorrente do atual distanciamento dos consumidores em relação aos processos de produção de alimentos e, ainda, da intensificação de sua transformação industrial. Nas prateleiras dos supermercados, deparamo-nos com o que Fischler¹⁵ jocosamente nominou *Objetos Comestíveis Não Identificados* (OCNI).

14 A título de exemplo, ver <http://bit.ly/1iluvWu>. (Nota da Entrevistada)

15 **Claude Fischler** (1947): antropólogo e sociólogo francês. É diretor de pesquisa do Centro Nacional Francês para a Pesquisa Científica e dirige o Institut d’Anthropologie Interdisciplinaire du Contemporain (Instituto Interdisciplinar de Antropologia Contemporânea), uma unidade de pesquisa da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, em Paris. Fischler tem se dedicado a estudos interdisciplinares das ciências sociais sobre a cozinha, a evolução histórica dos gostos e das preferências alimentares e as relações da comida com a imagem corporal. (Nota da IHU On-Line)

Na pesquisa que realizei entre consumidores de Porto Alegre, há alguns anos¹⁶, a manifestação dessa desconfiança foi recorrente entre os interlocutores: o que é misturado ao pó que se transforma em sopa? O que é acrescentado aos grãos de milho verde, para que se conservem por tanto tempo na lata? Ou ao leite de caixinha, para que demore tanto a estragar? É interessante notar que, a partir da desconfiança em relação aos alimentos produzidos pela agroindústria alimentar, observa-se a valorização de alimentos classificados por atributos como *artesanal*, *caseiro*, *fresco*, *natural*, *próximo*, *tradicional*, atributos que remetem ao meio rural, um rural idealizado, considerado produtor de alimentos confiáveis e saudáveis.

IHU On-Line – Quais são as fronteiras alimentícias entre os meios rural e urbano? Em geral, que diferenças podem ser apontadas entre o campo e a cidade no que diz respeito às dimensões socioculturais da alimentação?

Renata Menasche – Inicialmente, é importante ter presente que as fronteiras entre campo e cidade são cada vez mais fluidas, pois, dadas as atuais condições de transporte e comunicação, é cada vez mais ampla a mobilidade, material e simbólica, entre esses “dois mundos”. Nesse quadro, talvez mais do que marcadoras de diferenças, temos que as práticas da alimentação podem ser tomadas como ponto de observação das relações entre cidade e campo, como abordagem para apreender valores constitutivos dessas relações. Como exemplo, assim é que podemos associar as bucólicas vaquinhas em pastos verdejantes que povoam caixas de lei-

16 MENASCHE, Renata. *Os grãos da discordia e o risco à mesa*: um estudo antropológico das representações sociais sobre cultivos e alimentos transgênicos no Rio Grande do Sul. 2003. 287f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003. Disponível em <http://bit.ly/1tLoGv7>. (Nota da Entrevistada)

te em prateleiras de supermercados, ou a padronagem de toalha de piquenique que estampa a embalagem do suco de laranja “com gominhos” a uma imagem idealizada do rural, hoje em dia bastante presente entre consumidores urbanos de camadas médias. Ainda, essa mesma “imagem dos sabores perdidos” compõe a demanda desses consumidores por alimentos comercializados em feiras, especialmente ecológicas, ou sua procura por atividades de turismo rural, entre as quais, no sul, têm destaque as festas e alimentos da colônia¹⁷.

IHU On-Line – Como a alimentação aglutina posicionamentos políticos?

Renata Menasche – Comer é um ato político. A primeira vez que realizei plenamente o significado dessa frase foi em um encontro da rede Terra Madre¹⁸, organizado pelo *Slow Food*¹⁹. Ali estavam produtores de alimentos artesanais e tradicionais de todas as partes do mundo, trazendo a diversidade de suas cores, idiomas e sabores. Pensar que temos o direito de lutar por uma cidade, um estado, um país, um mundo em que essa diversidade seja preservada, em detrimento da padronização imposta pela indústria agroalimentar; em que todos possam ter acesso ao alimento bom (sabor), limpo (sem poluir a saúde ou o ambiente) e justo (correta e

17 MENASCHE, Renata. Campo e cidade, comida e imaginário: percepções do rural à mesa. *Ruris*, Campinas, v. 3, n. 2, p. 195-218, 2010. Disponível em <http://bit.ly/1ilvxSq>. (Nota da Entrevistada)

18 Ver <http://www.slowfoodbrasil.com/terra-madre>. (Nota da Entrevistada)

19 Ver <http://www.slowfoodbrasil.com>. (Nota da Entrevistada)

“Georg Simmel chamou atenção para a refeição enquanto ato sociológico, na medida em que nela indivíduos realizam juntos aquele que talvez possa ser considerado, entre todos, o ato mais egoísta: o comer”

dignamente remunerado a quem produz); em que, entre os parâmetros da Segurança Alimentar que buscamos construir, está o respeito à cultura alimentar dos distintos grupos... Para mim, isso é pensar o comer como ato político.

O tema dos *alimentos tradicionais* me mobiliza e gostaria de chamar a atenção para ele, mais especificamente para os constrangimentos imputados à sua produção e circulação pela imposição de regulamentações sanitárias e fiscais instituídas a partir de lógicas que lhes são estranhas, orientadas por parâmetros característicos da indústria agroalimentar, não

da produção artesanal (realizada em âmbito familiar por pequenos agricultores). O caso dos queijos artesanais produzidos a partir de leite cru é emblemático deste debate e merece o engajamento das pessoas e setores que se importam em preservar a diversidade e qualidade de nossos produtos tradicionais²⁰. Aproveito para chamar à participação em um importante evento sobre o tema que se realizará em Sergipe, agora em maio, o II Seminário sobre Alimentos e Manifestações Tradicionais.

IHU On-Line – Gostaria de adicionar algo?

Renata Menasche – Apenas gostaria de deixar o convite para conhecerem os trabalhos do Grupo de Estudos e Pesquisas em Alimentação e Cultura – GEPAC, que coordeno, disponíveis em <http://bit.ly/1k51fEZ>.

Leia mais...

- **Comida: alimento transformado pela cultura.** Entrevista com Renata Menasche publicada na 23ª edição dos **Cadernos IHU em formação**, intitulada *A ética alimentar. Como cuidar da saúde e do Planeta*, disponível em <http://bit.ly/1u1qVdH>.

20 Para saber mais sobre o tema, assista ao documentário *O mineiro e o queijo* (disponível em: <http://bit.ly/1f1SctV>) e veja o artigo SGARBI SANTOS, Jaqueline; CRUZ, Fabiana Thomé da; MENASCHE, Renata. O mineiro, o queijo e os conflitos (nada poéticos) em torno dos alimentos tradicionais produzidos artesanalmente no Brasil. *Revista de Economia Agrícola*, v. 59, n. 2, p. 7-19, 2012 (disponível em <http://bit.ly/1j9bknB>). (Nota da Entrevistada)

LEIA OS CADERNOS IHU IDEIAS
NO SITE DO IHU
WWW.IHU.UNISINOS.BR

A *lightização* da existência humana

Para a nutricionista Ligia Amparo da Silva Santos, a apologia ao corpo perfeito traz mais danos que benefícios ao ser humano, inserida que está no projeto de modernidade que transforma o corpo em mercadoria

POR ANDRIOLLI COSTA

Basta uma breve volta pelos corredores das grandes redes de supermercado para perceber a explosão de produtos e soluções *lights*, de alimentos funcionais ou de suplementação proteica. No próprio âmbito digital, um passeio pelas páginas das redes sociais exhibe mulheres de corpos supostamente perfeitos e “barrigas negativas” que angariam milhares de seguidores, elogiando, aspirando e cobiçando a magreza e a força de vontade que a ela levaram.

Para a nutricionista e pesquisadora Ligia Amparo da Silva Santos, essa *lightização* da vida, que manifesta a busca por leveza e pela ideia de escolha de um estilo de vida, leva a uma interpretação de “liberdade” forjada no neoliberalismo. Fenômenos de apologia ao corpo perfeito, e da tríade magreza-juventude-beleza. “Os meios de comunicação são campos de conflito que, em parte, formam a realidade, mas também refletem o mundo social em que vivemos. Estamos tratando de uma sociedade consumista, narcisista, e que tais exposições respondem de alguma maneira a tais movimentos”, destaca.

Santos afirma, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**, que há uma “convergência dos discursos da saúde e estéticos – assim como dos midiático-publicitários e hedonistas – que, de forma cacofônica, integram aos discursos dos sujeitos”. Tais discursos, por vezes, traduzem que “um corpo magro é por si só um corpo saudável, o que não é necessariamente verdade”. Ainda nesta entrevista, Santos trata do equilíbrio entre os alimentos regionais e os

funcionais, respeitando a cultura local; a alimentação a partir da lógica da precarização do trabalho; e a relação entre corpo e felicidade.

A pesquisadora ministra a conferência *Alimento e nutrição para o desenvolvimento do ser humano nos diversos ciclos de vida e especificidades étnico-raciais*, durante o **XV Simpósio Internacional IHU – Alimento e nutrição no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**, no dia 06-05, às 20h. Mais informações, incluindo a programação completa, pelo link <http://bit.ly/XVSIHU>.

Ligia Amparo da Silva Santos possui graduação em Nutrição pela Universidade Federal da Bahia e em Educação Física pela Universidade Católica do Salvador. Concluiu ainda o *Master Course In Medical Education* – University of Dundee, Escócia, e doutorado em Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – com sanduiche no Centre d’Études Transdisciplinaires Sociologie, Anthropologie, Histoire, na École des Hautes Études en Sciences Sociales CETSAH/EHESS. Atualmente é professora da Universidade Federal da Bahia, nos cursos de Nutrição e no Programa de Pós-graduação em Alimentos, Nutrição e Saúde, bem como no Programa de Mestrado em Saúde, Ambiente e Trabalho. Coordena ainda o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação e Cultura – NEPAC. É autora do livro *O corpo, o comer e a comida: um estudo sobre as práticas corporais alimentares cotidianas a partir da cidade de Salvador* (Salvador: EDUFBA, 2008).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Eu seu livro, *O Corpo, o Comer e a Comida*, você usa o termo *lightização* da vida. De que forma a busca pelo corpo perfeito e pela ade-

quação a padrões estéticos impostos se refletem não apenas nos alimentos que selecionamos, mas também em outras esferas do nosso cotidiano?

Ligia Amparo Santos – A utilização deste termo é um dos principais argumentos do livro: o fenômeno da *lightização* dos corpos e das práticas

alimentares, a construção do gosto *light*, da comida *light*, podem representar um processo de *lightização* da própria existência humana. A ideia da *lightização* nos remete a uma espécie de valorização da leveza que, obviamente, não é algo novo na história: a leveza da alma frente ao fardo do corpo, com a consequente busca de práticas corporais que buscam produzir uma espécie de libertação. No contexto da modernidade, a leveza também perpassa pela construção do indivíduo supostamente liberto das constrições sociais e familiares, sendo agora supostamente responsável pelo seu destino e definição dos seus próprios valores morais e éticos.

Há, então, uma interpretação de “liberdade” forjada no neoliberalismo que se configura fundamentalmente na liberdade para consumir, coadunando com o contexto contemporâneo no qual a fluidez e velocidade intensa da vida exige esta espécie de leveza. Eu argumento que, entretanto, é no corpo magro, jovem e saudável e no gosto *light* que a noção de leveza encontra algumas de suas materialidades mais expressivas hoje, correspondendo a estes fenômenos de apologia ao corpo perfeito, e da tríade magreza–juventude–beleza.

IHU On-Line – Pensando ainda na questão do corpo, a internet tem se mostrado um espaço decisivo na exposição da “perfeição corporal”. Em redes sociais como o Instagram, por exemplo, diversos usuários exibem corpos magérrimos e “barrigas negativas” – muitas vezes de maneira pouco saudável. É como no caso da jovem gaúcha de 21 anos, com 17 mil seguidores, que morreu por complicações de sua anorexia¹. Como você percebe os usos e perigos destes espaços?

Ligia Amparo Santos – Esta é uma questão complexa e multifacetada. Normalmente dizemos que a mídia “impõe” padrões de beleza, mas

¹ Cheia de fãs na internet, anoréxica de 21 anos morre no Rio Grande do Sul, notícia publicada em 22/08/2013 no sítio R7, disponível em <http://bit.ly/r72117>.

“A ideia de felicidade como uma experiência humana subjetiva tem sido reduzida, no projeto da modernidade, a uma lógica do consumo, como se ela pudesse ser ‘vendida’”

creio que esta afirmativa não é suficiente para compreender o fenômeno. Não há como discutir a questão da mídia, das tecnologias de comunicação, de forma isolada. Os meios de comunicação são campos de conflito que, em parte, formam a realidade, mas também refletem o mundo social em que vivemos. Estamos tratando de uma sociedade consumista, narcisista, e que tais exposições respondem de alguma maneira a tais movimentos. Por outro lado, há de se pensar que essas tecnologias também podem – e são, infelizmente, em menor escala – ser utilizadas para proferir outros discursos com referência a valores ético-morais mais solidários, que possam respeitar as diferenças e proteger os sujeitos de tais processos promovendo uma vida saudável.

IHU On-Line – Além das opções *light*, existe hoje uma predominância de alimentos funcionais, com a introdução de farinhas integrais e proteína de soja. Você acredita que isto se deve mais à busca por um corpo nutrido ou por um corpo “perfeito”? Ou seriam estas duas características indissociáveis?

Ligia Amparo Santos – O que temos percebido nos nossos estudos é que há uma convergência dos discursos da saúde e estéticos – assim como dos midiático-publicitários e hedonistas – que, de forma cacofônica, integram aos discursos dos sujeitos. Estes discursos ora convergem, mas por vezes divergem, o que pode chegar a traduzir que um corpo magro é por si só um corpo saudável, o que não é necessariamente verdade. Desse modo, observamos que os sujeitos também mesclam nas suas narrativas e nas suas práticas esta relação saúde-beleza-estética que precisa ser repensada.

IHU On-Line – Dentro do âmbito da cultura popular, as comidas típicas ocupam um papel bastante importante na construção da identidade regional e mesmo nacional. Acarajé, churrasco, feijoada são marcas da tradição, mas ao mesmo tempo parecem não encontrar a mesma penetração em um universo *light*. Como se estabelece a relação entre a cultura local e esse novo contexto?

Ligia Amparo Santos – Esta é uma questão importante. De um lado, tem-se o discurso da promoção da alimentação saudável e, de outro, o respeito à cultura alimentar local. Os documentos que tratam das políticas de alimentação e nutrição têm feito referência ao respeito aos hábitos alimentares regionais; entretanto, na prática, esta relação ainda está sendo estabelecida. Ou seja, como promover alimentação saudável e, ao mesmo tempo, respeitar os hábitos alimentares regionais?

Creio que a dimensão do saudável não se resume a um conjunto de prescrições a serem seguidas, e sim proposições a serem construídas nas práticas alimentares dos sujeitos de acordo com as realidades vividas. Do mesmo modo, o conceito de tradição não é de algo imutável, considerando que as tradições só sobrevivem por se renovarem constantemente. Eu penso que a partir destas premissas é que se pode estabelecer um diálogo e construir um

mundo saudável, respeitando as identidades e diferenças de cada local.

IHU On-Line – Como articular os hábitos alimentares regionais e a alimentação infantil tanto em casa quanto em ambiente escolar?

Ligia Amparo Santos – Eu creio que esta articulação deve ser promovida pelas políticas públicas em alimentação e nutrição em diferentes esferas sociais – atenção à saúde infantil, programas de alimentação escolar, assim como a regulação da publicidade de alimentos, dentre outras ações. Desse modo, pode-se ofertar aos sujeitos envolvidos na comensalidade infantil – pais, professores, profissionais de saúde, merendeiros, dentre outros tantos – condições de articular uma valorização dos produtos locais, compreendendo as suas potencialidades nutricionais e construindo desde a infância uma biografia alimentar mais saudável e consciente.

IHU On-Line – Como alimentos baratos, de acesso rápido e consistentes, as *fast foods*, por vezes, não se inserem somente num estilo de vida *junkie*, mas também fazem parte de uma lógica de fetiche pela rapidez na produtividade e precarização do trabalho. Como você compreende esta relação? De que forma escapar das facilidades que ela proporciona em um ambiente que não preza pela qualidade de vida do funcionário?

Ligia Amparo Santos – Eu reforço a importância de políticas de promoção da alimentação saudável que estejam conectadas a um projeto de construção de um mundo mais saudável, humano e sustentável e que passam, no caso específico do exemplo dado, também pela discussão do trabalho e das suas condições. Decerto que os profissionais de saúde possuem estratégias que podem colaborar para minimizar os danos causados à saúde pelos modos de comer moderno, baseados na lógica do *fast food*. Entretanto, isso ainda é muito pouco diante da complexidade da questão alimentar e da relevância da dimensão política.

“A dimensão do saudável não se resume a prescrições a serem seguidas, e sim proposições a serem construídas nas práticas alimentares dos sujeitos”

Destaco ainda que a dimensão educacional é fundamental, pois, a partir da compreensão do fenômeno alimentar, é possível construir políticas locais mobilizadas pelos próprios sujeitos. No exemplo dado, o empoderamento e a mobilização dos sujeitos por condições de trabalho mais humanas, ampliando, por exemplo, o tempo destinado para o almoço, reivindicando acesso a refeições mais saudáveis, também passa pela educação alimentar e nutricional.

IHU On-Line – Qual a importância da alimentação adequada nos diversos ciclos da vida? Em que momento regimes exagerados são mais prejudiciais?

Ligia Amparo da Silva – Não parece haver dúvidas quanto à importância da alimentação adequada nos diversos ciclos de vida – embora possa haver imprecisões do que seria uma alimentação adequada –, como também de que qualquer regime exagerado é prejudicial – temos hoje o fenômeno da ortorexia², considerado

² **Ortorexia:** distúrbio de comportamento alimentar caracterizado pela fixação por alimentação saudável. Foi cunhado pelo médico americano Steven Bratman, no livro *Health Food Junkies: Orthorexia Nervosa: Overcoming the Obsession with*

como um comportamento de cuidado extremo com a alimentação saudável. Na maioria das vezes, as recomendações da alimentação saudável focam mais no autocontrole do que no autocuidado.

Creio que este último seria um conceito fundamental para pensar a alimentação no curso da vida, que pode ser visto como uma atitude diante de si, dos outros e do mundo. Assim, o autocuidado alimentar demanda dos sujeitos uma reflexão sobre os modos de ser e de agir com a comida. E é no curso da vida, se relacionando uns com os outros, com as diferentes gerações, com o ambiente em que se vive que os sujeitos podem construir as suas práticas alimentares, respeitando as suas especificidades biológicas, ambientais, culturais, dentre outras.

IHU On-Line – Em oposição à apologia ao corpo perfeito, existe uma corrente que defende que, mesmo acima do peso, as pessoas podem ser mais felizes caso se aceitem como são. Qual a sua visão sobre isso?

Ligia Amparo Santos – Eu concordo, pois a vida, a beleza, a saúde, assim como a felicidade, são fenômenos complexos que não podem ser reduzidos ao peso corporal. Decerto que a desnutrição e a obesidade são importantes problemas de saúde no contexto contemporâneo e devemos ter atenção, mas é urgente a necessidade de repensarmos a relação que temos estabelecido com os nossos corpos, pois a apologia ao corpo perfeito tem trazido muito mais danos do que benefícios. A ideia de felicidade como uma experiência humana subjetiva que envolve estados emocionais positivos de bem-estar e prazer, atribuindo assim significados à existência, tem sido reduzida, no projeto da modernidade, a uma lógica do consumo, como se ela pudesse ser “vendida” através de conquistas materiais e de uma aparência física em que o próprio corpo se transforma em mercadoria.

Healthful Eating (New York: Broadway Books, 2001); o termo ainda não é usado como diagnóstico. (Nota da IHU On-Line)

Baú da IHU On-Line

Confira outras edições da **IHU On-Line** cujo tema de capa aborda temas relacionados à alimentação e produção de alimentos.



- *Agroecologia e o futuro sustentável para o planeta. Um debate.* Edição 377, de 24-10-2011, disponível em <http://bit.ly/tkVnM4>;
- *Agrotóxicos. Pilar do agronegócio.* Edição 368, 04-07-2011, disponível em <http://bit.ly/lookqu>;
- *A propriedade da terra deve ser limitada?* Edição 339, de 16-08-2010, disponível em <http://bit.ly/dh18X5>.
- *Josué de Castro e Graciliano Ramos. A desnaturalização da fome.* Edição 274, de 22-09-2008, disponível em <http://bit.ly/ihuon274>;
- *Por uma ética do alimento. Sobriedade e compaixão.* Edição 191, de 14-08-2006, disponível em <http://bit.ly/ihuon191>;
- *Superação da miséria e da fome.* Edição 20, de 03-06-2002, disponível em <http://bit.ly/ihu90>.

Confira algumas entrevistas publicadas com Dom Mauro Morelli:

- *A morte dos mártires.* Um artigo de Mauro Morelli. Artigo de Dom Mauro Morelli publicado nas **Notícias do Dia**, de 19-09-2006, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/11Q1bki>;
- *Combate à fome: o desafio de equacionar problemas estruturais.* Entrevista com Dom Mauro Morelli publicada nas **Notícias do Dia**, de 21-05-2013, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/12RUSOc>;
- *A luta contra a fome e a opção pela vida.* Entrevista com Dom Mauro Morelli publicada na edição 425 da **Revista IHU On-Line**, de 01-07-2013, disponível em <http://bit.ly/17RJ5TI>;
- *Francisco: uma bela surpresa de Deus.* Entrevista com Dom Mauro Morelli publicada nas **Notícias do Dia**, de 19-08-2013, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível <http://bit.ly/13LDUBO>.

Confira algumas entrevistas publicadas com Jean Ziegler:

- *“Em vez de o PT promover a agricultura familiar, volta ao açúcar e ao período colonial”.* Entrevista publicada nas **Notícias do Dia**, de 03-12-2007, do sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/1ihOrdF>;
- *Fome e direitos humanos.* Artigo de Jean Ziegler. Artigo publicado nas **Notícias do Dia**, de 18-04-2008, do sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/1n1sNuE>;
- *A política que nasce do rio da memória.* Entrevista publicada nas **Notícias do Dia**, de 20-03-2010, do sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/1icJWfB>;
- *“É preciso um Nuremberg dos especuladores”.* Entrevista com Jean Ziegler. Entrevista publicada nas **Notícias do Dia**, de 06-01-2011, do sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/1fLta7F>;
- *‘Combate à pobreza precisa de mudança de 180° no Brasil’, diz ex-relator da ONU.* Entrevista publicada nas **Notícias do Dia**, de 06-05-2013, do sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/1kOeYDj>;
- *Especuladores devem ser julgados por fome de 1 bilhão de pessoas, diz Ziegler.* Reportagem publicada nas **Notícias do Dia**, de 15-05-2013, do sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/ihu150513>.

**Tema
de
Capa**

**Destques
da Semana**

**IHU em
Revista**

Teologia Pública

Memória – Militância – Missão. Enviado para incomodar: Tomás Balduino

PAULO SUESS

“Dom Tomás Balduino¹ (*1922 +2014) era uma memória viva da pastoral indigenista da Igreja Católica. Ele enriqueceu essa pastoral com a herança dominicana, viva em pessoas como Las Casas, António de Montesinos e Chenu. A pastoral indigenista pós-conciliar foi forjada na resistência à ditadura militar, à falácia do progresso e às promessas da integração sistêmica. Essa resistência perpassa uma mancha de sangue de testemunhas qualificadas na grande tribulação – precursores da páscoa definitiva”, escreve Paulo Suess², teólogo, as-

essor teológico do Conselho Indigenista Missionário – CIMI.

Segundo ele, “D. Tomás defendeu os povos indígenas no templo e no pretório. Acompanhou a história do Cimi marcada por testemunhas qualificadas. Na trajetória de sua longa e abençoada vida de mais de 90 anos, muitas sementes, que o confessor Balduino lançou, se multiplicaram nos corações e territórios dos povos indígenas. Nenhum inverno político ou eclesial conseguiu sufocá-los por baixo de um cobertor de gelo neoliberal ou neogostiniano”.

Eis o artigo.

Morreu no dia 2 de maio em Goiânia, o bispo emérito da cidade de Goiás, dom Tomás Balduino, aos 91 anos de idade. Dom Tomás era uma memória viva da pastoral indigenista da Igreja Católica. Ele enriqueceu essa pastoral com a herança dominicana, viva em pessoas como Las Casas, António de Montesinos e Chenu. A pastoral indigenista pós-conciliar foi for-

jada na resistência à ditadura militar, à falácia do progresso e às promessas da integração sistêmica. Essa resistência perpassa uma mancha de sangue de testemunhas qualificadas na grande tribulação – precursores da páscoa definitiva.

Herança

Tomás Balduino era dominicano como Bartolomé de las Casas, Francisco de Vitória e António de Montesinos. Com faro político-pastoral se tornaram defensores intransigentes dos povos indígenas. Mas nem todos os dominicanos são como Las Casas, Vitória e Montesinos. Também inquisidores receberam a sua formação na Ordem dos Pregadores (OP). A pregação do Evangelho pode

cegar e iluminar. A ordem religiosa é uma família que, apesar das intervenções virtuais periódicas do fundador e das fontes estudadas no noviciado e relidas, mais tarde, nos retiros espirituais, não garante nada, mas facilita muito.

Como na hora da Conquista, também na segunda metade do século XX, a família dominicana foi uma voz profética e inovadora da ação pastoral da Igreja Católica. Nessa fonte, Tomás Balduino bebeu durante seus estudos na França, onde respirava uma nova teologia, a chamada *Nouvelle théologie*, decisiva para seu itinerário eclesial posterior. Essa nova teologia tinha fundamentos sólidos no passado, em Tomás de Aquino, xará de nome e confrade dominicano

1 Sobre Dom Tomás Balduino, ver a entrevista concedida por ele para sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, *90 anos de transformações na Igreja*, publicada em 01-01-2013, disponível em <http://bit.ly/1kEyBfp>. (Nota da IHU On-Line)

2 De Paulo Suess, ver a entrevista *70% das comunidades são privadas da Eucaristia dominical. “A Igreja é a responsável por esta situação”*, publicada no sítio do IHU em 16-04-2014, disponível em <http://bit.ly/1hKRQGM>. (Nota da IHU On-Line)

de Tomás Balduino. A proximidade na defesa dos povos indígenas entre Las Casas e Tomás Balduino tem uma raiz comum na teologia da Ordem dos Dominicanos.

O primeiro período da teologia medieval foi a Patrística, que em Santo Agostinho (354-430), com base na filosofia de Platão, teve seu maior expoente. O representante gigante do segundo período, da Escolástica, foi Tomás de Aquino (1225-1274). Como professor em Paris e através dos Árabes, começa a conhecer e introduzir em sua reflexão Aristóteles, até então proibido na cristandade. Com grande simplificação pode-se dizer que Platão é o filósofo das ideias eternas de quem Agostinho se serviu para a construção de sua teologia, predominantemente, dedutiva. Aristóteles é o filósofo do chão concreto da realidade, da ciência e da ética prática. Tomás de Aquino se serviu de Aristóteles para uma teologia de cunho indutivo, articulada com a realidade concreta e palpável. Essa é a teologia que o Vaticano II assumiu, com seus pilares na história, sociedade e realidade político-econômica.

Na conquista das Américas, essas duas correntes marcaram referenciais teológicos opostos que influenciaram diretamente no tratamento dos povos indígenas. Uns se apoiavam, em sua reflexão, no substrato agostiniano da “teologia das sentenças” do século XII, com sua visão teocrática do poder papal e seu olhar pessimista sobre a natureza humana; outros se serviram da posição jus-naturalista elaborada por Tomás de Aquino no século XIII.

Na “teologia das sentenças” de Pedro Lombardo, por exemplo, havia certa confusão entre a ordem natural e a sobrenatural. Seguindo a tradição de Santo Agostinho (354-430) nas lutas contra o pelagianismo, que negava o pecado original e a necessidade do batismo das crianças, os sentencialistas atribuem ao pecado original uma influência que quase destrói a natureza humana. Daí provêm as exigências de um contrapeso

na graça e no sobrenatural. A minimização do natural inspirou as interpretações teocráticas do poder pontifício, desde os tempos de Gregório VII (1073-1085).

Já no século XIII, nas universidades de Paris, Bolonha, Oxford e Salamanca, nasce algo novo. Agora, por influência dos Árabes, Aristóteles é traduzido, e sua leitura ajuda a teologia a reconhecer os limites dos seus próprios campos. Tomás de Aquino faz, livremente inspirado por Aristóteles, avançar a reflexão teológica, quando começa a distinguir entre o natural e o sobrenatural, entre razão e fé. Como o natural não dispensa a graça (o sobrenatural), também a graça não destrói a natureza, mas a aperfeiçoa. O direito divino, que tem a sua origem na graça, não suspende o direito humano, que é de ordem natural. Na teologia agostiniana, que era a teologia hegemônica da Idade Média e na Conquista, a natureza pagã era uma natureza destruída pelo pecado original, e, portanto, sem possibilidade de salvação, a não ser, pelo batismo. Na teologia dos dominicanos, explicitado por *Las Casas* em seu *Tratado de “Único modo”*, a natureza dos povos indígenas não foi destruída pelo pecado original. Há uma continuidade entre a ordem de criação e de salvação.

Tomás Balduino nunca explicitou esse fundo teológico de sua herança que mais tarde daria a base de sustentação antropológica e teológica do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Talvez por causa dos seus interlocutores, que eram índios, lavradores e movimentos sociais, ele se destacou mais por suas análises políticas que por reflexões teológicas. Mesmo nas Assembleias da CNBB, na época ainda realizadas em Itaici, quando pediu a palavra, se ouviu um *staccato* político-pastoral certo e não o *legato* de uma fuga bachiana. Noite adentro, quando seus colegas jogavam pôquer ou tomavam uma cervejinha, Tomás, em off, era um articulador incansável e estrategista hábil. Para ele, a teologia tinha que ser

prática, política, serva da práxis pastoral. O Vaticano II (1962-1965), que se definiu como concílio pastoral, veio ao seu encontro.

Vaticano II

Foram três grandes teólogos da família dominicana que se destacaram no Vaticano II e no tempo pós-conciliar: Marie-Dominique Chenu (1895-1990) e seus dois alunos, Yves Congar (1904-1995) e Edward Schillebeeckx (1914-2009). Chenu e Congar chegaram à porta do Concílio, como a maioria dos teólogos relevantes da época, arrastados na corrente da suspeita e da proibição, condenados ao silêncio e exílio por um “regime de denúncia e de centralismo totalitário”, como escreve Congar em seu diário, um regime “sem justiça e sem misericórdia”.

A coragem dos movimentos bíblicos, litúrgicos e pastorais foi – por longos anos pré-conciliares – acompanhada e estimulada pela coragem inovadora e a retidão intelectual de teólogos, como Chenu, que resistiram à perda da percepção da realidade no interior da Igreja. Com seu serviço teológico ao povo de Deus ultrapassaram as fronteiras da academia e do legalismo, e colocaram a sua vida profissional em risco. A reflexão teológica de Chenu, que era medievalista, contribuiu para a teologia indutiva do Concílio que reconheceu a “história”, a “realidade terrestre”, a “autonomia da cultura e ciência” e os “sinais dos tempos” como pilares que deveriam sustentar o conjunto teológico-pastoral do evento conciliar.

Além da reflexão teológica indutiva focada na história e na sociedade, mais tarde assumida pela “Teologia Política”, de João Batista Metz, e a “Teologia de Libertação”, de Gustavo Gutierrez, Chenu estava, concomitantemente com a produção teológica, envolvido em trabalhos pastorais. Por longos anos foi assistente da Ação Católica e da pastoral operária. Esta presença pastoral, com seu método da “revisão de vida” (ver, julgar, agir), influenciou fortemente seus tratados

teológicos. Nos anos pós-conciliares, a Pastoral da América Latina e seus documentos eclesiais se beneficiaram desse método indutivo, desde o papa João XXIII (1958-1963) assumido pelo magistério como um instrumento válido para a análise da realidade (cf. Matter et magistra, 235).

A sobriedade missionária do movimento dos padres operários e da Mission de France, o despojamento de um Abbé Pierre (1912-2007), fundador do movimento dos maltrapilhos-construtores de Emaús, já apontaram para a opção pelos pobres e pelos que mais sofrem. Desde o início do século XX se tinha notícia do martírio e da opção corajosa pelos Outros de um Charles de Foucauld (1858-1916) e dos seus seguidores nos mais diversos movimentos espirituais e fundações religiosas. Em 1958, nove anos antes da chegada de Tomás Balduino como bispo, as Irmãs de Jesus iniciaram sua presença no meio do povo tapirapé e deram à igreja local de Goiás/GO lições de inculturação. Muitos anos antes do Vaticano II, quando Tomás Balduino ainda concluía seus estudos teológicos em Saint Maximin (1948-1950), a França era um laboratório pastoral criativo e sua Igreja, que era pobre, antecipava questões pastorais posteriormente articuladas pelos paradigmas da inserção, da inculturação e da opção pelos pobres e Outros.

Com a teologia, que assumiu a realidade terrestre inserida na história da salvação e os sinais dos tempos, como sinais de Deus no tempo, no Vaticano II venceram Tomás de Aquino e sua corrente do Direito Natural. O Concílio declarou liberdade e pluralidade religiosas como direitos humanos que foram, antes do Vaticano II, consideradas inaceitáveis ou aceitáveis apenas como realidades de fato, mas não de jure, porque ao “erro” não se deve atribuir legalidade.

A proximidade do mundo e dos reais problemas da humanidade, e o reconhecimento da autonomia da realidade terrestre e da pessoa são aprendizados históricos. Permanecem

buscas permanentes para escapar da conformação alienante à prosperidade material e da adaptação superficial a modas e ondas, ou ao distanciamento deste mundo em nichos de bem-estar espiritual. Muitas questões que no Concílio pareciam ter encontrado um consenso, voltaram à tona no tempo pós-conciliar, marcado pela euforia pentecostal de pequenos grupos e pelo pessimismo autoritário de certo neoagostinianismo. Novamente, a liberdade religiosa em sua forma de pluralismo religioso é questionada como uma “teoria de índole relativista” que se pretende justificar “não apenas de facto, mas também de jure (ou de princípio)”. Num mundo de grandes mudanças, um setor significativo da Igreja Católica corre o risco de reduzir o *aggiornamento* de João XXIII a uma modernização conservadora norteada pela pergunta: “Como podemos adaptar ao mundo sem transformar nossas estruturas pastorais caducas”? Ao protelar a “conversão pastoral”, proposta por Aparecida (DAp 365ss), a chamada Nova Evangelização corre o perigo da encaenação de uma peça antiga, que precisa e pode ser reescrita.

Contexto

No oitavo ano da ditadura militar no Brasil, cinco anos depois da extinção do “Serviço de Proteção aos Índios/SPI” por corrupção, sadismo e massacres de tribos inteiras, quatro anos depois de Medellín e do Ato Institucional n. 5, no terceiro ano do terceiro general-presidente, Emílio Garrastazu Médici, no período mais repressivo da história do Brasil, e um ano depois das denúncias do “espírito faraônico das missões”, pelos antropólogos de Barbados I, naquele ano de 1972

- quando os Estados Unidos retiram as suas tropas do Vietnã,
- quando em Estocolmo se realiza a Primeira Conferência do Meio Ambiente,
- quando o conflito do Oriente Médio alcança os Jogos Olímpicos, em Munique, onde oito palestinos fa-

zem 11 reféns entre os integrantes da comitiva de Israel, exigindo a libertação de 200 Feddayns, presos em Telaviv (11 reféns e cinco palestinos mortos);

- quando a Doutrina da Segurança Nacional dos Estados Unidos criou uma insegurança total na América Latina,
- quando a Transamazônica (BR 230) que vai destruir 29 territórios indígenas, é inaugurada e celebrada como símbolo do desenvolvimento e do “milagre brasileiro”;
- um pequeno grupo de 25 missionários e missionárias, convocados pelo Secretário geral da CNBB, Dom Ivo Lorscheiter, se reúne em Brasília para discutir o projeto de Lei n. 2328 que tramitava na Câmara e dispunha sobre o Estatuto do Índio.

Ao convocar esse grupo missionário, pensou-se, na CNBB, criar uma assessoria ligada às bases missionárias que deveria observar a política indigenista do governo e promover o *aggiornamento* missionário da Igreja Católica. Havia preocupações concretas: as denúncias feitas na Declaração de Barbados I (1971), a insatisfação dos missionários com a pastoral neocolonial e não específica junto aos povos indígenas, as denúncias sobre matanças de índios.

Em 1969, apareceram no exterior notícias sobre o genocídio dos índios no Brasil, inclusive com fotos de índios torturados. A “pacificação” dos Cinta-Larga ocupou, desde 1969, as manchetes dos jornais. A construção das rodovias BR 230 (Transamazônica), 174 (Manaus-Boa Vista), 163 (Cuiabá-Santarém), 364 (Cuiabá-Porto Velho) e 210 (Perimetral Norte) projetou suas sombras sobre dezenas de povos indígenas na Amazônia. O órgão da política indigenista do Estado, a Fundação Nacional do Índio (Funai), teve a incumbência de garantir que os índios não representassem obstáculo à política desenvolvimentista.

O grupo convocado por Ivo Lorscheiter se constituiu em “Conselho”, oficiosamente ligado à CNBB. A ata da primeira reunião desse Conselho, es-

crita a 23 de abril de 1972, por Dom Geraldo de Proença Sigaud, um dos ferrenhos contestadores do Vaticano II e então bispo de Diamantina (MG), foi assinada por outros 25 participantes, entre eles os bispos Ivo Lorscheiter (secretário-geral da CNBB), Henrique Froehlich (Diamantino, MT), Luís Gomes de Arruda (Guajará-Mirim, RO), Eurico Kräutler (Altamira, PA), Pedro Casaldáliga (São Félix, MT), Tomás Balduino (Goiás, GO), Estêvão Cardoso de Avelar (Marabá, PA) e os missionários Thomaz de Aquino Lisboa e Sílvia Wewering. Foi o nascimento do Cimi, dez anos depois do início do Concílio Vaticano II.

Os participantes do primeiro encontro ainda elegeram sete membros como primeiros conselheiros estatutários do Cimi: os padres Adalberto Holanda Pereira, jesuíta; Casimiro Beksta, salesiano; Thomaz de Aquino Lisboa, jesuíta; irmã Sílvia Wewering, das Servas do Espírito Santo e D. Tomás Balduino Ortiz. Os padres Ângelo Jaime Venturelli, salesiano, e José Vicente César, do Verbo Divino, foram respectivamente eleitos presidente e secretário do Cimi. A presença de D. Tomás Balduino para a transformação desse grupo heterogêneo numa pastoral profética pró-índio, era essencial. O que facilitou a sua tarefa foi o fato de que na hora da fundação do Conselho Indigenista Missionário (1972), a Igreja latino-americana já tinha feito a sua leitura do Vaticano II com os olhos de Medellín (1968): assumir a realidade dos pobres, presença nessa realidade (inserção), articulação dos sujeitos que vivem nessa realidade, alianças com Igrejas e movimentos fora do País que estava atravessando anos de ditadura militar colada em certa euforia desenvolvimentista na contramão dos povos indígenas no Brasil e na maioria dos países do continente.

Tomás Balduino continuou até hoje como patriarca iluminado, conselheiro e amigo do Cimi. A ruptura com o sistema de acumulação e de injustiça não depende do pastor, mas se torna mais viável com ele. Sua missão é “despertar esperança em meio

às situações mais difíceis, porque, se não há esperança para os pobres, não haverá para ninguém” (DAp 395).

Virada pastoral

Na época da fundação do Cimi, em 1972, a sociedade brasileira e as Igrejas locais não acreditavam na possibilidade de os povos indígenas terem a ter futuro próprio, como povos e nações. Parecia lógico que o caminho indicado para o futuro dos 90 mil (segundo dados do governo militar da época) ou 180 mil índios, segundo o recenseamento do Cimi de então, seria a sua integração aos padrões culturais e jurídicos da sociedade nacional e a sua assimilação étnica e religiosa. A perspectiva de integração dos índios na sociedade classista dispensaria a demarcação de suas terras e a sua proteção específica; a perspectiva de sua conversão dispensaria o diálogo inter-religioso e a inculturação.

Os princípios, que desde o início fundamentaram a ação do Cimi e condensaram a “virada pastoral, foram:

a) o respeito à alteridade indígena em sua pluralidade étnico-cultural e histórica e a valorização dos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas;

b) o protagonismo dos povos indígenas sendo o Cimi um aliado nas lutas pela garantia dos seus direitos históricos;

c) a opção e o compromisso com a causa indígena dentro de uma perspectiva mais ampla de uma sociedade democrática, justa, solidária, pluriétnica e pluricultural.

D. Tomás defendeu esses princípios no templo e no pretório. Acompanhou a história do Cimi marcada por testemunhas qualificadas. Na trajetória de sua longa e abençoada vida de mais de 90 anos, muitas sementes, que o confessor Balduino lançou, se multiplicaram nos corações e territórios dos povos indígenas. Nenhum inverno político ou eclesiástico conseguiu sufocá-los por baixo de um cobertor de gelo neoliberal ou neogostiniano. Hoje, somos testemunhas de uma pastoral indigenista que aprendeu que a catequese a serviço

da Vida passa pela questão da terra, da cultura e da participação política. Somos testemunhas de uma pastoral que devolveu o protagonismo da causa indígena aos próprios indígenas, sem jamais abandonar a sua causa.

Tomás Balduino, você foi enviado por Deus para incomodar. Obrigado. Deus seja louvado!

Leia mais...

- *90 anos de transformações na Igreja.* Entrevista com Dom Tomás Balduino, disponível em <http://bit.ly/1kEyBfp>
- *“Trata-se de derrotar a “direitona” que é contra os pobres, negros, índios e camponeses”.* Entrevista com Dom Tomás Balduino, disponível em <http://bit.ly/1oj6812>
- *“Lula esqueceu que temos constituição e abriu o País para a ganância estrangeira”,* afirma Tomás Balduino, disponível em <http://bit.ly/RkGI87>
- *D. Tomás Balduino e Pe. Antonio Iasi, os alvos,* disponível em <http://bit.ly/RgIJTh>
- *Dom Tomás Balduino, fundador da CPT, fez a sua páscoa,* disponível em <http://bit.ly/1muKcDv>
- *Trabalho escravo. Bancada ruralista é “escravagista”,* segundo bispo, disponível em <http://bit.ly/RgIWGO>
- *Encontro celebra os 90 anos de Dom Tomás e a sua luta em defesa dos povos do campo,* disponível em <http://bit.ly/1IRk6I2>
- *Fórum Social Mundial. Dez anos depois. “Houve um retrocesso”.* Entrevista com D. Tomás Balduino, disponível em <http://bit.ly/1IRkiaf>
- *Esse é um Congresso hipócrita e sem autoridade moral”,* afirma D. Tomás Balduino, disponível em <http://bit.ly/1ihOix4>
- *Bispos Eméritos escrevem aos Bispos do Brasil,* disponível em <http://bit.ly/1kECaIW>
- *Tomás, o Dom,* disponível em <http://bit.ly/1rUTVA2>

Teologia Pública

Minha experiência como Leigo na Igreja

CESAR KUZMA

“**D**igo, aos senhores Bispos, que não é fácil ser leigo. Na nossa frente as portas ficam mais fechadas do que abertas e nem sempre nos estendem a mão, nem sempre nos escutam, nem sempre nos olham no rosto e nem sempre podemos falar. Por isso, agradecemos esta oportunidade e de antemão agradecemos os frutos desta Assembleia. Não queremos alimentar ressen-

timentos, queremos servir. No movimento de Francisco, nós também queremos sair! Queremos primeirear! Sair enquanto Igreja! Uma Igreja em saída!”, testemunha Cesar Kuzma, doutor em Teologia pela PUC-Rio e professor/pesquisador desta mesma Universidade, em depoimento prestado na 52ª Assembleia da CNBB, em Aparecida, no dia 01-05-2014.

Eis o testemunho.

1. A importância da CNBB falar sobre este tema

A CNBB sempre foi referência por estar na vanguarda e por aplicar nas suas ações e diretrizes as grandes novidades conciliares, fortalecendo o serviço da Igreja ao mundo, sendo sinal, um sinal realizador. Portanto, falar sobre os Leigos, dedicar uma Assembleia e um ano a esta vocação (até mesmo mais um documento) é, na verdade, reconhecer aqueles e aquelas que estão em maior número no corpo eclesial (a maioria) e que não querem (e não devem) mais ser tratados de maneira passiva, como aqueles que sempre ouvem e recebem, ou como o povo conquistado...

Os Leigos de hoje, apontamos aqui todos os que assumem verdadeiramente a sua vocação e missão, querem ser verdadeiros discípulos missionários, querem (e devem) ser tratados naquilo que o batismo lhes garante por direito, eles querem ser sujeitos eclesiais. Podemos dizer que

eles têm o “direito” de ter “dever”, e este dever é um serviço colocado para a edificação da Igreja e para o serviço do Reino, um serviço no mundo. Os Leigos querem exercer a sua autonomia, garantida pelo Vaticano II¹ e que reflete uma maturidade

eclesial, exigida a toda a Igreja. Sabemos que muitos são os desafios e grandes são os contextos, tanto sociais quanto eclesiais. Mas nos alegra e nos encoraja saber que os Bispos do Brasil, em comunhão com toda a Igreja, estão decididos em seguir este caminho. Parabéns! E Coragem! Nas palavras de Francisco: “Ousem e primeirem!”. Precisamos disso!

2. Quem sou eu e qual é o meu objetivo aqui

Meu nome é Cesar Kuzma, sou leigo, melhor dizendo, um cristão-leigo. Tenho 37 anos de idade, sou casado há 11 anos e minha esposa chama-se

¹ Concílio Vaticano II: convocado no dia 11-11-1962 pelo Papa João XXIII. Ocorreram quatro sessões, uma em cada ano. Seu encerramento deu-se a 8-12-1965, pelo Papa Paulo VI. A revisão proposta por este Concílio estava centrada na visão da Igreja como uma congregação de fé, substituindo a concepção hierárquica do Concílio anterior, que declarara a infalibilidade papal. As transformações que introduziu foram no sentido da democratização dos ritos, como a missa rezada em vernáculo, aproximando a Igreja dos fiéis dos diferentes países. Este Concílio encontrou resistência dos setores conservadores da Igreja, defensores da hierarquia e do dogma estrito, e seus frutos foram, aos poucos, esvaziados, retornando a Igreja à estrutura rígida preconizada pelo Concílio Vaticano I. O Instituto Humanitas Unisinos - IHU promoveu, de 11 de agosto a 11-11-2005, o ciclo de estudos *Concílio Vaticano II - marcos, trajetórias e perspectivas*. Confira a edição 157 da *IHU On-Line*, de 26-09-2005, intitulada *Há lugar para a Igreja na sociedade contemporânea? Gaudium et Spes: 40 anos,*

disponível em <http://bit.ly/mT6cyj>. Ainda sobre o tema, a *IHU On-Line* produziu a edição 297, *Karl Rahner e a ruptura do Vaticano II*, de 15-6-2009, disponível em <http://bit.ly/o2e8cX>, bem como a edição 401, de 03-09-2012, intitulada *Concílio Vaticano II. 50 anos depois*, disponível em <http://bit.ly/REokjn>, e a edição 425, de 01-07-2013, intitulada *O Concílio Vaticano II como evento dialógico. Um olhar a partir de Mikhail Bakhtin e seu Círculo*, esta disponível em <http://bit.ly/1cUUZfC>. (Nota da *IHU On-Line*)

Larissa, ela é Assistente Social. Nós temos dois filhos: a Julia, que tem 2 anos e 6 meses, e o Daniel, de apenas 11 meses. Digo a vocês que a família é o que temos de mais precioso e, também, é o que temos de mais sensível, pois tudo a atinge e nela devemos ser sempre zeladores, cuidadores da vida que nos foi confiada e que é a nossa missão, mas ao mesmo tempo devemos ser promotores da justiça e da dignidade para todos.

A vida familiar hoje nos coloca novos desafios e nos faz pensar, de maneira aberta e conscienciosa o novo papel da mulher, o novo papel do homem, a nova condição dos filhos, e a situação de todos os que da família fazem parte e que dela se aproximam. Se a sociedade hoje é plural, esta noção obriga a família, enquanto Igreja doméstica, ao exercício da acolhida, do respeito e da promoção humana; sem reducionismos, sem fundamentalismos ou extremismos. O exercício do Amor, que sacramenta esta união e condição eclesial, nos abre a esta perspectiva.

Minha trajetória eclesial começa por influência de minha mãe, uma mulher guerreira, leiga engajada e comprometida, líder de pastorais e de comunidades eclesiais de base. Uma mulher que sempre se colocou em serviço e sempre nos ensinou a servir, a colocar-se a caminho, em marcha, sem aparecer, mas na simplicidade e no testemunho.

Fui membro da Pastoral de Juventude, onde iniciei a minha caminhada, expressão da Igreja a qual sou bastante simpático e é um berço de bons cristãos e de boas vocações, autênticas e proféticas com a causa do Reino. Os ensinamentos de minha mãe e a experiência de Pastoral me levaram a outros grupos, onde pude aprender e dar um pouco mais de mim mesmo. Isso me levou às comunidades, às ações pastorais e sociais, às palestras e assessorias a grupos de jovens, de casais e de pastoral social e cultural.

Tenho orgulho do caminho que fiz como leigo e digo que não sabe-

ria ser Igreja de outra maneira. Acho sublime, e me encanta saber que a condição batismal, muito bem descrita na *Lumen Gentium*² nos garante esta plenitude. Vejo no ser leigo algo peculiar, que o mantém aberto ao horizonte do Reino proclamado por Jesus, que também era leigo, e por ser leigo estava inserido no contexto de seu tempo e foi em seu tempo, e para os seus, um autêntico testemunho; trouxe a todos o novo rosto de Deus, um Deus próximo e solidário, um Deus que se despoja para nos atingir, que vem até nós e que nos ama, um Deus que é Amor. Assim é o Leigo, é alguém que está no mundo, que se despoja para estar nele, que é rosto da Igreja no mundo e o rosto do mundo na Igreja, como atestou a Conferência de Puebla, e Aparecida³ repetiu e reafirmou.

De minha mãe, já falecida (jovem aos 58 anos e praticamente nos meus braços), aprendi a seguinte lição:

- 1) Caminhar com Cristo;
- 2) surpreender-se por Cristo;
- 3) e, o continuar a obra de Cristo, o Reino de Deus. Para ela, isso se fazia servindo.

Esta experiência comunitária e de pastoral me levou à Teologia. E fiz

² *Lumen Gentium* (*Luz dos Povos*): um dos mais importantes textos do Concílio Vaticano II, demoradamente discutido durante a segunda sessão do concílio. O seu tema é a Igreja, enquanto instituição. Foi objecto de muitas modificações e emendas, como, aliás, todos os documentos aprovados. Inicialmente surgiram, para o texto base, cerca de 4.000 emendas. Sobre o tema, confira os Cadernos Teologia Pública número 4, intitulado No quarentenário da *Lumen Gentium*. (Nota da IHU On-Line)

³ Conferência de Aparecida: V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe, ou Conferência de Aparecida, foi inaugurada pelo Papa Bento XVI, em Aparecida, no dia 13 de maio e encerrou no dia 31 de maio de 2007. O tema da Quinta Conferência foi: "Discípulos e Missionários de Jesus Cristo, para que nele nossos povos tenham vida", inspirado na passagem do Evangelho de João que narra "Eu sou o Caminho, a Verdade e a Vida" (Jo 14,6). Sobre essa Conferência leia a edição 224 da revista IHU On-Line, de 20-06-2007, intitulada Os rumos da Igreja na América Latina a partir de Aparecida. Uma análise do Documento Final da V Conferência e disponível em <http://bit.ly/gGMpe4>. (Nota da IHU On-Line)

este caminho por influência de Clodovis Boff⁴, a quem tenho muito estima e respeito. A graduação me levou à pós, ao mestrado e ao doutorado. Atuei como professor da PUC do Paraná por 7 anos, sendo 5 anos como diretor. E hoje desembarco no Rio de Janeiro, também na PUC, para exercer ali um ministério e uma pastoral. É a Teologia a serviço da Igreja, um serviço no discernimento crítico de nossa vocação e missão.

3. Algumas questões que nos tocam enquanto leigos e que pude vivenciar, mesmo com pouca idade

A questão do clericalismo. O Papa Francisco tem falado insistentemente sobre isso, falou aqui no Rio, tem falado em suas homilias e deixou registrado na Exortação *Evangelii Gaudium*. Isso não nos é novidade, pois há tempos já se fala sobre este assunto, mas algo precisa ser feito. O problema do clericalismo é que ele nos leva a ver a Igreja apenas por um lado, não se vê o todo e facilmente se cai na esfera do poder, não do serviço. Isso aparece em atitudes do clero, mas também nos leigos, quando falta maturidade e a experiência pastoral parece turva. Tal questão dificulta o exercício da vocação laical, pois impede o seu desenvolvimento, retira a sua autonomia e não implica no respeito e na comunhão, não gera fraternidade.

A relação entre leigos e hierarquia. É necessário dizer que há bons frutos desta relação e há bons cami-

⁴ Clodovis Boff: teólogo e filósofo brasileiro. É sacerdote da Ordem dos Servos de Maria e responsável pela pastoral das favelas. Doutorou-se pela Universidade Católica de Lovain (Bélgica) e é professor no Instituto Teológico Franciscano de Petrópolis, no Rio de Janeiro, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e na Pontifícia Faculdade "Marianum" de Roma. É também membro do ISER-Assessoria. De suas obras, citamos *Teoria do Método Teológico* (4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009). Confira a entrevista especial concedida por Boff à revista IHU On-Line, "O Documento de Aparecida é o ponto mais alto do Magistério da Igreja latino-americana e caribenha", disponível em <http://bit.ly/Kgii7O>. (Nota da IHU On-Line)

nhos percorridos, mas isso não é uma regra. Em algumas situações, notamos que o contato é áspero. Vejo isso muito mais como um efeito cultural do que intencional. Chego a dizer que o clero, em parte, acostumou-se a viver independente do leigo, ou a tê-lo em seu domínio; já o leigo, por sua vez e em parte, acostumou-se por ficar dependente do clero, por ser mais cômodo, talvez, o que não gera inquietação e compromisso. A falha está nos dois lados e apenas uma maturidade de ambas as vocações pode mudar esse quadro.

O trabalho do leigo na Igreja. O que é? O que se quer dele? Sempre fui levado a trabalhar na Igreja pela experiência e vivência de minha mãe. Vi a Igreja como uma extensão de minha casa, e a minha casa sempre foi uma extensão da Igreja, sempre presenciei isso, principalmente pelas inúmeras atividades que minha mãe exercia em sua comunidade. Mas acompanhando de perto, vem a nós a pergunta: “a quem servimos com o nosso trabalho?”. “Como somos vistos e de que maneira o nosso trabalho, como um serviço eclesial/missionário/pastoral é importante?”.

Falta aqui uma intencionalidade mais clara por parte da instituição e também por parte dos leigos, que atuam de coração aberto, livres e de boa vontade, sempre querendo agradecer. Falte, talvez, um reconhecimento, em vários níveis. É importante deixar claro que o seu trabalho não é um plus a mais, não é uma extensão ou um apoio, não é apenas suprimir uma falta... O seu trabalho é um apostolado, pois é o próprio Cristo que o chama e o garante em sua missão e o leva ao bom exercício da mesma, através do seu Espírito. O Concílio Vaticano II afirma que os Leigos não estão sós e que sua missão não é em vão, maneira como termina o Decreto.

A questão ministerial. É o que nos leva a uma questão urgente e importante que, penso eu, deve ser tocada por esta Assembleia, não apenas nesta ocasião, mas em outras, e cada vez de modo mais profundo. O

que entendemos e o que queremos entender por ministério? Aproveito aqui a presença do teólogo Bruno Forte que muito tem se dedicado a isso. Faz-se necessário ampliar a compreensão que temos de ministério, pois o mesmo está muito focado na sacramentalidade e no ministro ordenado, e não se completa na condição do trabalho e do serviço de toda a Igreja. Ou seja, a quem se destina e a quê? Se focarmos o ministério apenas, ou com um reforço maior, na sacramentalidade, tornamos a comunidade refém de parte do clero, ou mesmo infantilizada na fé; e esta não é a intenção que se quer para os ministros ordenados. Com isso, a Igreja não atinge a sua identidade missionária, para a qual convoca todos os batizados, cada membro do seu corpo, cada qual com seu dom e carisma, e é o mesmo Espírito que sustenta a todos e todos corroboram para a edificação da Igreja e para o crescimento de todos. Faço lembrar que o documento 62, que já trabalhou a questão do laicato, e diga-se bem, de maneira profunda, já aborda a questão da ministerialidade, chegando até a ousar. Penso que as necessidades de nossas comunidades e de nossas periferias, que no Brasil são longínquas, exigem de nós algo mais ousado. O contexto eclesial que irrompeu com o Papa Francisco nos provoca a esta questão.

A questão da formação, sobretudo, a teológica. Para este momento gostaria de trazer um pouco da minha experiência de universidade e de gestão de curso de teologia. É um fato que os cursos de Teologia não são destinados para uma vocação específica. A formação e o entendimento teológico são necessidades de toda a Igreja que busca entender o que crê; e, entendendo, tem a capacidade de discernir e, por isso, pode servir mais e melhor. No entanto, é uma realidade que por muito tempo se deu uma importância maior para a formação teológica dos seminaristas e religiosos e se deixou de lado a formação teológica dos leigos; ou quando era oferecida, não tinha o mesmo frescor e

não abordava os mesmos conteúdos, pelo menos não em totalidade ou em profundidade.

Isso mudou com os anos, e hoje, principalmente pelo bom desenvolvimento da formação catequética e pelo aumento (e de qualidade!) dos cursos de Teologia no Brasil, sobretudo os que são reconhecidos pelo MEC, temos um número grande (talvez até maior) de leigos que buscam a formação teológica. Vejo isso como louvável, pois o interesse pelo qual buscam não é o de uma obrigatoriedade, como um passo necessário para ordenação ou votos religiosos, mas o entendimento, o amor a Cristo e à Igreja, o serviço.

Tenho acompanhado muitos leigos entrarem em cursos de graduação trazendo para estes a riqueza de suas vidas, de suas experiências e de sua outra formação. Fazem da Teologia um espaço público e de diálogo, não de respostas prontas; e neste espaço eles a colocam na prática e no serviço.

Contudo, nem tudo são flores neste jardim... As dificuldades que os leigos enfrentam são maiores e mais graves, pois não recebem apoio institucional, não recebem incentivos e ajudas financeiras de suas comunidades e dioceses (salvo algumas exceções), precisam acomodar os estudos com os afazeres do trabalho (em horários difíceis) e com a guarda familiar, algumas vezes precisam pedir tutela (declarações) do bispo ou do pároco para poder fazer este curso, o que tira a sua autonomia; e muitas vezes, não são privilegiados com bolsas em instituições católicas, como acontece com os seminaristas, o que não é apenas uma falta apenas para com estes cristãos comprometidos, mas com toda a Igreja que necessita “urgentemente” de formação, ressalto aqui uma formação que seja aberta e capaz de dialogar, nunca, jamais de enfrentamento e de fechamento.

Continuando... Eu enfrentei este problema quando dirigi o curso da PUC de Curitiba. Tínhamos um excelente curso, mas pouquíssimos

alunos. Na ocasião, em 2012, conversei com Dom Moacyr José Vitti, conversei com a Pastoral da Arquidiocese e conversei com a Reitoria e com o Provincial dos Irmãos Maristas (que administram a PUC). Consegui convencê-los da importância eclesial deste curso e de como estava ligado à missão institucional. Resultado: fechamos numa bolsa de quase 90% para todos os alunos, deixando a mensalidade em R\$ 150,00, em Curitiba e em Londrina. Isso para todos: leigos, religiosos, seminaristas, ricos ou pobres, e também a nossos irmãos protestantes, a todos. Resultado: abriram-se turmas cheias em Curitiba e em Londrina, e isso se repetiu no ano seguinte. E mais, quase 80% são leigos e leigas. Este exemplo poderia ser repetido em outros lugares, ou se poderia ver mais exemplos parecidos e criar novas perspectivas. É certo que o lado financeiro não garante o todo, mas alguém tem que puxar este braço e oferecer, e quem pode mais, ajudar quem não pode tanto.

Ainda sobre a formação: falo por experiência na gestão do curso de Teologia. Eu entendo as razões que no passado se levou a separar a

formação seminarística da formação laical, em alguns casos, até da feminina. Todavia, em vista da questão do mundo de hoje e da necessidade de se fortalecer a dimensão de Povo de Deus na Igreja, isso não se justificaria mais. Seria um avanço muito grande se pudéssemos ter em uma mesma sala leigos, religiosos e seminaristas. Isso engrandeceria muito. Precisaria, evidentemente, respeitar o espaço de cada vocação e favorecer também (e isso nos falta!) aspectos e disciplinas teológicas que favoreçam aquilo que é específico da vocação laical, a sua atuação no mundo secular.

Ressalto aqui, que a formação universitária não é a única forma de se buscar conhecimento e aprofundamento da fé. Faz sentido e é também urgente fomentar a formação em vários níveis, também pastoral e popular, na experiência e na mística, em cada pastoral e em suas especificidades, de modo que o entendimento do “ser” e do “fazer” cristão se tornem uma realidade. A Igreja ganharia muito se acolhesse também a sabedoria de muitos leigos e leigas, testemunhas vivas do Evangelho e que marcam a vida de pessoas e mais pessoas. Tive isso com a minha mãe.

4. Para finalizar

Digo a vocês que os leigos querem servir, e precisamos ajudá-los a isso, para que sejam verdadeiros sujeitos eclesiais, que atuem como luz do mundo e sal da terra. Os leigos não querem ocupar um espaço que não lhes pertence; eles querem ocupar um espaço que corresponde a sua vocação e missão, a fim de que possam exercê-la e santificar-se, sendo testemunhas do Reino no mundo, com autenticidade e coerência, no serviço.

Digo, aos senhores Bispos, que não é fácil ser leigo. Na nossa frente as portas ficam mais fechadas do que abertas e nem sempre nos estendem a mão, nem sempre nos escutam, nem sempre nos olham no rosto e nem sempre podemos falar. Por isso, agradecemos esta oportunidade e de antemão agradecemos os frutos desta Assembleia. Não queremos alimentar ressentimentos, queremos servir. No movimento de Francisco, nós também queremos sair! Queremos primeirar! Sair enquanto Igreja! Uma Igreja em saída!

Que o Espírito da comunhão favoreça o nosso entendimento e nos leve a servir, como Igreja, como Povo, como Povo de Deus.

LEIA OS CADERNOS IHU

NO SITE DO IHU

WWW.IHU.UNISINOS.BR

Entrevistas da Semana

Jacques Le Goff e a reinvenção da história

Professor Igor Teixeira faz um resgate das principais obras do historiador francês e traça um perfil da produção intelectual de Le Goff

POR MÁRCIA JUNGES E RICARDO MACHADO

No dia 1º abril, morreu, em Paris, o historiador francês Jacques Le Goff, aos 90 anos. No ensejo das homenagens e reconhecimentos pelo trabalho realizado na área da história, campo em que se dedicou ao longo de toda sua trajetória profissional e se tornou reconhecido, a **IHU On-Line** entrevistou por e-mail o professor Igor Teixeira, que aborda a importância do pensamento de Le Goff. “Herdeiro de temáticas e de abordagens realizadas por Marc Bloch, um dos fundadores dos *Annales*, Le Goff apresentou uma série de análises sobre aspectos variados da sociedade medieval. A obra na qual essa contribuição é significativa, por exemplo, é *Para um novo conceito de Idade Média* (Lisboa: Estampa, 1995). Ali encontramos estudos sobre a relação tempo e trabalho; trabalho e sistemas de valores; cultura erudita e cultura popular; e sobre a chamada antropologia histórica”, explica Igor Teixeira.

“De um modo geral, o conjunto da obra de Le Goff lançou luzes sobre o estudo do imaginário, da ampla utilização de expressões literárias como documentação importante para o estudo do período medieval e sobre a produção de conhecimento na Idade Média.

Ao abordar temas como *Os intelectuais* e evidenciar métodos de leitura, análise, conteúdo dos *curricula* universitários e suas despesas, esse autor problematizou a ideia da Idade das Trevas, abandonando-a em prol de uma Idade Média na qual existiam, sim, muitas guerras, miséria e fome, mas também afirmando que Platão e Aristóteles, por exemplo, não passaram despercebidos entre os séculos V e XV”, analisa o entrevistado. “Muitas vezes, pensa-se que na Idade Média as pessoas eram mais ‘ignorantes’ e que acreditar em santos e em demônios era mais comum. Porém, o papa que mais efetuou canonizações foi João Paulo II”, complementa.

Igor Salomão Teixeira é graduado em História pela Universidade Federal de Viçosa – UFV, mestre e doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Realizou estágio de doutorando na *École des Hautes Études en Sciences Sociales – Groupe d’Anthropologie Scolastique*, entre 2009 e 2010. Atualmente é professor Adjunto de História Medieval no Departamento e no Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Quem foi Jacques Le Goff?

Igor Teixeira – Jacques Le Goff nasceu em Toulouse no dia 1º de janeiro de 1924. Faleceu em Paris no dia 1º de abril de 2014, aos 90 anos.

Historiador de formação, dedicou a maior parte de sua carreira acadêmica aos estudos sobre a Idade Média. Exemplo disso é seu primeiro livro, publicado em 1956, *Mercadores e Banqueiros na Idade Média* (São

Paulo: Martins Fontes, 1991), e um dos seus últimos livros, publicado em 2011, *À procura do tempo sagrado: Jacopo de Varazze e a Legenda áurea* (este sem tradução para o português – No original: *A la recherche du temps*

sacré. *La légende dorée de Jacques de Voragine*. Paris: Perrin, 2011). Recentemente foram traduzidas duas obras desse autor: *A Idade Média e o Dinheiro* (Rio de Janeiro: Record, 2013) e *Homens e Mulheres da Idade Média* (São Paulo: Estação Liberdade, 2014). O autor também publicou uma série de estudos mais relacionados à teoria e metodologia da história, como o bastante conhecido *História e Memória* (Campinas: Editora da UNICAMP, 1990), e seu último livro, *É realmente necessário separar a história em tiras? (Faut-il vraiment découper l'histoire en tranches?)* Paris: Le Seuil, 2014), sem tradução para o português até o momento. Le Goff atuou também de forma institucional ao presidir, após Fernand Braudel¹, a sexta seção da École Pratique des Hautes Études, atual École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), destino de muitos pesquisadores brasileiros nas áreas de História, Filosofia e Ciências Sociais².

IHU On-Line – Qual é o contexto do surgimento dos Annales³, o que são eles e qual é a sua importância para a historiografia?

Igor Teixeira – Após a Primeira Guerra Mundial e a localização de muitos jovens pesquisadores em uni-

“O conjunto da obra de Le Goff lançou luzes sobre o estudo do imaginário”

versidades fora dos grandes centros, gerou-se uma intensa colaboração e reflexão sobre a história e seus métodos. Marc Bloch⁴ e Lucien Febvre⁵ desde 1920 tentavam, em diálogo com outros colegas de Estrasburgo, fundar uma revista. Essa negociação teve fim em 1929, quando a editora Armand Colin, de Paris, adotou a proposta.

Na base da proposta da revista estavam: a) interdisciplinaridade; b) a relação importante e indissociável entre passado e presente – que fundamentava a noção de *história problema*; c) o imperativo do conhecimento indireto sobre o passado, que transmite a ideia de construção e que, por isso, o historiador devia estar atento às condições, elementos e problemas que podiam ser objeto de história. A partir da noção da história como “ciência dos homens no tempo”, houve uma multiplicação do que poderia ser estudado em trabalhos de historiadores.

Nos primeiros tempos da revista também houve certo distanciamento da história política, classificada muitas vezes como história tradicional, que daria conta apenas da “evolução” das instituições. Como indicava o título original do periódico, o foco estava na história econômica e social. A revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale* mudou de nome algumas vezes de sua fundação à década de 1990. Atualmente sob o título de *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, é publicada pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, antiga VI seção da

École Pratique des Hautes Études de Paris⁶.

Como indicado anteriormente, Jacques Le Goff foi um dos criadores desse centro autônomo de altos estudos. Também foi um dos diretores da revista dos *Annales*. Tratava-se de uma direção “colegiada”, descentralizada, como nas duas “gerações” anteriores, a saber, a de Bloch e Febvre e a de Fernand Braudel e Charlez Morazé⁷. Le Goff, juntamente com André Burguière⁸, Marc Ferro⁹, Emmanuel Le Roy Ladurie¹⁰ e Jacques Revel¹¹ comandaram uma reorientação dos interesses da revista. Segundo Christian Delacroix¹², François Dosse¹³ e Patrick Garcia, a

6 <http://annales.ehess.fr/>.

7 **Charles Morazé** (1913-2003): foi um historiador que teve importante contribuição à institucionalização das ciências humanas na França. (Nota da IHU On-Line)

8 **André Burguière** (1938): foi diretor da l'École des hautes études en sciences sociales. Especialista em história da família e da população na época moderna, contribuiu ao desenvolvimento da antropologia histórica na área da história das mentalidades. (Nota da IHU On-Line)

9 **Marc Ferro** (1924): historiador francês. Foi codiretor da revista *Les Annales (Économies, Sociétés, Civilisations)*, ensinou na l'École polytechnique, foi diretor de estudos na IMSECO (Institut du Monde Soviétique et de l'Europe Central et Oriental), membro do Comitê de redação do Cahiers du monde russe et soviétique e professor visitante nos EUA, Canadá, Rússia e Brasil. (Nota da IHU On-Line)

10 **Emmanuel Le Roy Ladurie** (1929): historiador francês, especialista no *ancien régime* e na história do povo camponês. É pioneiro na pesquisa em micro-história, parte da corrente conhecida como a Nova História. É autor de diversos livros, entre eles *Saint-Simon e o sistema da corte* e *História dos Camponeses Franceses: da Peste Negra à Revolução*. (Nota da IHU On-Line)

11 **Jacques Revel**: historiador francês, ex-presidente da École des Hautes Études en Sciences Sociales. Autor, entre outros, de *Jogos de Escalas: A Experiência da Microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, e *A invenção da sociedade*. São Paulo: Difel, 1999. (Nota da IHU On-Line)

12 **Christian Delacroix**: historiador francês originário de família operária, iniciou sua militância política na esquerda, desde muito jovem, e foi fortemente marcado pelos acontecimentos de maio de 1968. Formado em filosofia na Sorbonne, direcionou seus estudos para a área de História quando foi aprovado para a École Normale Supérieure de Saint-Cloud. (Nota da IHU On-Line)

13 **François Dosse** (1950): historiador e epistemólogo francês, especialista em história intelectual. (Nota da IHU On-Line)

1 **Fernand Braudel** (1902-1985): historiador francês cuja obra destaca o poder dos mercados no desenvolvimento da civilização. Foi aluno de Lucien Febvre e ajudou a fundar a Escola dos Annales. Braudel veio ao Brasil em 1935 para ajudar a fundar a Universidade de São Paulo. É autor de livros como *A Identidade da França* (Globo), *Civilização Material, Economia e Capitalismo, O Espaço e a História do Mediterrâneo* (ambos pela Martins Fontes), entre outros. (Nota da IHU On-Line)

2 Mais informações: SILVA, A.C. L. F. da; SILVA, L. R. da. “Jacques Le Goff”. In: LOPES, M. A.; MUNHOZ, S. J. (Org.). *Historiadores de nosso tempo*. São Paulo: Alameda, 2010, v. 1, p. 135-152. (Nota do Entrevistado)

3 **Escola dos Annales**: a chamada escola dos Annales constitui-se num movimento historiográfico. Recebe essa designação por ter surgido em torno do periódico acadêmico francês *Revue des Annales*, tendo se destacado por incorporar métodos das Ciências Sociais à História. Em geral, divide-se a trajetória da escola em quatro fases: primeira geração, liderada por Marc Bloch e Lucien Febvre; segunda geração, dirigida por Fernand Braudel; terceira geração, vários pesquisadores tornaram-se diretores; e quarta geração, a partir de 1989. (Nota da IHU On-Line)

4 **Marc Léopold Benjamim Bloch** (1886-1944): foi um historiador francês notório por ser um dos fundadores da Escola dos Annales; foi morto pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial. (Nota da IHU On-Line)

5 **Lucien Febvre** (1878-1956): historiador francês, cofundador da Escola dos Annales. (Nota da IHU On-Line)

chamada terceira geração dos *Annales*, a partir de 1968, marca uma aproximação acentuada com a antropologia e com a ideia de uma temporalidade mais lenta. Para esses autores, há uma orientação nítida para temas do cotidiano, como casamento, batizado, nascimento e morte. Essas abordagens também passam a ser vistas como processos de mudanças lentas¹⁴. E essa é uma das características marcantes da chamada história das mentalidades.

IHU On-Line – Quais são as peculiaridades e a originalidade de sua “história das mentalidades”?

Igor Teixeira – A principal característica em torno da noção de mentalidade – da qual Jacques Le Goff foi, talvez, o porta-voz mais proeminente – é a sua imprecisão conceitual. Nos anos 1960, os historiadores envolvidos no projeto da revista *Annales* procuraram se distanciar das abordagens marxistas, que consideram a luta de classes como foco privilegiado de análise.

Em importante texto, o próprio Jacques Le Goff afirmou que se tratava de uma “história ambígua”¹⁵. Porém, essa ambiguidade foi duramente criticada na medida em que se pretendia analisar o que os homens e as mulheres de uma sociedade pensavam em comum sobre diferentes aspectos. Essa história das mentalidades, ao mesmo tempo em que jogava luz sobre as crenças, a psicologia e os sonhos – que provocou amplo eco na produção historiográfica posterior,

14 DELACROIX, C.; DOSSE, F.; e GARCIA, P. *Correntes historiográficas na França: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2012. Especificamente capítulos 3, 4 e 5. pp. 137-320. Indico também: BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: UNESP, 1997. REIS, J. C. *O desafio historiográfico*. Rio de Janeiro: FGV, 2010. (Nota do Entrevistado)

15 LE GOFF, J. “As mentalidades: uma história ambígua”. In: IDEM; NORA, P. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. pp. 68-83. Outras reflexões podem ser lidas em: BOUREAU, A. “Propositions pour une histoire restreinte des mentalités”. *Annales Économies Sociétés Civilisations*, Paris: Armand Collin. 44e Année, nº6, nov-déc, 1989. pp.1491-1504. DARTON, Robert. “a História das Mentalidades - o caso do olho errante”. In: *O Beijo de Lamourette*, São Paulo: Companhia das Letras, 1990, pp.225-255. (Nota do Entrevistado)

até os dias de hoje, sob novos nomes como história das práticas e das representações, imaginário, “nova história”, “história cultural”, “nova história cultural” – era acusada de acabar com as diferenças entre grupos sociais, entre as classes¹⁶.

IHU On-Line – Em que sentido os estudos de Le Goff renovaram a visão que tínhamos da Idade Média?

Igor Teixeira – O legado de Jacques Le Goff na renovação dos estudos sobre o período medieval está diretamente relacionado às duas perguntas anteriores. Herdeiro de temáticas e de abordagens realizadas por Marc Bloch, um dos fundadores dos *Annales*, Le Goff apresentou uma série de análises sobre aspectos variados da sociedade medieval. A obra na qual essa contribuição é significativa, por exemplo, é *Para um novo conceito de Idade Média* (Lisboa: Estampa, 1995). Ali encontramos estudos sobre a relação tempo e trabalho; trabalho e sistemas de valores; cultura erudita e cultura popular; e sobre a chamada antropologia histórica. Nas duas primeiras partes há uma interessante reflexão sobre como Jules Michelet¹⁷ (1798-1874) abordava o período medieval. Mas destaco dois capítulos sobre o tempo: “Na Idade Média: Tempo da Igreja e tempo do mercado” e “O tempo do trabalho na crise do século XIV: do tempo medieval ao tempo moderno”. Igualmente importantes são os capítulos sobre “Cultura eclesiástica e cultura folclórica na Idade Média: São Marcel de Paris e o Dragão” e “Os sonhos na cultura e a psicologia coletiva do Ocidente medieval”. Esse historiador também circulava de forma singular entre obras de síntese e divulgação, como *A civilização do Ocidente Medieval* (Bauru: Edusc, 2005) e *Heróis e Maravilhas da Idade Média* (Petrópolis: Vozes, 2011), e estudos extremamente densos e, até mesmo, de difícil compreensão em uma primeira leitura, como a biografia de *São Luís*.

16 Sobre esse assunto, uma interessante síntese: PESAVENTO, S. J. *História & História Cultural*. 2ªed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. (Nota do Entrevistado)

17 Jules Michelet (1798-1874): foi um filósofo e historiador francês. (Nota da IHU On-Line)

De um modo geral, o conjunto da obra de Le Goff lançou luzes sobre o estudo do imaginário, da ampla utilização de expressões literárias como documentação importante para o estudo do período medieval e sobre a produção de conhecimento na Idade Média. Ao abordar temas como *Os intelectuais* e evidenciar métodos de leitura, análise, conteúdo dos *currícula* universitários e suas despesas, esse autor problematizou a ideia da Idade das Trevas, abandonando-a em prol de uma Idade Média na qual existiam, sim, muitas guerras, miséria e fome, mas também afirmando que Platão¹⁸ e Aristóteles¹⁹, por exemplo, não passaram despercebidos entre os séculos V e XV.

IHU On-Line – Quais foram os temas fundamentais sobre a Idade Média a respeito dos quais Le Goff se debruçou?

Igor Teixeira – Le Goff estudou praticamente tudo sobre a Idade Média ocidental. Alguns temas de forma mais aprofundada, outros, nem tanto. Na sua vasta produção bibliográfica identificamos, então, abordagens e análises sobre economia, religião e religiosidades, cidades, corpo.

18 Platão (427-347 a.C.): filósofo ateniense. Criador de sistemas filosóficos influentes até hoje, como a Teoria das Ideias e a Dialética. Discípulo de Sócrates, Platão foi mestre de Aristóteles. Entre suas obras, destacam-se *A República* (São Paulo: Editora Edipro, 2012) e *Fédon* (São Paulo: Martin Claret, 2002). Sobre Platão, confira a entrevista *As implicações éticas da cosmologia de Platão*, concedida pelo filósofo Marcelo Perine à edição 194 da revista *IHU On-Line*, de 04-09-2006, disponível em <http://bit.ly/pteX8f>. Leia, também, a edição 294 da revista *IHU On-Line*, de 25-05-2009, intitulada *Platão. A totalidade em movimento*, disponível em . (Nota da IHU On-Line)

19 Aristóteles de Estagira (384-322 a.C.): filósofo nascido na Calcídica, Estagira, um dos maiores pensadores de todos os tempos. Suas reflexões filosóficas – por um lado originais e por outro reformuladoras da tradição grega – acabaram por configurar um modo de pensar que se estenderia por séculos. Prestou inigualáveis contribuições para o pensamento humano, destacando-se nos campos da ética, política, física, metafísica, lógica, psicologia, poesia, retórica, zoologia, biologia, história natural e outras áreas de conhecimento. É considerado, por muitos, o filósofo que mais influenciou o pensamento ocidental. (Nota da IHU On-Line)

Em todas essas obras podemos destacar um especial interesse do autor em relação às produções literárias e teológicas. Inclusive, segundo o próprio Le Goff, seus livros preferidos eram *Os intelectuais na Idade Média* (Rio de Janeiro: José Olympio, 2006) e *O nascimento do purgatório* (Lisboa: Estampa, 1995). E, talvez, nesse aspecto, estejam as principais contribuições do autor aos estudos medievais. As ideias sobre mentalidade e imaginário, por exemplo, se destacam nas discussões entre especialistas, tanto para criticar quanto para desenvolver aspectos indicados por aquele historiador. Dessa forma, além das obras já mencionadas anteriormente, podemos indicar, como elementos interessantes da diversificada análise que o autor realizou sobre o período medieval, os seguintes livros: *A civilização do Ocidente Medieval* (2005); *Para um novo conceito de Idade Média* (1995); *São Luís* (Rio de Janeiro: Record, 1999, obra que, segundo o autor, foi a que mais apresentou obstáculos para a realização da pesquisa e confecção do livro); e a mais recente, em língua portuguesa, *A Idade Média e o dinheiro* (2013).

IHU On-Line – O que ele queria dizer com “Longa Idade Média”?

Igor Teixeira – A tese da longa Idade Média está diretamente relacionada ao conceito de mentalidade, ou, no mínimo, à forma como Jacques Le Goff entendia a passagem e a transformação lenta e a longa duração dos processos históricos. Entrevistas e reflexões desse autor foram reunidas no livro *Uma longa Idade Média* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008), publicado no Brasil. As entrevistas foram publicados na revista *L'Histoire*, entre 1980 e 2004.²⁰ Nessa série de declarações, Le Goff afirma explicitamente que as datas que são fixadas para marcar o início e o final dos períodos históricos prestam um desserviço à reflexão. O autor reforça o argumento repetido por inúmeros historiadores de que a Idade Média nasceu do “desprezo” dos humanistas e renascentistas dos séculos XV e

20 LE GOFF, J. *Uma Longa Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. (Nota do Entrevistado)

“Muitas vezes, pensa-se que na Idade Média as pessoas eram mais ‘ignorantes’ e que acreditar em santos e em demônios era mais comum”

XVI.²¹ No entanto, para Le Goff, a Idade Média só acabou com a Revolução Francesa. Essa reflexão sobre o tempo e os processos históricos na longa duração, é, portanto, um traço característico do conjunto dos estudos desse historiador. A tese da longa Idade Média também pode ser verificada na obra de Jérôme Baschet²², a saber, *A civilização feudal: do ano mil à colonização da América*²³.

IHU On-Line – Quais foram suas descobertas a respeito do purgatório na Idade Média?

21 Como se trata de argumento consolidado na historiografia medievalista, as sínteses de AMALVI, C. “Idade Média”. In: LE GOFF, J. e SCHMITT, J-C. (dirs). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru: EDUSC, 2006. Vol.1, pp. 537-551. De forma mais didática, indico: FRANCO JÚNIOR, H. *A Idade Média: O Nascimento do Ocidente*. 2ªed. São Paulo: Brasiliense, 2011. (Nota do Entrevistado)

22 Jérôme Baschet: é autor do livro *A Civilização Feudal* (Rio de Janeiro: Globo, 2006). Trata-se de um dos principais especialistas em Idade Média. Concedeu a entrevista *Idade Média, nosso antimundo*, para a IHU On-Line, edição 198, de 02-10-2006, disponível em <http://bit.ly/1iAHZUL>. (Nota da IHU On-Line)

23 BASCHET, J. *A Civilização Feudal: do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Globo, 2006. Para entendimento mais amplo sobre Jacques Le Goff e questões sobre o tempo: RUST, L. D. “Jacques Le Goff e as representações do tempo na Idade Média”. *Fênix: Revista de História e Estudos Culturais*, vol.5, Ano V, n.2. abril/junho-2008. Disponível online em: http://www.revistafenix.pro.br/PDF15/Artigo_11_ABRIL-MAIO-JUNHO_2008_Leandro_Duarte_Rust.pdf. Consultado em abril de 2014. (Nota do Entrevistado)

Igor Teixeira – Le Goff afirmou ao historiador brasileiro Hilário Franco Júnior²⁴ que o livro *O nascimento do purgatório* é um de seus favoritos²⁵. O livro é dividido em três partes e considera uma ampla relação entre os homens e o além. A originalidade desse “terceiro lugar”, que é o purgatório, está, dentre outras coisas, na constituição de uma nova relação entre os vivos e os mortos. Para criar esse novo lugar, a igreja cristã realizou amplas reflexões teológicas, litúrgicas e pastorais. Isso, por si só, já foi importantíssimo, pois boa parte do desenvolvimento filosófico entre os séculos XII e XIII veio a partir da necessidade de caracterizar o purgatório. Por exemplo: Qual o lugar para cada pecador? Quanto tempo purgar? Como seriam as penas? E o que fazer com os que viveram antes do cristianismo? Para responder a essas perguntas, teólogos criaram categorias de pecados (carnais, veniais). Os sete pecados capitais ganham, nesse período, uma formulação mais elaborada. Um clássico da literatura ocidental nasceu e se consolidou a partir dessa proposição. Estamos falando da obra *A Divina Comédia*, de Dante Alighieri (São Paulo: Atena, 1955).

IHU On-Line – Historiador renomado, Le Goff era, também, atento ao mundo no qual vivia. Como se dava seu diálogo com os tempos em que vivia?

Igor Teixeira – Le Goff produziu, desde 1966, o programa *Les Lundis de l'histoire* para a rede *France Culture*. O programa de rádio colocava o Jacques Le Goff historiador, dos livros, da erudição, em uma situação ainda inco-

24 Hilário Franco Júnior: historiador especialista em História da Idade Média, disciplina que ensina há vários anos na Universidade de São Paulo. A maior parte de suas publicações também tem como tema a História Medieval, dentre elas duas premiadas com o Jabuti da Câmara Brasileira do Livro (*A Eva barbada - Ensaio de mitologia medieval*. São Paulo: Editora da USP, 1996; e *Cocanha - A história de um país imaginário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998). (Nota da IHU On-Line)

25 Ver a entrevista realizada pelo historiador brasileiro Hilário Franco Júnior com Jacques Le Goff e publicada na revista *Signum*, da Associação Brasileira de Estudos Medievais, em 1998. (Nota do Entrevistado)

– incorporou essa crença universalista e monoteísta como parte de sua expressão política, podemos, então afirmar que o cristianismo é um legado romano. Aliado a isso, as recentes canonizações de Frei Galvão³⁰, Padre Anchieta³¹ e os processos de Nhá Xica³² e Odetinha³³ trouxeram à tona, no Brasil, uma série de manifestações sobre a crença em milagres e nesses seres excepcionais, que são os santos. Mais recentemente, ainda, a canonização

IHU On-Line – Em entrevista à revista IHU On-Line em 2006, Le Goff afirmou que Roma exerceu um papel paradoxal para o surgimento da Idade Média, pois era seu alimento e paralisia. Quais são os nexos que permanecem desse legado romano da Idade Média até nossos dias?

Igor Teixeira – Vou responder a essa pergunta a partir do meu objeto de pesquisa, a saber, o culto aos santos²⁹. Considerando o cristianismo como um fenômeno dos tempos romanos e que progressivamente o chamado Império Bizantino – ou, simplesmente, Império Romano (porque entendiam-se como continuadores de Roma e não necessariamente algo diferente do que acontecia no Ocidente) com sede em Constantinopla

26 No dia 5 de abril de 2014 a rede *France Culture* disponibilizou o áudio de programas mais antigos, como a entrevista realizada por Le Goff a Paul Veyne na ocasião da publicação do livro *Como se escreve a história*. Disponível em: <http://www.franceculture.fr/emission-les-nuits-speciales-la-nuit-speciale-jacques-le-goff-2014-04-05>. Acesso em 24 de abril de 2014. (Nota do Entrevistado)

27 Exemplo interessante é a obra *A Idade Média explicada aos meus filhos*, que o autor publicou em 1996. (Nota do Entrevistado)

28 Fazemos nova menção à entrevista concedida por Le Goff a Hilário Franco Júnior. (Nota do Entrevistado)

29 TEIXEIRA, I. S. *Como se constrói um santo: a canonização de Tomás de Aquino*. Curitiba: Prisms, 2014. NO PRELO. (Nota do Entrevistado)

– incorporou essa crença universalista e monoteísta como parte de sua expressão política, podemos, então afirmar que o cristianismo é um legado romano. Aliado a isso, as recentes canonizações de Frei Galvão³⁰, Padre Anchieta³¹ e os processos de Nhá Xica³² e Odetinha³³ trouxeram à tona, no Brasil, uma série de manifestações sobre a crença em milagres e nesses seres excepcionais, que são os santos. Mais recentemente, ainda, a canonização

30 **Frei Galvão ou Santo Antônio de Sant'Ana Galvão** (1739-1822): foi um frade brasileiro. Não se sabe ao certo o dia do seu nascimento e o local exato de batismo, supõe-se que tenha sido batizado na Matriz de Santo Antônio em Guaratinguetá, mas os registros de batismo da igreja deste período estão desaparecidos. Têm-se atribuído 10 de maio como data de seu nascimento, mas sem nenhuma comprovação documental. Uma das figuras religiosas mais conhecidas do Brasil, famoso por seus poderes de cura. (Nota da IHU On-Line)

31 **José de Anchieta** (1534-1597): jesuíta espanhol, um dos fundadores de São Paulo e declarado beato pelo papa João Paulo II. É chamado de Apóstolo do Brasil. Tendo o padre Manuel da Nóbrega, Provincial dos Jesuítas no Brasil, solicitado mais sacerdotes para a atividade de evangelização do Brasil, o Provincial da Ordem, Simão Rodrigues, indicou, entre outros, José de Anchieta. Instruído nas humanidades, utilizava as artes e o teatro para catequizar os índios. Graças à facilidade com a escrita e com o aprendizado de idiomas foi o primeiro a sistematizar o idioma tupi em uma gramática, publicada integralmente em 1595. (Nota da IHU On-Line)

32 **Francisca de Paula de Jesus**, mais conhecida como **Nhá Chica** (1810-1895): é uma leiga brasileira considerada beata pela Igreja Católica. Filha e neta de escravos, Francisca de Paula de Jesus nasceu em 1810, no povoado de Santo Antônio do Rio das Mortes Pequeno, um dos atuais cinco distritos de São João del-Rei, município de Minas Gerais, onde também foi batizada no dia 26 de abril de 1810. Pouco tempo depois sua família mudou-se para a cidade de Baependi, no sul de MG, onde ela viveu até 14 de junho de 1895, data de seu falecimento. Francisca foi sepultada dia 18 de junho no interior da capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição. (Nota da IHU On-Line)

33 **Odete Vidal de Oliveira ou Odetinha** (1930-1939): é uma serva de Deus brasileira, cujo processo de beatificação se iniciou no dia 18 de janeiro de 2013, após o reconhecimento formal de diversos milagres a ela atribuídos. O culto à Menina Odetinha intensificou-se a partir dos anos 1970, quando seu túmulo no Cemitério de São João Batista virou local de peregrinação para seguidores em busca de auxílio espiritual. (Nota da IHU On-Line)

de João Paulo II³⁴ e João XXIII³⁵ mostram fortemente o exercício do poder dos papas e sua influência direta na crença dos fiéis.

O culto aos santos sempre existiu no cristianismo. Temos acesso a essa crença a partir de inúmeros indícios do passado trazidos à luz da arqueologia, das imagens e das hagiografias – relatos sobre vidas de santos³⁶. Os mártires das primeiras perseguições romanas são até hoje importantíssimos na estrutura dos cultos católicos. Por volta do século XI a Igreja passou a instituir a necessidade jurídica de um processo para a averiguação da chamada *fama* de santidade atribuída a homens e mulheres, principalmente, nas proximidades de seus locais de morte e sepultamento. O processo de canonização é, então, contemporâneo do momento no qual o direito romano era “redescoberto” no Ocidente e também da compilação/elaboração do que ficou conhecido como Código de Direito Canônico. Através desse instrumento, os papas deixavam evidente que a responsabilidade e o poder de reconhecer quem poderia ser cultuado como santo era uma prerrogativa do pontífice.

Com o tempo foram sendo instituídas as diferenças entre santos e beatos, veneráveis, servos do senhor... etapas que passaram a ser exigidas até a canonização. Da primeira “instância”, a saber, a de “servo do senhor” à última, a saber, a canonização, dois milagres passaram a ser considerados itens indispensáveis. Muitas vezes, pensa-se que na Idade Média as pessoas eram mais “ignorantes” e que acreditar em santos e em demônios era mais comum. Porém, o papa

34 **Papa João Paulo II** (1920-2005): Sumo Pontífice da Igreja Católica Apostólica Romana de 16 de Outubro de 1978 até a data da sua morte, sucedeu ao Papa João Paulo I, tornando-se o primeiro Papa não italiano em 450 anos. (Nota da IHU On-Line)

35 **Papa João XXIII** (1881-1963): nasceu Angelo Giuseppe Roncalli. Foi Papa de 28-10-1958 até a data da sua morte. Considerado um papa de transição, depois do longo pontificado de Pio XII, convocou o Concílio Vaticano II. Conhecido como o “Papa Bom”, João XXIII foi declarado beato por João Paulo II em 2000. (Nota da IHU On-Line)

36 TEIXEIRA, I. S. (Org). *História e Hagiografia sobre a hagiografia medieval*. São Leopoldo: Oikos, 2014. NO PRELO. (Nota do Entrevistado)

que mais efetuou canonizações foi João Paulo II. Isso pode ser explicado, por exemplo, como uma tentativa da Sé Apostólica a enfrentar as constantes perdas de fiéis para os movimentos neopentecostais. Um indício desse fenômeno é a reabilitação na Igreja da figura do Padre Cícero³⁷, importantíssimo no culto popular no Nordeste do Brasil. Essa reabilitação ficou a cargo do então cardeal Joseph Ratzinger³⁸

37 Padre Cícero (Cícero Romão Batista, 1844-1934): religioso e político brasileiro. Exerceu grande influência sobre a população do interior nordestino. Ordenado padre em 1870, foi designado, em 1872, vigário de Juazeiro do Norte, lugarejo no município de Crato. Desde cedo exerceu sua liderança entre o povo. Em 1889, sua popularidade aumentou ainda mais, pois começou a ser atribuída a ele a prática de milagres. Apesar de suspenso pela Igreja Católica, foi ampliando progressivamente sua influência, tornando-se o chefe político de maior prestígio do interior do Ceará. Representante das oligarquias agrárias, influiu decisivamente nas eleições de presidentes do Estado, deputados e senadores. Graças à sua atuação, quando morreu, Juazeiro havia se transformado em capital religiosa e econômica do sertão e principal centro de romaria de todo o Nordeste. O *Padim Cíço* (Padrinho Cícero), como é chamado por muitos, é considerado até hoje santo e protetor dos humildes do sertão. A partir da década de 1920, sua influência política foi sendo substituída pela fama de milagreiro. Em 1924, foi-lhe erguida uma estátua que se tornou objeto de devoção. Em 1973, foi canonizado santo pela Igreja Católica Apostólica Brasileira. (Nota da IHU On-Line)

38 Joseph Ratzinger: teólogo alemão, de 2005 a 2013 assumiu o trono de Pedro sob o nome de Papa Bento XVI e hoje é chamado de Papa Emérito. Autor de uma

“Pretendia analisar o que os homens e as mulheres de uma sociedade pensavam em comum sobre diferentes aspectos”

(papa Bento XVI entre 2005-2013), atual Pontífice Emérito de Roma. O atual papa, Francisco, no dia 27 de abril de 2014, exercendo essa prerrogativa papal, canonizou João XXIII com apenas um milagre reconhecido e não explicado pela ciência.

Concluímos, então, que, embora a distância temporal que temos

vasta e importante obra teológica, tem como um dos seus livros fundamentais *Introdução ao cristianismo* (São Paulo: Loyola, 2006). Renunciou em fevereiro de 2013 ao pontificado. Sobre esse fato confira o seguinte material publicado pelas Notícias do Dia do sítio do IHU, em 03-03-2013: *Conjuntura da Semana. Bento XVI. As primeiras avaliações de um pontificado*, disponível em <http://bit.ly/XkPinw>. (Nota da IHU On-Line)

atualmente em relação ao período medieval – e geográfica, porque não tivemos período medieval na história do Brasil –, o cristianismo é um legado romano portador de elementos que estruturam até hoje a forma como boa parte da nossa sociedade contemporânea lida com o sobrenatural e com o sagrado. Além disso, o exercício do poder do papa – ter o direito/poder de canonizar alguém mesmo quando não é obedecida a regra para tal – é um elemento que não pode ser negligenciado. A diferença é que, na Idade Média, esse poder foi constantemente colocado em xeque, tanto por membros da própria Igreja – vide as constantes nomeações de papas e antipapas tão comuns nos séculos finais do período medieval – quanto por reis e imperadores, como atestam as excomunhões e, até mesmo, o “sequestro” de um papa pelo rei Filipe, o Belo, da França em 1303. Atualmente, não se tem tanta proeminência nesse tipo de contestação, mas não podemos negar à Igreja Católica um lugar importante na configuração do mundo contemporâneo.

Leia mais...

- *Roma, alimento e paralisia da Idade Média.* Entrevista com Jacques Le Goff na edição 198 da *IHU On-Line*, de 02-10-2006, disponível em <http://bit.ly/R3ZReD>.

LEIA OS CADERNOS TEOLOGIA PÚBLICA

NO SITE DO IHU

WWW.IHU.UNISINOS.BR

Hegemonia e Populismo revisitados no pensamento de Laclau

Daniel de Mendonça explora as críticas e propostas de avanço feitas pelo filósofo argentino à visão marxista, introduzindo ainda uma perspectiva menos ideológica dos governos populistas na América Latina

POR MÁRCIA JUNGES E ANDRIOLLI COSTA

No dia 13 de abril de 2014 morre o filósofo argentino Ernesto Laclau. Referência mundial para o pensamento pós-marxista, o pensador sofreu um ataque cardíaco em Sevilha, Espanha, para onde havia viajado em virtude de uma conferência. Para o cientista político Daniel de Mendonça, Laclau “foi um dos mais proeminentes teóricos políticos do final do século XX e do início deste século”, autor de obras que “nos ajudam a refletir, de forma refinada, acerca dos elementos ontológicos da política, marcada indelevelmente pela contingência e precariedade”.

Laclau debruçou-se sobre as lógicas do populismo, despindo dela a característica ideológica e propondo uma visão mais complexa. Em sua obra, o “movimento populista pode ser positivo, negativo, de esquerda, de direita, inclusivo ou excludente”, expõe Mendonça. O pensador era especialmente identificado com o kirchnerismo, tendo sido definido pelo jornal *La Nación* como o “guru dos Kirchner”. No entanto, Mendonça defende que ele nunca foi “conselheiro político de ambos os presidentes”, e que “tal acusação reduz a importância e o impacto que a obra laclauniana produziu, pelo menos no Ocidente”.

Em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Mendonça explora a evolução e a divisão do pensamento de Laclau, a importância da colaboração de sua esposa, a filósofa Chantal Mouffe, e dedica especial atenção à crítica do filósofo argentino à visão tradicional marxista do conceito de Hegemonia – que

mais tarde é revisitado por Laclau, trabalhando também o conceito de populismo.

“Dois são basicamente os pontos de críticas dos autores de ‘Hegemonia’ em direção ao marxismo. O primeiro: a divisão simplista da sociedade em duas classes antagônicas não faz muito sentido em contextos sociais marcados pela incessante multiplicação de identidades fundadas a partir de elementos estranhos à relação capital/trabalho”, destaca. “O segundo ponto é a crítica que os autores opõem ao marxismo, entendido como economicamente essencialista, o que, para eles, mina definitivamente qualquer entendimento mais complexo sobre as sociedades contemporâneas.”

Daniel de Mendonça é graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica – PUCRS e possui mestrado e doutorado em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Concluiu ainda pós-doutorado em *Ideology and Discourse Analysis* na University of Essex. Atualmente é professor na Universidade Federal de Pelotas e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da mesma universidade. É autor e organizador de diversos livros, como *Democracia e processos políticos* (Pelotas: Editora da UFPel, 2011), *Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau* (Porto Alegre: EDPUCRS, 2008) e *Ernesto Laclau & Niklas Luhmann: pós-fundacionismo, abordagem sistêmica e as organizações sociais* (Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Quem foi Ernesto Laclau¹?

Daniel de Mendonça – Ernesto Laclau foi um dos mais proeminentes teóricos políticos do final do século XX e do início deste século. Autor de obras fundamentais, tais como *Hegemony and Socialist Strategy* (United Kingdom: Verso Books, 1985), escrito em colaboração com Chantal Mouffe², *Emancipação e Diferença* (Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011), *A Razão Populista* (São Paulo: Três Estrelas, 2013), que nos ajudam a refletir, de forma refinada, acerca dos elementos ontológicos da política, marcada indelevelmente pela contingência e precariedade.

IHU On-Line – Qual é a importância da parceria intelectual de Laclau com sua companheira Chantal Mouffe?

Daniel de Mendonça – Fundamental. *Hegemony and Socialist Strategy*, livro escrito por ambos, estabelece as bases para o pensamento posterior de Laclau. No entanto, após esta obra, Laclau claramente assume um projeto teórico no nível da ontologia política, enquanto Mouffe dedica-se ao debate ôntico acerca de modelos democráticos e que redundam na sua formulação do pluralismo agonístico.

IHU On-Line – Em que medida esses dois autores promovem um encontro do marxismo com outras correntes como o pós-estruturalismo e a psicanálise laciana?

Daniel de Mendonça – Desde *Hegemonia* a relação dos autores com o marxismo foi sempre marcada por tensões. Ainda que algumas categorias centrais da tradição marxista estejam presentes, sobretudo nos textos de Laclau, elas aparecem

“Para Laclau, populismo é uma forma de construção de identidades políticas”

sempre alteradas se comparadas com suas formulações originais. E não são alterações pequenas, tendo em vista que Laclau passa a ver, por exemplo, a noção de hegemonia a partir do olhar contingente pós-estruturalista de tipo pós-fundacional. Já a psicanálise laciana passa a ser incorporada pela teoria laclauiana paulatinamente desde *Hegemonia* e atinge seu ápice em *A Razão Populista*. Assim, o “encontro” um tanto “desencontrado” entre o marxismo com o pós-estruturalismo e a psicanálise laciana é, no limite, aquele que acaba por demonstrar as aporias e os limites do próprio marxismo como uma teoria social capaz de dar respostas satisfatórias aos problemas desta contemporaneidade.

IHU On-Line – Quais são as duas fases da obra desse pensador e quais são suas características fundamentais?

Daniel de Mendonça – Podemos *grosso modo* dividir a obra de Laclau em dois momentos distintos, com a observação de que a passagem de um para o outro não representa uma completa ruptura. A primeira delas, a fase marxista, presente na obra *Política e Ideologia na Teoria Marxista*, está marcada pela influência que Laclau tem ali da tradição marxista, notadamente de Gramsci e de Althusser. A segunda fase, pós-marxista e pós-estruturalista, que ocorre a partir da publicação de *Hegemony and Socialist Strategy*, em 1985, caracteriza-se pelo rompimento com o essencialismo econômico marxista, como disse acima, e com a incorporação da dimensão contingente do político. No entanto, algumas categorias teóricas que já vinham sendo desenvolvidas no momento marxista do autor, tais

como antagonismo, hegemonia e articulação, permaneceram em seu edifício teórico, ainda que, é claro, ressignificadas em vários aspectos.

IHU On-Line – Como é possível compreender a aproximação entre Laclau e o kirchnerismo³?

Daniel de Mendonça – Acredito que tal aproximação tem a ver com dois movimentos concomitantes, um político e outro teórico. O político, por parte de Laclau, deve-se, entendo, sobretudo por ele ter retomado a discussão sobre o populismo, a qual foi primeiramente desenvolvida ainda na sua fase marxista, na obra *Política e Ideologia na Teoria Marxista* (São Paulo: Paz e Terra, 1979). Tal retomada ocorreu, em 2005, com a publicação da impactante obra *A Razão Populista*. Neste último livro, Laclau reconfigura o próprio sentido do termo populismo, retirando-o da incômoda e histórica posição negativa, produzida no contexto da teoria política liberal, e atribuindo-lhe um sentido inovador. Ou seja, para Laclau, populismo é uma forma de construção de identidades políticas.

Já o movimento político ocorreu na Argentina com a ascensão de Néstor Kirchner, seguido pela atual presidente, Cristina Kirchner, foi sempre visto com simpatia por Laclau, uma vez que nestas administrações ele identificava justamente o lado positivo do populismo, ou seja, o de uma liderança política buscar ouvir e dar voz às identidades populares argentinas. No entanto, é importante frisar, ao contrário de acusações infundadas erigidas de parte daqueles que são politicamente antagônicos ao kirchnerismo, que Laclau nunca foi o “teórico K”, ou seja, não foi o conselheiro político de ambos os presidentes. Tal acusação reduz a importância e o impacto que a obra laclauiana produziu pelo menos no Ocidente. Suas ideias e seus livros estão difundidos na Europa e por toda a América desde o final da década de 1980, e a sua obra-prima sobre o populismo, mencionada acima, definitivamente não pode ser lida

³ Néstor Kirchner (1950-2010): advogado e político argentino, foi o 54º presidente da Argentina. Casado com Cristina Kirchner, foi sucedido por ela na Casa Rosada. (Nota da IHU On-Line)

¹ Ernesto Laclau (1935-2014): teórico político argentino, descrito frequentemente um pós-marxista. Foi fundador e diretor do programa em Ideologia e Análise do Discurso e do Centro de Estudos Teóricos em Humanidades e Ciências Sociais. Articulador de conceitos de Populismo e Hegemonia, era marido da filósofa Chantal Mouffe e simpatizante do kirchnerismo. (Nota da IHU On-Line)

² Chantal Mouffe: filósofa americana, autora de *Dimensions of radical democracy* (London: Verso, 1992) e *The democratic paradox* (London: Verso, 2000). Mouffe era esposa e grande colaboradora de Ernesto Laclau. (Nota da IHU On-Line)

como uma contextualização do caso argentino recente.

IHU On-Line – Em que sentido ele renova as concepções de hegemonia e populismo? E em que aspectos sua proposta vai contra as visões mais difundidas de populismo?

Daniel de Mendonça – Bem, comecei pela noção de *hegemonia* e buscarei ligá-la mais a frente com a de populismo, pois entendo que, em certa medida e em certo contexto, elas podem ser vistas como sinônimos. *Hegemony and Socialist Strategy* foi uma obra decisiva para a renovação da concepção marxista de hegemonia. Neste trabalho, Laclau e Mouffe promovem inicialmente de uma genealogia do conceito de hegemonia para possibilitar a sua desconstrução, no sentido de demonstrar todas as potencialidades e limitações do desenvolvimento desta noção no âmbito da tradição marxista no século XX. Feita tal operação, os autores passam a discutir o potencial explicativo de hegemonia no contexto das sociedades ocidentais democrático-liberais. É claro que uma operação como esta não deixa de ser, ao mesmo tempo, também uma crítica à limitação da tradição marxista, uma vez que esta não oferece elementos capazes de realmente ajudar no entendimento das sociedades ocidentais.

Dois são basicamente os pontos de críticas dos autores de “Hegemonia” em direção ao marxismo. O primeiro: a divisão simplista da sociedade em duas classes antagônicas não faz muito sentido em contextos sociais marcados pela incessante multiplicação de identidades fundadas a partir de elementos estranhos à relação capital/trabalho. O segundo ponto é a crítica que os autores opõem ao marxismo, entendido como economicamente essencialista, o que, para eles, mina definitivamente qualquer entendimento mais complexo sobre as sociedades contemporâneas. Isto porque Laclau e Mouffe refletem sobre a política não a partir do estabelecimento de essências ou de fundamentos definitivos (tal como o essencialismo econômico em última instância marxista), mas tendo em vista a permanente contingência e precariedade

“Hegemonia é o momento em que uma identidade assume a tarefa de representar um projeto político mais amplo”

que, segundo eles, marcam ontologicamente a política.

É neste contexto, e também por causa deste contexto de instabilidade política que, para os autores, a noção de hegemonia tem lugar. Hegemonia é o resultado de um processo de articulação política muito amplo. Para que ela exista, primeiramente, uma série de identidades políticas que, a princípio, não têm relação entre si, têm de estabelecer uma relação articulatória contra inimigos comuns, os quais podem ser um regime opressor, uma ameaça estrangeira, por exemplo. Neste sentido, a política inicia a partir de uma relação de negatividade, marcada pelo antagonismo. Estabelecida esta relação de articulação, é preciso que haja a representação deste conjunto identitário tão heterogêneo. É aqui que a ideia de hegemonia tem lugar, visto que uma dentre as identidades articuladas exercerá – de forma contingente e precária, frise-se! – tal tarefa de representação política.

Assim, hegemonia é o momento em que uma identidade assume a tarefa de representar um projeto político mais amplo. Por exemplo, no Brasil, há exatos 30 anos, ocorreu a mais importante campanha cívica do país, o movimento das “diretas já”. A demanda “votar para presidente” exerceu a tarefa hegemônica de representar outras demandas que igualmente estavam postas naqueles idos de 1984, como “democracia”, “reforma agrária”, “igualdade civil entre mulheres e homens”, entre outras.

É neste sentido que devemos também compreender a ideia de populismo tal como apresentada por Laclau, visto que, a exemplo de

hegemonia, o populismo também pressupõe um processo de representação cujo corolário se dá no nome do líder. A exemplo de hegemonia, a lógica populista ocorre sempre num terreno contingente, o que indica que este discurso pode ter os mais variados conteúdos. Assim, e Laclau frisava com muita frequência, um movimento populista pode ser positivo, negativo, de esquerda, de direita, inclusivo ou excludente. Isto quer dizer, e esta é a grande inovação laclauiana, que o populismo não tem um conteúdo ideológico característico, e os exemplos que Laclau menciona – que vão desde as experiências políticas lideradas de Mussolini até Mao Tse Tung – indicam as suas múltiplas possibilidades de aparição. Esta possibilidade de olhar para o fenômeno populista, como sabemos, contrasta grandemente com a literatura sobre o tema, a qual, normalmente, lhe atribui aspectos somente negativos, tais como o engano que o líder faz as massas incorrerem, ou o da ocorrência do populismo pelo fato de um subdesenvolvimento político de um país, entre outros.

IHU On-Line – Como a obra *A Razão Populista* faz a ponte entre os projetos populistas da América Latina, como o chavismo e o kirchnerismo?

Daniel de Mendonça – Para responder a esta pergunta, vou rapidamente retomar os principais pontos da operação populista segundo Laclau. Preocupado em explicar o populismo como a construção de uma lógica política, Laclau apresenta seu argumento num nível teórico-formal. Assim, como afirmei há pouco, o autor desvincula a sua formulação de argumentações ideológicas, temporais, históricas, numa palavra, ônticas, presentes em tentativas frustradas de compreender esta lógica política em sua especificidade. Segundo ele, a unidade mínima considerada para a possibilidade de uma experiência populista é a *demanda*.

Existem, para o autor, duas formas de compreender esta categoria. Demanda pode ser um pedido (uma simples solicitação), ou uma reivindicação. Na primeira forma, a demanda é vista como uma solicitação direta-

mente feita aos canais institucionais formais. Assim, a falta de uma escola primária num determinado bairro pode ensejar tal pedido à municipalidade. Se a escola é construída, o problema termina, a demanda exaure-se. O atendimento da mesma dá-se no plano administrativo, instância em que opera a lógica da diferença, no sentido expresso por Laclau. No entanto, se a demanda não for atendida, apesar da frustração gerada, esta pode até mesmo desaparecer, a menos que outras demandas também não atendidas passem a estabelecer uma relação articulatória entre si. Neste caso, as demandas mudam o status de simples pedidos para o de reivindicações.

Assim, segundo Laclau, um corte antagônico passa a dividir negativamente o espaço social entre essas demandas populares articuladas contra a institucionalidade. Esta é a pré-condição para uma ruptura populista. Contudo, é preciso adicionar um elemento a mais, qual seja, o campo popular constitui o seu próprio processo de representação. Tal processo tem lugar quando uma das demandas articuladas, num dado momento, precário e contingente, passa a representar a cadeia de equivalências popular – que evidentemente a excede em sentidos – exercendo, assim, uma tarefa hegemônica. Quanto mais extensa for a cadeia equivalencial, mais frágeis serão os sentidos da(s) demanda(s) particular(es) que assume(m) o papel de representação desta cadeia. Em termos gerais e, reconheço, um tanto simplificadores, são estas as caracte-

“Laclau nunca foi o ‘teórico K’, ou seja, não foi o conselheiro político de ambos os presidentes”

rísticas fundamentais para a constituição da lógica populista.

Como se vê, a construção do populismo para o autor é uma operação teórico-formal, e não a defesa de projetos políticos específicos. Mesmo assim, e Laclau sempre se posicionou de forma positiva em relação aos projetos kirchnerista e chavista, considerando que o populismo não é um processo político necessariamente negativo ou positivo, cabe a cada um de nós valorarmos as experiências populistas concretas de acordo com nossas próprias visões políticas de mundo. Desta forma fez Laclau, uma vez que ele identificou como progressistas as experiências recentes na Venezuela e na Argentina.

IHU On-Line – Em que medida o populismo do nosso continente serve como ferramenta para assegurar a participação da população nas decisões políticas?

Daniel de Mendonça – Como vimos, há diversos processos populistas

possíveis se considerarmos o plano ideológico. Os exemplos latino-americanos têm possibilitado uma abertura política para considerar demandas populares que não têm espaço de emergência a partir dos canais institucionais normais nas democracias liberais ocidentais. O populismo é, neste sentido, a denúncia do elitismo político-econômico que simplesmente desconsidera a soberania popular como princípio basilar da democracia. Laclau radicaliza ainda mais este argumento quando afirma que só é possível falarmos verdadeiramente em democracia se considerarmos as demandas populistas que surgem de tempos em tempos. Assim, acredito que experiências político-administrativas na América do Sul, notadamente na Argentina, Bolívia e Venezuela, têm se preocupado em assegurar e ampliar o acesso aos canais políticos àqueles que antes não tinham qualquer possibilidade de fazê-lo.

IHU On-Line – Em que consiste a teoria do discurso da Escola de Essex?

Daniel de Mendonça – Teoria do discurso da Escola de Essex é o nome dado ao conjunto de esforços teóricos e analíticos que têm a teoria do discurso de Laclau como paradigma. Essex decorre do fato de que Laclau atuou por décadas na Universidade de Essex, local onde criou e dirigiu por muito tempo o Programa de Ideologia e Análise de Discurso. Este Programa continua ativo e recebendo estudantes e pesquisadores de todos os continentes.

LEIA OS CADERNOS IHU IDEIAS

NO SITE DO IHU

WWW.IHU.UNISINOS.BR

Física quântica: uma proposta para descrever a realidade?

Para o físico e filósofo Osvaldo Pessoa Jr., é possível que já tenham sido formuladas teses verdadeiras a partir da física quântica, mas não há como saber quais são elas entre as dezenas de propostas sugeridas

POR PATRICIA FACHIN

“A maior lição das discussões filosóficas sobre a física quântica é que não sabemos qual o seu impacto filosófico”, diz Osvaldo Pessoa Jr. à **IHU Online**, na entrevista a seguir, concedida por e-mail. Segundo ele, “de início parecia que a mecânica quântica teria mostrado que o universo é indeterminista, que nosso conhecimento teria fronteiras claras (conforme argumentado por Bohr) e que a objetividade estaria perdida com o papel não eliminável do sujeito epistemológico. Mas novas interpretações foram surgindo que contornavam essas limitações, e novas propostas interpretativas bizarras se mostraram tão consistentes quanto as outras”.

A física quântica fornece descrições acerca dos átomos e suas interações, possibilitando conhecimento do mundo microscópico e dos “domínios da realidade que estão afastados de nosso cotidiano macroscópico”, além de suscitar uma série de discussões filosóficas acerca do que é a realidade e, a partir de uma compreensão epistemológica, como podemos conhecê-la.

Pesquisada entre os físicos desde 1924, a partir da formulação do físico francês Louis de Broglie, a física quântica apresenta dezenas de interpretações “sobre o que acontece na realidade entre as medições experimentais”, diz Osvaldo Pessoa Jr. De acordo com o pesquisador, entre os problemas divergentes abordados pelos físicos, pergunta-se se “seria o elétron uma partícula que segue leis ondulatórias, ou uma onda que colapsa para pacotes de onda confinados, ou um ‘quânton’ que pode exibir aspectos ondulatórios ou corpusculares, ou uma onda com variáveis ocultas associadas a trajetórias contínuas? Ou devemos nos calar sobre o que acontece por detrás das medições, ou a

consciência do observador pode interferir diretamente no objeto quântico, ou o universo se desdobra em dois a cada observação de um experimento quântico? Não há uma resposta consensual para essas perguntas de interpretação, e é esta justamente uma parte da ciência que é influenciada pela cultura”. E dispara: “Sabe-se que todas não podem ser simultaneamente verdadeiras. Mas os experimentos que poderiam eliminar grupos de interpretações não são factíveis hoje, e talvez nunca sejam”.

Ele esclarece que, apesar das divergências interpretativas, há um “consenso sobre o ‘formalismo mínimo’ da teoria, que fornece previsões estatísticas sobre resultados de experimentos. Esta é a parte objetiva desta ciência, ou seja, a parte que seria igual em qualquer cultura que desenvolvesse a física até o estágio que nós atingimos”.

Osvaldo Pessoa Jr. esteve na Unisinos entre os dias 14 e 16 de abril, ministrando o minicurso Fundamentos da Física Quântica e a aula inaugural do curso de Filosofia, intitulada *O problema mente-corpo da perspectiva da Filosofia da Física*. O evento foi promovido pelo Diretório Acadêmico de Filosofia e teve o apoio da Filosofia Unisinos.

Osvaldo Pessoa Jr. é graduado em Física e em Filosofia pela Universidade de São Paulo – USP, mestre em Física Experimental pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp e doutor em História e Filosofia da Ciência pela *Indiana University*. Atualmente é professor Associado no Departamento de Filosofia da USP. Também faz parte do Grupo de Pesquisa CNPq “A cognição em mentes sociais: aspectos biológicos, semânticos e culturais”, coordenado pela professora Sofia Stein, da Unisinos.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – O que é a mecânica quântica?

Oswaldo Pessoa Jr. – A mecânica quântica, ou física quântica, é a física que descreve os átomos e suas interações. Ao longo da evolução biológica, nosso cérebro se adaptou muito bem para entender o meio natural à nossa volta e o nosso meio social, mas não os domínios da realidade que estão afastados de nosso cotidiano macroscópico. Assim, é intuitivo que a teoria quântica seja contraintuitiva. Em outras palavras, é compreensível que o mundo quântico seja bastante estranho!

A teoria desenvolvida a partir de 1926 fornece uma espécie de linguagem matemática para lidar com fenômenos dos mais variados campos: física nuclear, física de partículas, óptica quântica, química molecular, etc.

IHU On-Line – O que são os chamados ‘fundamentos’ da mecânica quântica? Existe unanimidade quanto à definição/aceitação dos fundamentos? Em que aspectos há divergências?

Oswaldo Pessoa Jr. – Há um consenso sobre o “formalismo mínimo” da teoria, que fornece previsões estatísticas sobre resultados de experimentos. Esta é a parte objetiva desta ciência, ou seja, a parte que seria igual em qualquer cultura que desenvolvesse a física até o estágio que nós atingimos. Por exemplo, é um fato objetivo que a luz, ao incidir em um detector macroscópico sensível, é detectada em pacotes discretos de energia, e na forma de pontinhos discretos (chamados “quanta”).

Por outro lado, há diferentes interpretações sobre o que acontece na realidade entre as medições experimentais. Seria o elétron uma partícula que segue leis ondulatórias, ou uma onda que colapsa para pacotes de onda confinados, ou um “quânton” que pode exibir aspectos ondulatórios ou corpusculares, ou uma onda com variáveis ocultas associadas a trajetórias contínuas? Ou devemos nos calar sobre o que acontece por detrás das medições, ou a consciência do observador pode interferir diretamente no objeto quântico, ou o universo se desdobra em dois a cada observação de um experimento quântico? Não há

“É um fato objetivo que a luz, ao incidir em um detector macroscópico sensível, é detectada em pacotes discretos de energia, e na forma de pontinhos discretos (chamados ‘quanta’)”

uma resposta consensual para essas perguntas de interpretação, e é esta justamente uma parte da ciência que é influenciada pela cultura. Assim, na Paris pós-modernista, defende-se que o conceito de realidade quântica deve ser abandonado de vez.

Por “fundamentos”, entende-se em primeiro lugar as bases matemáticas da teoria quântica, que podem ser formuladas de diferentes maneiras, ou propostas matemáticas para completar ou alterar as bases da teoria. Em segundo lugar, a área de fundamentos explora questões conceituais e filosóficas que são abordadas de distintas maneiras pelas diferentes interpretações. Tais questões incluem o problema da medição, a natureza dos estados emaranhados de duas ou mais partículas, o princípio de incerteza, a transição para o mundo clássico, a natureza do tempo, etc.

IHU On-Line – O que seria uma ontologia para a física quântica?

Oswaldo Pessoa Jr. – Por ontologia, entende-se a discussão sobre aquilo que é real, ou simplesmente sobre “o que é”. As interpretações da teoria quântica se dividem em dois grandes grupos, as realistas e as antirrealistas. As visões antirrealistas, como a interpretação da complementaridade de Niels Bohr¹ ou a interpretação instrumentalista dos físicos matemáticos, recusam-se a discutir a realidade que está por trás das medições experimentais. A ontologia dessas visões se resume ao mundo observável. Já as visões realistas postulam uma realidade bem definida a cada instante, mesmo que nenhuma medição tenha sido realizada. Assim, a ontologia destas interpretações inclui não só o mundo observável, mas também o inobservável.

IHU On-Line – Como e em que aspectos a física quântica se diferencia e supera a física newtoniana?

Oswaldo Pessoa Jr. – Mencionei quatro pontos, que me parecem os principais. Em primeiro lugar, podemos dizer que a física quântica descobriu que toda a matéria tem propriedades ondulatórias. Isso foi formulado explicitamente por Louis de Broglie², em 1924, mas havia sido antevisto teoricamente, noventa anos antes, pelo mate-

¹ **Niels Bohr** (1885-1962): físico dinamarquês, que desenvolveu a teoria da natureza do átomo. O prêmio Nobel de física que ganhou em 1922 deve-se ao seu trabalho sobre estrutura e radiação atômica. Com a idade de 28 anos, Bohr publicou sua teoria que explicava, através da teoria quântica de Max Planck, os problemas surgidos com a descoberta da radioatividade. No dia 17 de maio de 2005, durante o Simpósio Internacional Terra Habitável, foi apresentada a peça Copenhague. A trama do espetáculo remete-se a um misterioso encontro em 1941 entre Niels Bohr, e Werner Heisenberg, alemão encarregado do programa nuclear de Hitler. A montagem foi do Núcleo Arte Ciência no Palco, da Cooperativa Paulista de Teatro, com texto de Michael Frayn. Os protagonistas da peça, Carlos Palma (Werner Heisenberg), Oswaldo Mendes (Niels Bohr) e Selma Luchesi (Margarethe Bohr), foram entrevistados na edição 142^a da IHU On-Line, de 23-05-2005, disponível em <http://bit.ly/ihuon142>. (Nota do IHU On-Line)

² **Louis de Broglie** (1892-1987): Físico francês, estudou principalmente os raios X, a dualidade da onda e a mecânica ondulatória. (Nota da IHU On-Line)

mático William Rowan Hamilton³. Além disso, Max Planck⁴, em 1900, foi o primeiro a tropeçar no fato mencionado anteriormente, de que todas as medições envolvem trocas discretas de quanta. À medida que a teoria foi sendo construída, percebeu-se também que a interação entre duas entidades quânticas é de natureza diferente de qualquer interação clássica, pois elas podem entrar em um estado “emaranhado”, de natureza holista, não separável. O primeiro a fazer isso foi Werner Heisenberg⁵, em 1926, ao descrever os dois elétrons do átomo de hélio. Por fim, podemos mencionar a distinção entre dois tipos de partículas, bósons e férmions, que não era prevista pela física clássica.

IHU On-Line – Qual é a posição do sujeito epistemológico dentro da visão de mundo fornecida pela teoria quântica? O que diferencia em relação ao sujeito epistemológico da teoria newtoniana?

Oswaldo Pessoa Jr. – Em medições na física clássica, que engloba

3 **William Rowan Hamilton** (1805 - 1865): Matemático, físico e astrônomo irlandês. Concentrou-se em ótica, dinâmica e álgebra, assim como em mecânica analítica. (Nota da IHU On-Line)

4 **Max Planck** [Max Karl Ernst Ludwig Planck] (1858-1947): físico alemão, considerado o pai da Teoria Quântica. Em 1899, descobriu uma nova constante fundamental, chamada em sua homenagem Constante de Planck, que é usada, por exemplo, para calcular a energia do fóton. Um ano depois, descobriu a lei da radiação térmica, chamada Lei de Planck da Radiação. Esta foi a base da Teoria Quântica, que surgiu dez anos depois com a colaboração de Albert Einstein e Niels Bohr. De 1905 a 1909, Planck atuou como diretor-chefe da Sociedade Alemã de Física. Como consequência do nascimento da física quântica, foi premiado, em 1918, com o Prêmio Nobel de Física. Após sua morte, o instituto KWG passou a chamar-se Max-Planck-Gesellschaft zur Förderung der Wissenschaften (MPG, Sociedade Max Planck para o Progresso da Ciência). (Nota da IHU On-Line)

5 **Werner Heisenberg**: físico alemão encarregado do programa nuclear de Hitler. Durante o Simpósio Internacional Terra Habitável: um desafio da humanidade, realizado na Unisinos em maio de 2005, foi apresentada a peça teatral Copenhagen, que teve como temas centrais a questão nuclear, a ética e a responsabilidade dos cientistas, remetendo-se a um misterioso encontro, em 1941, entre os pais da física quântica, Niels Bohr e Werner Heisenberg. (Nota da IHU On-Line)

“Na filosofia da física quântica, hoje em dia, discutem-se mais questões ontológicas do que epistemológicas”

a mecânica newtoniana, a termodinâmica, a óptica e o eletromagnetismo, geralmente podemos desprezar o distúrbio causado pelo observador sobre o objeto sendo medido. Tal distúrbio sempre existe, por exemplo quando um radar mede a velocidade de um carro, mas o efeito sobre o carro é muito pequeno, alterando sua velocidade apenas em uma parte em um quilômetro. Às vezes o efeito não é desprezível, por exemplo quando usamos um termômetro simples para medir a temperatura dentro de uma uva fria: quando a medição se completa, a uva já esquentou, por conta do calor transmitido a ela pelo bulbo do termômetro. Mesmo assim, podemos usar a física para calcular o valor inicial da temperatura da uva.

No caso da física quântica, não há como fazer esse tipo de correção, basicamente porque nossos equipamentos de medição são sextilhões de vezes maiores e mais energéticos do que o sistema atômico sendo estudado. Além disso, a formação de um quantum detectado é um processo imprevisível, o que levou a interpretação ortodoxa da complementaridade, cuja primeira formulação foi feita por Bohr em 1928, a estipular uma “descontinuidade essencial” que impediria, em princípio, qualquer tentativa de correção. Em outras palavras, a medição provoca um distúrbio incontornável sobre o objeto quântico.

Esta concepção foi explorada por diferentes cientistas e filósofos,

e levou alguns como Fritz London⁶ & Edmond Bauer⁷ a considerar que o essencial neste processo não seria a presença de um aparelho macroscópico, mas a de um observador consciente. Isso levou a uma interpretação “mentalista”, em que a consciência do observador humano provocaria diretamente um colapso na onda quântica. Essa ideia, que muitos consideram maluca, passou a ser desenvolvida por muitos físicos importantes e influenciou em muito a visão popular que se tem da física quântica, incluindo a onda de misticismo quântico que teve seu auge na primeira década do novo milênio.

A questão sobre o “sujeito epistemológico” na mecânica quântica envolve essa discussão sobre o papel do observador consciente ou o papel do aparelho de medição na constituição do objeto quântico. “Epistemologia”, como todo filósofo sabe, é o estudo de como conhecemos as coisas. No contexto da física quântica, é o estudo de como podemos conhecer algo que é alterado pelo próprio ato do conhecimento. É desnecessário dizer que há dezenas de interpretações diferentes para este problema.

IHU On-Line – Quais os temas dentro da filosofia da ciência que têm como objeto a física quântica?

Oswaldo Pessoa Jr. – Podemos dividir a filosofia da ciência em questões ontológicas e epistemológicas, além das questões relativas a valores (axiológicas). Nossos cursos de filosofia da ciência tendem a enfatizar mais as questões epistemológicas, que incluem a discussão sobre a metodologia científica. Por exemplo: Qual é o papel da indução, da dedução e das analogias na ciência? Em que medida a ciência é essencialmente cumulativa, em que medida ocorrem transições revolucionárias? Onde devemos nos situar no debate entre realistas e antirrealistas? Qual

6 **Fritz London** (1900 - 1954): Físico teuto-americano conhecido por suas contribuições para o estudo das ligações químicas e das forças intermoleculares, nomeadas Forças de Disperção de London (Nota da IHU On-Line)

7 **Edmond Bauer** (1880 - 1963): Físico francês, foi diretor do laboratório de físico-química de matéria e radiação entre 1945 e 1953 (Nota da IHU On-Line)

a natureza de uma lei científica? O que é uma explicação?

Por outro lado, há discussões muito interessantes em filosofia da ciência que são de natureza ontológica, e que incluem o estudo histórico de ontologias científicas anteriores ao século XX. No contexto contemporâneo, algumas questões ontológicas importantes são: Como o tempo teve início? Há espaço “absoluto” ou ele é gerado pela relação entre os corpos materiais? O universo é estritamente determinista (causal)? O reducionismo entre escalas (micro, macro) pode ser associado ao nosso mundo, e em que sentido isso pode (ou não) ser feito? Qual o lugar da vida e da mente no universo físico? Entidades matemáticas existem independentemente de seres pensantes, ou são apenas construções mentais?

Na filosofia da física quântica, hoje em dia, discutem-se mais questões ontológicas do que epistemológicas. Estas últimas aparecem no perene debate entre realistas e antirrealistas: a ciência deve tentar descrever a realidade não observável, ou deve se ater ao que é mensurável? Porém, são as questões ontológicas que atraem mais os filósofos da física, que podem ser resumidas na questão de qual é a melhor interpretação da teoria quântica. E dentre os problemas a serem resolvidos estão o da natureza da não-localidade quântica (ou do emaranhamento), o problema de medição (como explicar a redução do estado quântico), a transição para a física clássica e a natureza do princípio de incerteza.

IHU On-Line – O senhor explica que os estudos de física quântica têm mais interesse nas investigações ontológicas do que nas epistemológicas. Pode-se afirmar, a partir dessa perspectiva, que a ciência recorre, em certa medida, a uma abordagem ou investigação metafísica?

Oswaldo Pessoa Jr. – A resposta a esta pergunta pode variar conforme a área científica, mas pode-se dizer que houve um aumento em interesse por questões metafísicas a partir da década de 1960. Até esta data, a ciência em geral estava fortemente influenciada pela tradição positivista.

“São as questões ontológicas que atraem mais os filósofos da física”

Segundo Kolakowski⁸, o positivismo se caracteriza por uma tentativa de reduzir todos os enunciados teóricos de um campo científico a enunciados de observação (evitando fazer referência a entidades não observáveis), pelo nominalismo (que evita falar nas propriedades das coisas como tendo uma realidade independente, como universais), pela separação entre fato e valor e pela tese da unidade metodológica da ciência. No início dos anos 1970, na área de física quântica, começa-se a discutir com mais intensidade as questões relacionadas ao teorema de Bell e ressurgem o interesse em interpretações realistas. Esse processo é mapeado em detalhes por Olival Freire Jr.⁹, da Universidade Federal da Bahia, em seu livro *The quantum dissidents*, a sair no ano que vem. Na física de partículas, a consolidação do chamado “modelo padrão” coloca a abordagem da teoria quântica de campos como programa de pesquisa hegemônico, e isso incentiva os físicos a falarem de entidades inobserváveis como sendo reais, como quarks e partículas virtuais. A especulação crescente que se encontra na cosmologia, guiada por modelos matemáticos, é claramente metafísica.

Na psicologia, também ocorre um declínio do behaviorismo, fortemente positivista, e uma ascensão da psicologia cognitiva, que não é

exatamente metafísica, mas introduz hipóteses (inspiradas na computação) a respeito da estrutura da mente. E nas ciências biológicas em geral, o grande avanço nas técnicas de observação microscópica e de geração de imagens permitiu que se fale de objetos e processos moleculares como sendo reais, coisa que no passado era considerado como mera especulação metafísica. Mas visões antirrealistas permanecem fortes em vários contextos, como na física quântica, na crítica ao reducionismo à biologia molecular e em todo movimento pós-modernista, que é bastante forte nas ciências humanas.

IHU On-Line – Quais são as implicações filosóficas da física quântica?

Oswaldo Pessoa Jr. – Creio que a maior lição das discussões filosóficas sobre a física quântica é que não sabemos qual o seu impacto filosófico! De início parecia que a mecânica quântica teria mostrado que o universo é indeterminista, que nosso conhecimento teria fronteiras claras (conforme argumentado por Bohr), e que a objetividade estaria perdida com o papel não eliminável do sujeito epistemológico. Mas novas interpretações foram surgindo que contornavam essas limitações, e novas propostas interpretativas bizarras se mostraram tão consistentes quanto as outras. Podem-se contar em torno de cem interpretações da teoria quântica, e sabe-se que todas não podem ser simultaneamente verdadeiras. Mas os experimentos que poderiam eliminar grupos de interpretações não são factíveis hoje, e talvez nunca sejam. No meu modo de ver, esta é a grande lição (epistemológica) da filosofia da física quântica: é plausível que teses verdadeiras já tenham sido propostas sobre a natureza oculta do mundo quântico, mas não temos como saber quais são elas, dentre as dezenas de propostas já sugeridas.

IHU On-Line – Quais são os principais teóricos da física quântica em seus primórdios?

Oswaldo Pessoa Jr. – Uma lista de dez físicos teóricos que teriam sido os mais importantes na formulação e interpretação da física quântica foi pro-

⁸ Leszek Kolakowski (1927-2009): Filósofo e historiador polonês, conhecido por suas análises críticas ao marxismo. (Nota da IHU On-Line)

⁹ Olival Freire Jr (1955): Físico e historiador da física brasileiro. Atualmente é professor da Universidade Federal da Bahia e já atuou como presidente da Sociedade Brasileira de História da Ciência entre 2011-2012 (Nota da IHU On-Line)

posta por Sheilla Jones,¹⁰ em seu livro *The quantum ten* (2008). Além de Max Planck, que ela deixou de fora por não ter participado dos debates em torno de 1927, ela conta a história dos seguintes físicos, por ordem de ano de nascimento: Albert Einstein¹¹, Niels Bohr, Paul Ehrenfest¹², Max Born¹³, Erwin Schrödinger¹⁴, Louis de Broglie, Wolfgang Pauli¹⁵, Werner Heisenberg, Paul Dirac¹⁶ e Pascual Jordan¹⁷. Além disso, devemos lembrar os físicos experimentais que tiveram papel importante nesse avanço, e que tendem a ser menos lembrados pelos historia-

10 **Sheilla Jones** (1954): Jornalista e escritora de ciências canadense. Atualmente é diretora do Winnipeg Press Club, o mais antigo clube de imprensa do Canadá. (Nota da IHU On-Line)

11 **Albert Einstein** (1879-1955): físico alemão naturalizado americano. Premiado com o Nobel de Física em 1921, é famoso por ser autor das teorias especial e geral da relatividade e por suas ideias sobre a natureza corpuscular da luz. É, provavelmente, o físico mais conhecido do século XX. Sobre ele, confira a edição nº 135 da Revista **IHU On-Line**, sob o título *Einstein. 100 anos depois do Annus Mirabilis*, disponível em <http://bit.ly/ihuon130> e a edição 141, de 16-05-2005, chamada *Terra habitável: um desafio para a humanidade*, disponível em <http://bi.ly/ihuon141>. A Unisinos produziu, a pedido do IHU, um vídeo de 15 minutos em função do *Simpósio Terra Habitável*, ocorrido de 16 a 19-05-2005, em homenagem ao cientista alemão, do qual o professor Carlos Alberto dos Santos participou, concedendo uma entrevista. (Nota da IHU On-Line)

12 **Paul Ehrenfest** (1880-1933): Físico e matemático austríaco, contribuiu para a área da mecânica estatística e suas relações com a mecânica quântica. (Nota da IHU On-Line)

13 **Max Born** (1882-1970): Físico alemão naturalizado britânico, recebeu o Nobel de Física em 1954 por seu trabalho sobre a teoria quântica com Walther Bothe. (Nota da IHU On-Line)

14 **Erwin Schrödinger** (1887-1961): físico austríaco, um dos pais da teoria quântica. (Nota da IHU On-Line)

15 **Wolfgang Pauli** (1890-1958): Físico austríaco conhecido por seu trabalho na teoria do spin do elétron (Nota da IHU On-Line).

16 **Paul Dirac** (1902-1984): engenheiro e matemático britânico. Desenvolveu a chamada Equação de Dirac, que descreve o comportamento relativístico do elétron. Essa teoria levou Dirac a prever a existência do pósitron, a antipartícula do elétron, que foi observado experimentalmente em 1932 por Carl Anderson. (Nota IHU On-Line)

17 **Ernst Pascual Jordan** (1902-1980): Físico teórico alemão, conhecido por suas contribuições para a mecânica quântica, especialmente com sua teoria quântica de campos. (Nota IHU On-Line)

“É verdade que a teoria quântica foi usada em todos esses avanços tecnológicos, mas não está claro até onde teríamos chegado se, por alguma razão, a teoria quântica fosse impedida de ser descoberta”

dores e divulgadores, que geralmente têm formação livresca e não técnica. Uma lista de onze nomes incluiria: Otto Lummer¹⁸, Philipp Lenard¹⁹, Pieter Zeeman²⁰, Heinrich Rubens²¹, Robert Millikan²², Ernst Rutherford²³,

18 **Otto Lummer** (1860-1925): Físico alemão, realizou estudos sobre luminotecnica e o espectro do corpo negro. (Nota da IHU On-Line)

19 **Philipp Lenard** (1862-1947): Físico alemão nascido na Hungria. Recebeu o Nobel de Física de 1905 por suas pesquisas sobre os raios catódicos e a descoberta de muitas de suas propriedades (Nota da IHU On-Line)

20 **Pieter Zeeman** (1865-1943): Físico holandês. Compartilhou o prêmio Nobel de física de 1902 com o também físico holandês Hendrik Antoon Lorentz pela descoberta dos efeitos do magnetismo sobre a luz (efeito Zeeman). (Nota da IHU On-Line)

21 **Heinrich Rubens** (1865-1922): Físico alemão que estudou a radiação eletromagnética, especialmente na faixa infravermelha. (Nota da IHU On-Line)

22 **Robert Andrews Millikan** (1868-1953): Físico estadunidense, recebeu o Nobel de Física de 1923, por trabalhos sobre cargas elétricas elementares e o efeito fotoelétrico (Nota da IHU On-Line)

23 **Ernst Rutherford** (1871-1937): Físico britânico, ganhador do prêmio Nobel por seus trabalhos inovadores na física nuclear e por sua teoria da estrutura do átomo. Rutherford foi um dos mais importantes pesquisadores da física nuclear. (Nota do IHU On-Line)

Johannes Stark²⁴, James Franck²⁵, Hans Geiger²⁶, Otto Stern²⁷ e Arthur Compton²⁸.

IHU On-Line – Qual o impacto científico e/ou tecnológico hoje da física quântica? Qual a importância da física quântica para o progresso científico?

Oswaldo Pessoa Jr. – É comum os divulgadores de física ressaltarem que quase toda a tecnologia atual seria impossível sem a teoria quântica: transistores, luz laser, energia nuclear, dispositivos de cristal líquido, supercondutores, superfluidos, etc. É verdade que a teoria quântica foi usada em todos esses avanços tecnológicos, mas não está claro até onde teríamos chegado se, por alguma razão, a teoria quântica fosse impedida de ser descoberta. Neste cenário contrafactual, em que as diferentes teorias da física clássica, incluindo a teoria da relatividade, fossem mantidas como a melhor descrição do mundo físico, talvez alguns dispositivos, como os transistores e o laser, pudessem ter sido desenvolvidos. Mas outros, como os avanços recentes em informação quântica, sem dúvida necessitam da teoria quântica.

24 **Johannes Stark** (1874-1957): Físico alemão envolvido com o regime nazista. Recebeu em 1919 o Nobel de Física, pela descoberta do Efeito Doppler em Raios Canais e do espalhamento das linhas espectrais em campos elétricos. (Nota do IHU On-Line)

25 **James Franck** (1882 - 1964): Físico alemão, recebeu o Nobel de Física de 1925, pelo estabelecimento das leis que atuam no impacto de elétrons sobre os átomos. (Nota do IHU On-Line)

26 **Hans Geiger** (1882 - 1945): Físico alemão, conhecido por ter desenvolvido o contador Geiger para medir radiação ionizante. (Nota do IHU On-Line)

27 **Otto Stern** (1888 - 1969): Físico teuto-americano, recebeu o Nobel de Física de 1943. Contribuiu para o desenvolvimento do método de radiação molecular e desenvolveu um trabalho fundamental sobre as primeiras medidas do momento magnético do próton. (Nota do IHU On-Line)

28 **Arthur Compton** (1892-1962): Físico estadunidense, recebeu o Nobel de Física de 1927 pela descoberta do “efeito Compton” de diminuição de energia de um fóton de raio-X ou de raio gama, quando ele interage com a matéria. (Nota do IHU On-Line)

Destques On-Line

Entrevistas especiais feitas pela **IHU On-Line** no período de 28-04-2014 a 02-05-2014, disponíveis nas **Entrevistas do Dia** do sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br).

“Não é preciso crescer sempre para que a sociedade se desenvolva”

Entrevista especial com Junior Ruiz Garcia, pesquisador do Núcleo de Economia Agrícola e Ambiental – NEEA do Instituto de Economia da Unicamp e do Núcleo de Economia Empresarial do Departamento de Economia da UFPR
Publicada no dia 30-04-2014
Acesse o link <http://bit.ly/1j0lcsy>

A solução para o antagonismo entre os conceitos “desenvolvimento” e “sustentabilidade”, quando se trata de pensar um modelo econômico que proporcione desenvolvimento e preserve o meio ambiente, deve ser formulada pela Economia a partir de uma perspectiva econômico-ecológica. A sugestão é do economista Junior Ruiz Garcia, para quem “o desenvolvimento deve ser entendido como um processo de mudanças qualitativas na sociedade, que não necessariamente implicaria em crescimento econômico, entendido como aumento da produção de bens e serviços econômicos”. A concepção de sustentabilidade, de acordo com essa compreensão, “está relacionada ao conceito de ‘durabilidade ou continuidade’ ao longo do tempo. Dessa maneira, a sustentabilidade de uma sociedade dependerá basicamente da sua escala (tamanho físico), de sua estrutura de consumo de bens e serviços econômicos e da tecnologia disponível para produzir os bens e serviços econômicos, desde que respeite os limites biofísicos impostos pelo ecossistema global”, esclarece Garcia na entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line.

Acordo para redução de sódio nos produtos industrializados não é eficiente

Entrevista especial com Ana Paula Bortoletto, pesquisadora em alimentos do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – Idec e pesquisadora do Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde – NUPENS.
Publicada no dia 02-05-2014
Acesse o link <http://bit.ly/Si8gw5>

O acordo voluntário para reduzir a quantidade de sódio dos produtos industrializados, realizado entre o Ministério da Saúde e associações que representam as empresas da indústria alimentícia no Brasil, “não parece ser eficiente para ter um impacto na saúde, que é o grande objetivo do contrato”, avalia a Ana Paula Bortoletto, nutricionista do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – Idec, responsável pela pesquisa que analisou a rotulagem de 95 produtos a partir de nove categorias alimentícias. De acordo com Ana Paula, as metas para redução gradativa da quantidade de sódio nos produtos foram estipuladas não segundo a média de sódio encontrada em cada categoria alimentícia, mas em relação aos índices mais elevados de sódio encontrados em cada categoria. Esse cálculo, acentua, possibilitou “um favorecimento para indústria porque, primeiro, o acordo é voluntário, então as empresas podem ou não aderir a ele e, segundo, porque o estabelecimento das metas, tal como foi feito, fez com que grande parte dos produtos já estivesse adequada ao acordo”. E acrescenta: “A proposta de reduzir o consumo do sódio não significa a implicação direta na redução do sódio dos produtos”.

**LEIA OS CADERNOS IHU
NO SITE DO IHU
WWW.IHU.UNISINOS.BR**

Tema
de
Capa

Destques
da Semana

**IHU em
Revista**

Agenda de Eventos

Eventos do Instituto Humanitas Unisinos – IHU
programados para o período de 12-05-2014 a 19-05-2014

12-05-2014

Evento: *Ética, Biopolítica e Alteridades*

8h30min: Apresentação (Castor M. M. Bartolomé Ruiz)

8h45min: O conceito de justiça na Teoria da Justiça de Amartya Sen (Neuro José Zambam)

9h10min: Vítima – o negro é culpado da escravidão a que está submetido, conforme o liberalismo de John Locke (Paulo Carbonari)

9h35min: Uma perspectiva para a política em Adorno (Neri Gervasio Pies)

10h: Debates

10h45min: O Infinito como ruptura da Totalidade (Felipe Tupinambá)

11h10min: Ética do impossível: um estudo da justiça a partir de Derrida e Levinas (Verónica Zevallos)

11h35min: Debates

14h: Investigações iniciais sobre a grande política, de Nietzsche, e a política que vem, de Agamben (Márcia Junges)

14h25min: Manifestação do qual-quer (Eduardo Tergolina)

14h50min: Debates

15h10min: Espaço, subjetividade e poder em Michel Foucault (Vivian Fetzner Ritter)

15h35min: A biopolítica entre tecnologias do Eu e tecnologias da Vida (Giovani Lunardi)

16h: Debates

16h35min: Biopolítica e políticas mínimas (Ana Amarante)

17h: Biopolítica e Meio Ambiente no contexto da América Latina: desafios éticos (Roque Junges)

17h25min: Debates

19h30min: Foucault, a política e a possibilidade de um mundo outro (Cesar Candiotto)

Local: Sala Conecta, na Unisinos

13-05-2014

Evento: *Modos de produção e novas tecnologias – tensões entre apropriações públicas e privadas*

Palestrante: Profa. Dra. Sarita Albagli (Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia – IBICT/UFRJ)

Horário: 19h30min às 22 horas

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

14-05-2014

Evento: *Exibição do filme Antes do Dilúvio (Before the Flood. Paul Lindsay. Reino Unido, 2004, 60min)*

Ciclo de filmes Clima e Sustentabilidade

Horário: 8h30min às 11h15min

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Evento: *Os efeitos pós-políticos da emergência do Net-ativismo*

Palestrante: Prof. Dr. Massimo Di Felice (Universidade de São Paulo – USP)

Horário: 19h30min às 22 horas

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

15-05-2014

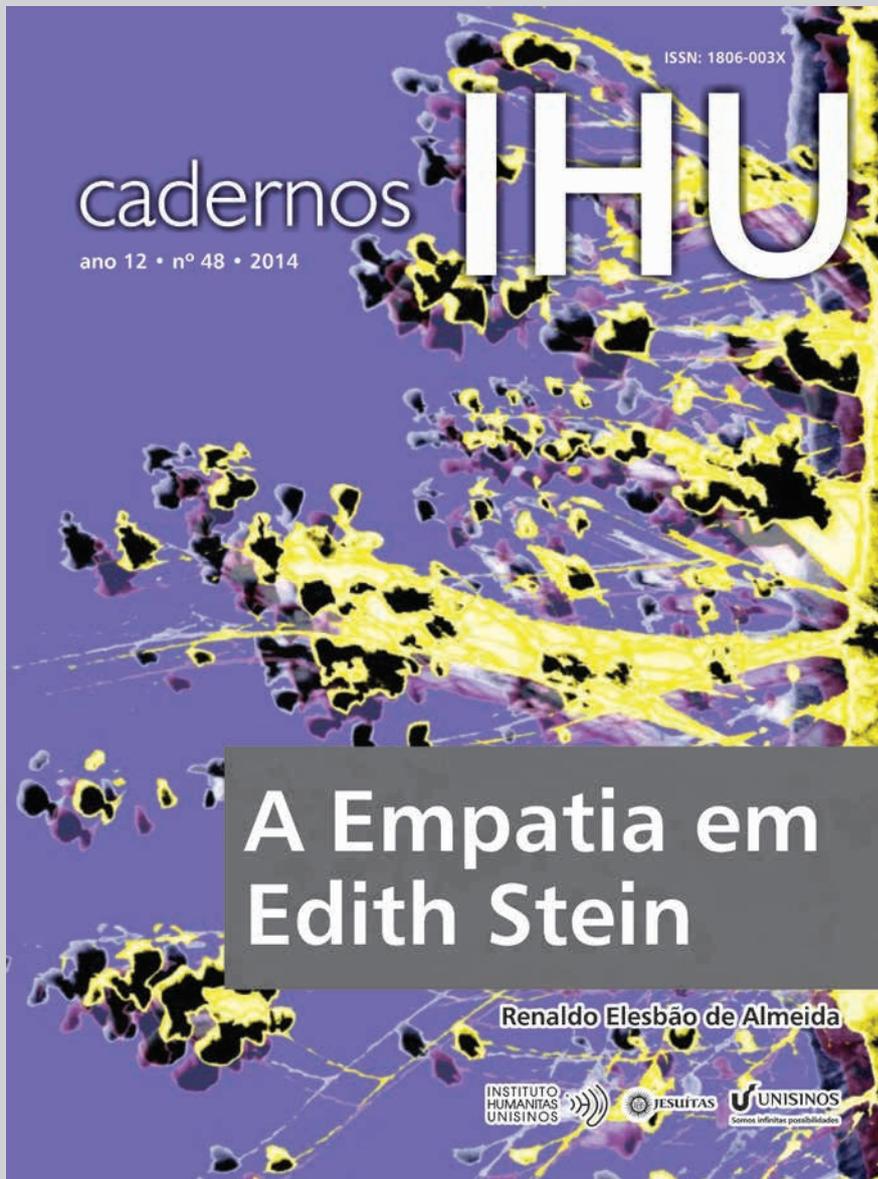
Evento: *Tecnologia ubíqua: aprendizagem, competências na gestão*

Palestrante: Profa. Dra. Amarolinda Zanela Klein (UNISINOS)

Horário: 17h30min às 19 horas

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Publicação em destaque



A empatia em Edith Stein

A edição 48 dos **Cadernos IHU**, de autoria de Renaldo Elesbão de Almeida, apresenta uma pesquisa sobre a empatia como condição constitutiva da pessoa humana em Edith Stein. O objetivo da publicação é discutir a afirmação do ser humano enquanto pessoa capaz de vivenciar a intersubjetividade no reconhecimento do outro como substrato da formação humana. Para tanto, faz-se uma análise fenomenológica da relação fundamental vivida no encontro entre indivíduos que se reconhecem como semelhantes e que apreendem e compreendem as experiências alheias.

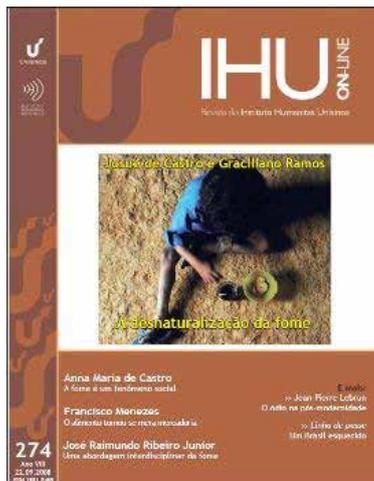
Investigar a constituição da empatia e seu desenvolvimento é uma das estratégias de abordagem do texto. Parte-se da empatia como compreensão de pessoas espirituais enquanto sujeitos que se constituem pessoa própria. Torna-se possível, desse modo, o respeito à dignidade peculiar do outro como constituição mútua entre as pessoas

humanas. O texto se debruça na primeira obra filosófica de Stein, *Zum Problem der Einfühlung* (Sobre o problema da empatia), como base para a pesquisa, além outras obras da autora e comentadores que tratam da empatia em conformidade com a visão de Stein.

Esta e outras edições dos **Cadernos IHU** podem ser adquiridas diretamente no Instituto Humanitas Unisinos – IHU ou solicitadas pelo endereço humanitas@unisinos.br ou no telefone 55 (51) 3590 8247. Veja também a edição 168 da **IHU On-Line**, *Hannah Arendt, Simone Weil e Edith Stein. Três mulheres que marcaram o século XX*, disponível em <http://bit.ly/ihuon168>.

Após o dia 24 de maio de 2014, o arquivo em PDF deste caderno estará disponível no link <http://bit.ly/cadernosihu>.

Leia algumas das edições já publicadas da **IHU On-Line**.



Josué de Castro e Graciliano Ramos. A desnaturalização da fome

Edição 274 – Ano VIII – 22-09-2008
Disponível em <http://bit.ly/ihuon274>

No ano de 2008 a revista **IHU On-Line** realizou um debate sobre a fome no Brasil, em um momento de grave crise financeira mundial, da qual o ex-presidente Lula sustentava que o Brasil vivia um momento mágico, glorioso. A habilidade com que o país superou a crise financeira em termos econômicos escondia a dura realidade da fome de 11,5 milhões brasileiros. No mundo, apesar dos inauditos avanços científico-tecnológicos, um relatório da FAO de 2008 apontou aumento da fome de 8%, entre 2005 e 2007, cujo número de famintos chega a 923 milhões de pessoas. Contribuem para essa discussão Anna Maria de Castro, José Raimundo Ribeiro Junior, João Roberto Maia, Rosana Magalhães e Francisco Menezes.

Por uma ética do alimento. Sobriedade e compaixão

Edição 191 – Ano VI – 14-08-2006
Disponível em <http://bit.ly/ihuon191>

Os conceitos de turbo-consumidor, como alguém que se informa e vigia a qualidade dos produtos que consumo, tratados por Gilles Lipovetsky no livro *Le bonheur paradoxal. Essais sur la société d'hyperconsommation* (Gallimard, 2006), foi um dos ganchos da edição 191 da **IHU On-Line**, em agosto de 2006. Nesse sentido, beber e comer entra na era da reflexividade (Anthony Giddens) e da responsabilidade individual, como atesta o autor francês. Nada a ver com a felicidade suprema dos bacanais com os quais Dionísio abria seu paraíso selvagem. O sujeito responsável e reflexivo, autônomo, entregue ao controle de si, cada vez mais se preocupa com a sua alimentação. Assim, nós, hiperconsumidores, vamos nos dando conta de que o modo de nos alimentarmos é insustentável e, por isso, incapaz de ser universalizado.



Superação da miséria e da fome

Edição 20 – Ano II – 03-06-2002
Disponível em <http://bit.ly/ihu90>

A **IHU On-Line**, por ocasião da 40ª Assembleia Geral da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, realizada em 2002, publicou a edição 20 com o título *Superação da miséria e da fome*. A partir do evento foi proposto um Mutirão Nacional para a Superação da Miséria e da Fome, quando foi divulgado o documento Exigências Evangélicas e Éticas de Superação da Miséria e da Fome, em que foram estabelecidas ações concretas de enfrentamento do problema. O lançamento da ação foi no dia 30 de maio, Corpus Christi.



ERRATA

O artigo *O trabalho na Era Lula/ Dilma: Ganhos conjunturais, 'perdas' estruturais*, na edição 441 da **IHU On-Line**, foi escrito especialmente para este número, não se tratando de uma síntese da Conjuntura da Semana de 2013, conforme publicado.

Ciclo de filmes: Clima e Sustentabilidade

O Mundo segundo a Monsanto



Le Monde Selon Monsanto, França/Canadá/Alemanha, 2008, 104 min.

Diretor: Marie-Monique Robin

Debatedor: Prof. Dr. Aloisio Ruscheinsky - Unisinos

Data: 21-05-2014

Horário: 19h30min às 22h15min

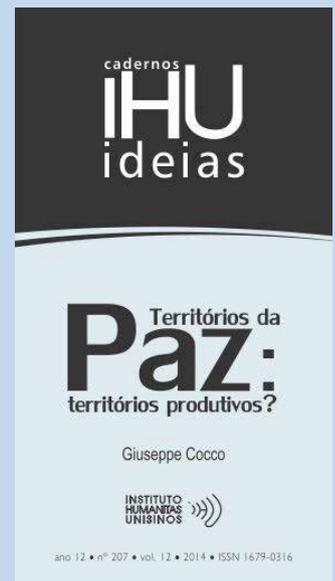
Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Sinopse: Criada em 1901, a Monsanto, líder mundial na produção de organismos geneticamente modificados, é conhecida pela toxicidade de seus produtos. Tendo enfrentado diversos processos na sua história, a empresa reinventou a sua imagem como uma companhia preocupada com o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza. Por meio de documentos inéditos e testemunhos de cientistas, representantes governamentais e vítimas da companhia, o filme investiga um dos maiores impérios industriais do mundo.

Cadernos IHU ideias

Territórios da Paz: Territórios Produtivos?

A edição 207 do **Cadernos IHU ideias** traz o texto *Territórios da Paz: Territórios Produtivos?*, de Giuseppe Cocco, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. O professor analisa a crise das Unidades de Polícia Pacificadoras – UPPs, na capital fluminense, a partir da segunda plenária popular organizada no Complexo do Alemão, no dia 17 de março de 2014, onde foi lançado um manifesto para uma mobilização popular em prol de uma verdadeira paz (<http://uinomade.net/tenda/manifesto-da-ocupaalemao/>). Segundo Cocco, as UPPs aparecem como mera militarização, sem nenhum projeto social. “Ao contrário, ela visa mesmo aumentar a segregação espacial e social. Ao mesmo tempo, a regulação dos pobres no resto da cidade é entregue a um hediondo regime de terror. A única inovação é que agora, de vez em quando, temos acesso às imagens do modo de funcionamento do Estado assassino”, explica Cocco. Acesse <http://bit.ly/iहुuideia>.



III Seminário - XIV Simpósio Internacional IHU

Tecnologia ubíqua: aprendizagem, competências na gestão

O Instituto Humanitas Unisinos - IHU apresenta, no dia 15 de maio, a partir das 17h30, a conferência da professora Dra. Amarolinda Zanela Klein, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos, intitulada *Tecnologia ubíqua: aprendizagem, competências na gestão*. O evento integra a programação do III Seminário em preparação ao **XIV Simpósio Inter-**

nacional IHU – Revoluções tecnocientíficas, culturas, indivíduos e sociedades, que ocorrerá de 21 a 24 de outubro de 2014. Este evento propõe palestras transdisciplinares que auxiliam a pensar o sentido, as implicações e os desafios teóricos e práticos da contemporaneidade tecnocientífica para a vida.